

Universidade Federal de Juiz de Fora

Gustavo Alves da Silva

**Manifestações xenorracistas na vida de imigrantes negros: narrativas em
circulação virtual**

Juiz de Fora
2026

Gustavo Alves da Silva

Manifestações xenorracistas na vida de imigrantes negros: narrativas em circulação virtual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. Alexandre José Cadilhe

Juiz de Fora
2026
Gustavo Alves da Silva

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves da Silva, Gustavo.

Manifestações xenorracistas na vida de imigrantes negros: narrativas em circulação virtual / Gustavo Alves da Silva. -- 2026. 110 p.

Orientador: Alexandre José Cadilhe

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2026.

1. Xenorracismo. 2. Narrativas. 3. Linguística Aplicada. 4. Migração. 5. Decolonialidade. I. José Cadilhe, Alexandre, orient. II. Título.

Manifestações xenorracistas na vida de imigrantes negros: narrativas em circulação virtual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística

Aprovado em 26 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Cadilhe
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Kelly Barros Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Juiz de Fora, 10/07/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Jose Pinto Cadilhe de Assis Jacome, Professor(a)**, em 13/07/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Grillo El Jaick, Professor(a)**, em 14/07/2026, às 03:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELLY BARROS SANTOS, Usuário Externo**, em 25/07/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3080153** e o código CRC **0F632E46**.

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores,
especialmente aos meus pais. Sem vocês, nada
disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Rosi e Cleiton, por todo o apoio, incentivo, pelo empenho, por nunca deixarem faltar e por sempre acreditarem em mim. Agradeço aos meus familiares, à minha querida vó Dora, à minha irmã Giovanna, aos cãezinhos, que pude ter como família ao longo da vida. À minha namorada Ana Livia, que foi um pilar para o processo de conclusão deste trabalho e que é meu porto seguro. Aos meus amigos, que acompanharam o meu crescimento, minha jornada e que, mesmo com percalços, continuaram aqui. Com risco de faltar certos nomes, deixarei que eles se sintam representados caso leiam este excerto. Agradeço ao LAEDH e ao meu orientador, Alexandre Cadilhe, pela parceria, pelos ensinamentos e por ser uma referência em minha jornada acadêmico-pessoal. Agradeço à equipe do Bar do Jorge, lugar onde pude fazer freelas para complementar a renda e acabei, também, fazendo bons amigos. Agradeço também à FAPEMIG, entidade que me apoiou financeiramente para a realização deste trabalho. No mais, sou grato por experienciar a mística que perpassa a vida e à infinitude que constitui as finitas relações humanas. Grato por poder pesquisar e lutar por um mundo mais justo e igualitário. Obrigado a todas, todos e todes.

RESUMO

Esta dissertação investiga como práticas xenorracistas se difundem midiaticamente e atravessam as vidas de imigrantes negros no Brasil, articulando discursos midiáticos, institucionais e narrativas que se ancoram na experiência vivida desses sujeitos. O objetivo é, por meio da análise de narrativas, desvelar o modo de emergência do xenorracismo. Além disso, busca-se compreender como tal fenômeno detém caráter estrutural, apoiado em lógicas coloniais persistentes, produzindo hierarquizações raciais, linguísticas e sociais que afetam a constituição identitária de sujeitos migrantes racializados. O estudo insere-se no campo da Linguística Aplicada e adota como referencial teórico contribuições dos estudos decoloniais, da análise do discurso de base antropológica e da sociolinguística, com destaque para os conceitos de indexicalidade, ordem indexical, entextualização e pistas indexicais. Metodologicamente, a pesquisa desenvolve uma análise qualitativo-interpretativa de eventos narrativos e eventos narrados, construídos a partir de notícias veiculadas na mídia digital brasileira e de relatos de imigrantes negros, examinando os processos discursivos por meio dos quais experiências de violência, exclusão e deslegitimação são (en)textualizadas e circulam socialmente. Os resultados evidenciam que a mídia desempenha papel central na reprodução das vozes subalternizadas, fato que pode servir como alternativa de resistência ao xenorracismo, muito embora a mídia também possa promovê-lo ao enquadrar sujeitos migrantes como corpos estranhos, perigosos ou desviantes, ao mesmo tempo em que silencia ou marginaliza suas práticas linguísticas e formas de agência. Observa-se que tais narrativas demonstram discursos – produzidos pelos nacionais – que reforçam indexicalizações acerca dos corpos migrantes, além de ordens indexicais racializadas que associam legitimidade social, pertencimento e humanidade a normas linguísticas e culturais hegemônicas, vinculadas ao português brasileiro e a ideais nacionalistas de pertencimento. Conclui-se que o xenorracismo, longe de se restringir a episódios isolados de preconceito, configura-se como estrutura discursiva e social que atravessa instituições, políticas e práticas comunicativas individuais, impactando diretamente as trajetórias de vida de imigrantes negros no Brasil e demandando abordagens críticas e decoloniais no campo da Linguística Aplicada e das políticas de acolhimento.

Palavras-chave: xenorracismo; migração; novas mídias; linguística aplicada; decolonialidade.

ABSTRACT

This dissertation investigates how xenoracist practices are disseminated through the media and traverse the lives of Black immigrants in Brazil, articulating media, institutional, and narrative discourses that are anchored in the lived experience of these subjects. The objective is, through the analysis of narratives, to unveil the mode of emergence of xenoracism. In addition, it seeks to understand how such a phenomenon assumes a structural character, supported by persistent colonial logics, producing racial, linguistic, and social hierarchizations that affect the identity constitution of racialized migrant subjects. The study is situated in the field of Applied Linguistics and adopts as a theoretical framework contributions from decolonial studies, anthropologically based discourse analysis, and sociolinguistics, with emphasis on the concepts of indexicality, indexical order, entextualization, and indexical cues. Methodologically, the research develops a qualitative-interpretative analysis of narrative events and narrated events, constructed from news published in Brazilian digital media and from accounts of Black immigrants, examining the discursive processes through which experiences of violence, exclusion, and delegitimization are (en)textualized and circulate socially. The results show that the media plays a central role in the reproduction of subalternized voices, a fact that may serve as an alternative of resistance to xenoracism, although the media may also promote it by framing migrant subjects as strange, dangerous, or deviant bodies, while at the same time silencing or marginalizing their linguistic practices and forms of agency. It is observed that such narratives demonstrate discourses – produced by nationals – that reinforce indexicalizations about migrant bodies, in addition to racialized indexical orders that associate social legitimacy, belonging, and humanity with hegemonic linguistic and cultural norms, linked to Brazilian Portuguese and to nationalist ideals of belonging. It is concluded that xenoracism, far from being restricted to isolated episodes of prejudice, is configured as a discursive and social structure that traverses institutions, policies, and individual communicative practices, directly impacting the life trajectories of Black immigrants in Brazil and demanding critical and decolonial approaches in the field of Applied Linguistics and in reception policies.

Keywords: xenoracism; migration; new media; applied linguistics; decoloniality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evento narrativo - Notícia 1.....	60
Figura 2 - Evento narrado 1 - Neomar.....	60
Figura 3 - Evento narrado 2 - Neomar.....	62
Figura 4 - Evento narrado 3 - Neomar.....	63
Figura 5 - Evento narrativo - Notícia 2.....	66
Figura 6 - Evento narrado 1 - Andréa Ferreira.....	66
Figura 7 - Evento narrado 2 - Andréa Ferreira.....	69
Figura 8 - Evento narrado 3 - Domingas da Silva.....	71
Figura 9 - Evento narrado 4 - Domingas da Silva.....	74
Figura 10 - Evento narrativo - Notícia 3.....	77
Figura 11 - Evento narrado 1 - Policial militar.....	77
Figura 12 - Evento narrado 2 - Policial militar.....	78
Figura 13 - Evento narrado 3 - Ambulante africano.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA – Linguística Aplicada
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
ONG – Organização Não Governamental
PLE – Português como Língua Estrangeira
PLAc – Português como Língua de Acolhimento
PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
SISMIGRA – Sistema de Registro Migratório da Polícia Federal
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 XENORRACISMO COMO UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO.....	19
2.1 O Xenorracismo como fenômeno estrutural no Brasil: fundamentos e delimitações conceituais.....	22
2.2 Xenorracismo e colonialidade.....	26
2.3 Decolonialidade, contracolonialismo e a crítica ao xenorracismo.....	28
2.4 O xenorracismo estrutural no cotidiano brasileiro.....	31
2.4.1 O xenorracismo e suas manifestações sob o indivíduo.....	33
2.5 Os letramentos escolares como uma prática xenorracista e o cenário educacional diverso como um desafio.....	34
3 XENORRACISMO E AS NARRATIVAS EM CONTEXTO MIDIÁTICO.....	39
3.1 As narrativas e sua relevância.....	39
3.2 Ordens de indexicalidade, ideologias linguísticas e colonialidade.....	40
3.3 Indexicalidade, Entextualização e Ordens de Indexicalidade.....	44
3.4 A estreita relação dos conceitos com o xenorracismo.....	46
3.5 A reprodução do xenorracismo na esfera midiática.....	47
3.5.1 <i>A discursivização do imigrante na mídia.....</i>	<i>50</i>
4 A ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES XENORRACISTAS DISPONIBILIZADAS NA MÍDIA.....	52
4.1 Apontamentos sobre a educação aliada à mídia.....	53
4.2 Considerações sobre o corpus e os procedimentos analíticos.....	56
4.2.1 <i>Sobre a delimitação do corpus.....</i>	<i>57</i>
4.3 Análise das narrativas.....	58
4.3.1 <i>Neomar, um venezuelano, e a experiência xenorracista no sul do país.....</i>	<i>60</i>
4.3.2 <i>Xenorracismo na vida de imigrantes africanas na Bahia.....</i>	<i>65</i>
4.3.3 <i>Agressões xenorracistas contra um imigrante africano em São Paulo.....</i>	<i>76</i>
4.3.4 <i>Considerações sobre a análise.....</i>	<i>83</i>
CONCLUSÕES.....	85
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Rapidez, informação, tecnologia e uma série de jargões que aludem ao progresso e ao desenvolvimentismo¹ exacerbados são utilizados em diferentes ambientes do cotidiano. Inserida em um cenário de expansão dos fluxos tecnológicos, informacionais e migratórios de estrangeiros provenientes de países do Sul Global em direção ao Brasil, esta pesquisa é fruto de uma indagação pessoal e de um compromisso ético com a vida de camadas minoritárias que são comumente subalternizadas ao redor do globo. Ao longo da década atual, frequentemente, fui atravessado por narrativas de colegas de profissão sobre a incapacidade do magistério em lidar com alunos que “não sabem português”.

Em geral, tais narrativas se referiam aos alunos venezuelanos que vieram para o Brasil motivados por um cenário de crise política que os atravessa até os dias atuais. No entanto, por compreender a barreira linguística como um fator não impeditivo, mas como um enriquecedor cultural que deve ser integrado de forma plena à realidade brasileira, considero relevante a profusão de pesquisas que contemplem as vozes de imigrantes negros (pessoas autodeclaradas pretas ou pardas), foco deste trabalho, e das demais camadas minoritárias, tais como pessoas pobres, LGBTQIA+, indígenas, PCDs etc.

Milton Santos (2000) nos alertou que “a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real” e que eles são “os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico” (p. 14). O autor, ao utilizar a ideia de velocidade para se referir a um dos retratos da globalização, resume muito bem a experiência humana na contemporaneidade, que é marcada por um intenso fluxo de recursos, informações e pessoas.

Frutos dessa velocidade e potencializadas pelo processo de globalização acelerada – que é “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2001, p. 12) – centenas de milhares de pessoas se encontram, hoje, em situação de deslocamento ao redor do mundo, seja em busca de melhores condições de trabalho, motivados por questões climáticas, perseguições de cunho político, conflitos bélicos que ocorrem em seus países ou por outros fatores. Cabe salientar que o termo imigrantes, no presente trabalho, está em conformidade com Cierco et al. (2017) e se refere a imigrantes e migrantes (legais ou ilegais), refugiados, apátridas, asilados políticos e outros.

¹O conceito de desenvolvimentismo aqui é amparado na ideia de desenvolvimento de Maria da Conceição Tavares. Em um contexto de globalização perversa, pensar em tal conceito demanda analisar criticamente seus impactos em países de matriz colonial. Nas palavras de Tavares (2010, p. 16), “se você não cuida da distribuição de renda, do emprego, dos recursos naturais, da autonomia do Estado em relação às potências hegemônicas, não está fazendo desenvolvimento, está fazendo o contrário”.

Ainda que a migração tenha sido fundamental para a formação do mundo contemporâneo, Giralda Seyferth (2008) afirmou que esse movimento, independentemente da época, sempre fomentou posições contraditórias e que, a depender do discurso ideológico vigente – dominado e fomentado, no presente momento, pela burguesia, ou melhor, pelos grandes atores do tempo real e donos da velocidade – a migração assume um caráter dualista, ou seja, pode ser, ainda de acordo com a autora, “considerada necessária e até mesmo instrumento de civilização na consolidação do Estado”, mas que, em conformidade com os interesses políticos dominantes, também pode “ser convertida em problema ou perigo nos períodos de crise, ou produzir sentimentos de xenofobia quando referenciada à nação” (Seyferth, 2008, p. 12).

Com o aumento dos fluxos migratórios globais ao longo do século XXI, o Brasil, que foi formado por uma grande massa de imigrantes que adentraram seu território ao longo de 500 anos, com destaque para o final do século XIX e início do século XX (Cavalcanti; Bizon, 2024), vem, cada vez mais, se consolidando como um país de acolhida. A crescente migratória em direção ao Brasil se deve a diferentes fatores, sendo um deles as mudanças legislativas, tais como a promulgação das Leis nº 9.474/1997, que “define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências” (BRASIL, 1997) e a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que, de acordo com Giuliana Redin (2016, p. 161),

[...] é um avanço paradigmático em termos de direitos humanos, revoga o velho Estatuto do Estrangeiro, forjado integralmente na lógica da segurança nacional, além de, como referido, expressamente estabelecer um rol de direitos e garantias fundamentais ao migrante.

Somado a isso, essa expansão migratória se encontra situada em um momento histórico que pode ser interpretado como a *globalização perversa* (Santos, 2001), cenário atual da globalização que, de acordo com Santos, se funda “na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural” (p. 15).

Na atualidade, essa perversidade acaba sendo responsável pelo aumento na “concentração da riqueza, beneficiando apenas um terço da humanidade, em prejuízo, especialmente, dos habitantes dos países do Sul Global², onde se aprofundam a desigualdade e a exclusão social, o que compromete a justiça distributiva e a paz” (BRASIL, 2018, p. 7).

²Sul Global, no presente texto, não se refere a uma questão geográfica, mas sim aos países que são comumente definidos como subdesenvolvidos e não fazem parte daqueles que compõem a elite econômica mundial.

Durante o ano de 2024, o Brasil contabilizou um total de 68.159 solicitações de asilo, número que, segundo a ACNUR, representa um aumento de 16,3% em relação ao ano de 2023, evidenciando o caráter de expansão por meio da chegada de deslocados forçados e reafirmando o compromisso e a consolidação do Brasil como um país de acolhida.

Em conformidade com os dados disponibilizados através do Refúgio em Números 2025 (Junger da Silva, G; Cavalcanti, L; De Oliveira, A, 2025), o Brasil detinha um total de 156.612 pessoas reconhecidas como refugiadas, número que, quando comparado ao total populacional do país, que era de 203.080.756 pessoas, segundo o Censo de 2022, representa, aproximadamente, uma parcela de 0,0771% da população total. Apesar de não ser um montante tão expressivo, cabe salientar que esses números demonstram apenas os imigrantes em situação regular de refúgio, não contabilizando, portanto, aqueles em situação irregular.

Informações relevantes são trazidas à tona a partir de outra pesquisa disponibilizada pelo ACNUR, de nome Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil⁵. O trabalho, ainda que tenha sido publicado em 2019, se faz relevante para compreender a dinâmica dos imigrantes em solo brasileiro na contemporaneidade. O estudo entrevistou 487 refugiados, sendo eles de diferentes países. Para o presente trabalho, é relevante pontuar que 46% dos entrevistados se reconhecem como pessoas pretas e 12,74% como pardos, números que demonstram uma maioria negra⁶ entre os imigrantes participantes. Ademais, apesar de ser um dos dados presentes na pesquisa em questão, não é meu interesse discutir a dificuldade enfrentada por imigrantes na revalidação de seus diplomas, mas acredito que isto se constitui como um dos principais entraves na garantia de seus direitos humanos, de plenas condições de vida em solo internacional e abre porta para diferentes pesquisas que se interessem pela realidade educacional dessa camada.

Ainda que o Brasil venha ganhando espaço internacionalmente como um país de acolhida, uma série de problemas ocorrem contra os imigrantes que aqui habitam. Retomando Giralda Seyferth, é possível inferir que, em períodos de instabilidade política e econômica, o discurso xenófobo ganhou ainda mais repercussão em solo nacional⁷. Exemplos recentes puderam ser vistos durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022),

⁵Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Pesquisa **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil**. ACNUR. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-refugiados>. Acesso em: 24 jul. 2025.

⁶No Brasil, negros são, de acordo com o IBGE, aqueles que se reconhecem racialmente como pretos ou pardos.

⁷Cf. Cavalcanti; Bizon (2023) para mais evidências sobre a expansão do discurso xenófobo em momentos de instabilidade recente.

responsável por afirmar que imigrantes (advindos de países do Sul Global) eram a escória do mundo⁸.

Nesse sentido, o presente trabalho considera imprescindível refletir acerca de manifestações discursivas que se configuram como manifestações xenorracistas, conceito que, ao articular as instâncias de raça e nacionalidade, pode ser compreendido como uma prática xenofóbica que se soma ao racismo de modo a se tornar ainda mais violenta (Ribeiro; Baeninger, 2024). Não só isso, também é de nosso interesse refletir acerca de seu impacto na vida de imigrantes racializados que habitam o solo brasileiro, visto que “imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os ou indígenas) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como inferiores” (Ribeiro; Baeninger, 2024, p. 39-40).

Em consonância com Frantz Fanon, elenco como concepção de linguagem, para o desenvolvimento do presente trabalho, a ideia de que “falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (2020, p. 33).

Considero a afirmação fanoniana como sendo extremamente perspicaz, pois compreendo o ato de assumir uma cultura, linguisticamente, como o ato de estar alinhado com diferentes ideologias linguísticas, isto é, conjuntos socialmente construídos de crenças sobre a língua que orientam as diferentes formas de pensar o mundo através da linguagem, sendo que estas podem contribuir para a perpetuação ou para a desconstrução do xenorracismo (e das demais formas de opressão ao ser humano). No entanto, não basta entender a estrutura da língua, há de se pensar, enquanto professor de línguas, nas formas de inclusão social que podem ou não ser fomentadas por detrás de tais concepções, com fins de, através da educação, promover a justiça social.

Nas palavras de Lélia Gonzalez (2020, p. 78)

não foi por acaso que os imigrantes europeus se concentraram em regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país. Refiro-me sobretudo à região Sudeste. Por isso mesmo, pode-se afirmar a existência de uma divisão racial do espaço em nosso país

Nesse sentido, pensar a divisão racial e geográfica do espaço nacional envolve, através da linguagem, a mobilização do conceito de ideologia linguística. De acordo com Blommaert

⁸GAZETA DO POVO. Bem antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

(2014, p. 68), tal ideia se refere a “crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação” que são capazes de produzir efeitos na realidade social e transitam de diferentes formas entre as diversas comunidades que compõem o espaço nacional.

Ao considerar-se as diferentes ideologias linguísticas como produtoras de efeitos sociais, torna-se um dever pedagógico examinar seu papel na construção da divisão racial do espaço que afeta a vida dos imigrantes não-brancos, na consolidação do discurso dominante que se materializa em manifestações opressivas e evidenciar como ocorre, socialmente, a entextualização dos discursos opressores, a indexicalização de valores e a criação e/ou fomentação das diferentes ordens de indexicalidade. Além disso, também se faz primordial ao docente o ato de investigar como elas possibilitam ao falante a capacidade, apontada por Fanon, de, por meio da linguagem, assumir uma cultura e/ou suportar o peso de uma civilização.

Para além de analisar a produção de saberes por meio de manifestações xenorracistas, seus impactos vida dos imigrantes racializados e como estas indexalizam percepções sobre tais imigrantes, entextualizam discursos e constroem diferentes ordens de indexicalidade, também se faz importante ter em mente o potencial das vozes migrantes e de suas narrativas como textos a serem mobilizados em ambiente escolar, principalmente em um cenário de sala de aula de línguas orientado por princípios decoloniais (Cadilhe; Leroy, 2020; Cadilhe, 2020).

Desse modo, torna-se possível não só uma contraposição aos valores opressores difundidos por uma concepção ideologicamente hegemônica da linguagem, que é marcada por valores norte-cêntricos e constitui um sistema de crenças que inferioriza imigrantes coloniais⁹ no Brasil e no mundo, mas também é dado um passo fundamental em direção à produção de manifestações discursivas outras, comprometidas com a justiça social e com o respeito aos direitos humanos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo principal analisar como narrativas, midiaticamente disponibilizadas e alocadas em notícias, constroem e disseminam manifestações que articulam raça e nacionalidade, e como estas refletem estruturas epistêmicas hegemônicas, que são aqui interpretadas em consonância com a afirmação supracitada de Lélia Gonzalez. O conceito de hegemonia é utilizado para se referir aos valores que orientam a sociedade em questão e impactam diretamente na vida das pessoas, sendo, no Brasil, aqueles difundidos e defendidos por uma elite rica, branca, hétero e cisnormativa.

⁹A ideia de imigrantes coloniais foi cunhada por Grosfoguel, Oso e Christou (2014) e se refere a imigrantes advindos de países do Sul Global.

Enquanto objetivo específico, o interesse é o de mobilizar as vozes migrantes com fins de tornar protagonistas pessoas constantemente subalternizadas. Tais objetivos são guiados a partir da seguinte pergunta de pesquisa: como as narrativas produzidas por imigrantes negros, presentes em notícias e alocadas em uma paisagem social onde é crescente a presença de imigrantes não-brancos (pretas/os, pardas/os e indígenas), desvelam a presença do xenorracismo na sociedade brasileira?

Para alcançar tal feito, o presente trabalho, que se situa no campo da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2006), tomará como objeto de análise um conjunto de textos disponíveis em diferentes portais virtuais que relatam práticas discursivas que articulam raça e nacionalidade direcionadas aos imigrantes racializados¹⁰ em solo brasileiro. Tais notícias trazem diferentes narrativas que, ao serem contadas pelos imigrantes negros, tornam-se responsáveis por demonstrar suas experiências vividas ao serem alvos de diferentes manifestações de opressão que se interseccionam para ampliar as formas de violência a eles direcionadas.

Ademais, estando ancorada nos objetivos gerais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a presente pesquisa visa “estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 14), guiada por uma linha de ação que objetiva “estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 15).

Acredita-se que a Linguística Aplicada (LA) se beneficia do PNEDH pois, considerando seu caráter interdisciplinar, ela se encontra alinhada com a ideia de “incentivar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na educação em direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 16) prevista pelo documento.

Além disso, a escolha por povos racializados é feita para mostrar que essa realidade afeta imigrantes negros de diferentes países, não limitando o preconceito a apenas uma nacionalidade ou a um continente. Portanto, também interessado em demonstrar a capacidade de circulação discursiva das formas de violência em diferentes âmbitos da vida, os acontecimentos relatados nos textos se situam em diferentes esferas, atravessando a vida cotidiana, o campo do trabalho, o âmbito escolar e outros espaços, de modo a demandar, tendo em vista a fluidez na troca de ambientes, uma análise interdisciplinar.

¹⁰O termo imigrante racializado está sendo aqui utilizado como um termo guarda-chuva e se refere a imigrantes, refugiados e apátridas não-brancos. O objetivo não é diminuir a complexidade e as especificidades de cada camada, mas não causar confusão no leitor com a flutuação entre os termos que acontecerá ao longo do trabalho. É válido ressaltar que, apesar desse uso, também compreendemos o sujeito branco como racializado e a branquitude como uma construção sócio-histórica.

As diferentes notícias elencadas serão colocadas sob escrutínio a partir dos conceitos de entextualização, indexicalidade e pistas indexicais, de modo a compreender como as diferentes manifestações xenorracistas indexicalizam atributos negativos na construção do imigrante negro, entextualizam discursos opressores e constroem ordens de indexicalidade (Blommaert, 2005; 2010) diversas. A seguir, será aprofundada a ideia de xenorracismo, a noção de práticas xenorracistas e os desafios que elas imputam ao mundo contemporâneo.

2 XENORRACISMO COMO UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

Em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos. Esse é um desafio central da humanidade, que tem importância redobrada em países da América Latina, caracterizados historicamente pelas violações dos direitos humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais. (BRASIL, 2018, p. 8)

É com essa passagem do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, política pública que consolida o compromisso da educação brasileira com a promoção da justiça social, de uma sociedade democrática e pautada no respeito mútuo, que a presente seção se inicia. Como discutido, o impacto da migração na contemporaneidade está cada vez maior e, inevitavelmente, se tornou um tópico fundamental para os diferentes cenários de sala de aula no cotidiano brasileiro, visto que as escolas se tornaram ambientes detentores de uma pluriculturalidade exacerbada, englobando, cada vez mais, pessoas de diferentes gêneros, classes, raças, religiões, nacionalidades, orientações sexuais etc.

Tendo em vista que “as migrações na atualidade apresentam uma maior diversidade de grupos étnicos e culturais envolvidos” (Cogo; Badet, 2013, p. 16), é fato que a vida profissional do docente de línguas tem se mostrado ainda mais desafiadora. Ao ser confrontado, cada vez mais, por cenários de sala de aula multilíngues, aquele/aquela professor/a que, anteriormente, lecionava somente em língua portuguesa, se vê obrigado/a a flexibilizar e remodelar o seu trabalho caso queira que todos os estudantes, e suas respectivas línguas, sejam contemplados.

A fim de conseguir estabelecer um diálogo que possibilite fluidez nos múltiplos processos que compõem o ensino, a aprendizagem e o acolhimento do/a aluno/a imigrante, o/a professor/a, em conformidade com PNEDH, “deve ocupar-se de olhar atentamente para suas histórias de vida, culturalidades, desejos, interesses e subjetividades, fatores esses que os constituem como prioridade no processo de aprendizagem” (Oliveira, 2021, p. 15).

Essa tomada de atitude por parte do/da docente faz-se importante pois, na contemporaneidade,

Além do recrudescimento da violência, tem se observado o agravamento na degradação da biosfera, a generalização dos conflitos, o crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial,

físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras, mesmo em sociedades consideradas historicamente mais tolerantes, **como revelam as barreiras e discriminações a imigrantes, refugiados e asilados em todo o mundo**¹¹. (BRASIL, 2018, p. 7)

Ainda assim, o processo de educação do imigrante, em uma ótica monolíngue e com fins de integração social, quando inserido em um país de língua estrangeira, se mostra extremamente urgente e necessário, pois, de acordo com Renata Citadin, “pessoas em situação de migração de crise necessitam da língua para questões mais imediatas: conseguir um emprego, circular por instituições públicas, e dar conta de atividades do cotidiano que se realizam em português” (2022, p. 34), fato que não se contrapõe à necessidade, por parte do Estado, de promover mais programas de formação docente que visem a educação em ambientes plurilíngues e o respeito à língua materna e à cultura dos estrangeiros que chegam ao Brasil.

Essas demandas tornam ainda mais fundamental o ato de pensar na práxis do professor de línguas na contemporaneidade visto que, segundo Cadilhe, o cenário educacional brasileiro é caracterizado por um *modus operandi* colonial. Nas palavras do autor,

A tradição escolar ainda encontra-se marcada pelo trabalho com textos clássicos ou gêneros prototípicos, ao optar por uma literatura masculina, branca, de classe média, ou ainda por selecionar textos típicos da mídia de massa, como propagandas e anúncios de grandes corporações. (2020, p. 72)

Nesse sentido, a fim de romper com a concepção dominante que permeia o ensino de línguas no Brasil, urge evocar diferentes vozes e mobilizá-las como produtoras epistêmicas. Textos produzidos por pessoas marginalizadas, isto é, que se encontram às margens da sociedade – pessoas pobres, negras/os, indígenas, LGBTQIa+, pessoas com deficiências (PCDs), imigrantes em situação de deslocamento forçado e demais minorias – se tornam fontes de saberes de extrema importância para os educadores e para as escolas.

De acordo com Terezinha Maher, “o empoderamento desses grupos [minoritários] depende não apenas de seu fortalecimento político ou da existência de legislações a eles favoráveis, mas também da educação de seu entorno para garantir esse respeito” (2007, p. 255), e é por esse motivo que julgamos como relevante a realização de pesquisas no campo da educação linguística que mobilizem vozes e saberes de imigrantes racializados e provenientes do Sul Global. Ao estabelecer o compromisso com justiça social, a educação torna-se uma

¹¹Grifo nosso.

poderosa arma para a realização e promoção de mudanças sociais, mas, para isso, ela precisa estar alinhada ao PNEDH, às demandas das camadas minoritárias e orientada por valores que a promovam como uma prática da liberdade (Freire, 1967).

É através da mobilização de vozes frequentemente silenciadas que se torna possível romper com os paradigmas da educação tradicional, frequentemente difundida através de uma prática pedagógica bancária (Freire, 1970). Com fins de romper as correntes que limitam o pensar crítico da sociedade, o educador humanista, de acordo com Paulo Freire, deve se ocupar “do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.” (1970, p. 35).

Diante disso, as práticas xenorracistas, responsáveis por desvelar o caráter estrutural dos fenômenos racistas e xenófobos, são interpretadas como artefatos poderosos para a promoção da reflexão social. Marilda Cavalcanti e Ana Cecília Bizon (2024) afirmam que, em contextos de crise, “preconceitos e processos de racialização são potencialmente exacerbados” (p. 270).

Considerando as diversas crises políticas e ambientais que atravessam o cenário latinoamericano e, conseqüentemente, o Brasil, as salas de aula tornam-se cada vez mais plurais, recheadas de minorias sociais e, portanto, funcionam como uma “panela de pressão” que está em perigo iminente de explodir e evidenciar uma série de conflitos que estão instaurados no cerne da sociedade.

O trabalho com essas manifestações xenorracistas – que, muitas vezes, não só ganham destaque virtual ao serem relatadas como formas de ofensas a imigrantes negros, mas também repercutem ao serem narrativizadas pelas vítimas – é fundamental, principalmente em um cenário de sala de aula de línguas marcado pela pluridiversidade e com fins de romper com o discurso que interpreta o imigrante racializado como um problema e/ou ameaça para o bem-estar social.

Alexandre Cadilhe e Henrique Leroy afirmam que

Em um mundo social marcado pelas desigualdades, violências e opressões refletidas nas diversas colonialidades, torna-se um dever ético não reduzir a educação linguística a um espaço exclusivo de práticas voltadas para leitura, produção e análise linguísticas que sejam alheias aos problemas sociais. (2020, p. 259)

Ou seja, há de se pensar, em conformidade com o pensamento dos autores e considerando os atravessamentos das diversas colonialidades, em uma atuação docente comprometida com a resolução dos problemas sociais. Essa atuação preocupada com a

promoção da justiça social se alinha àquilo que Walter Mignolo (2008) chamou de opção de(s)colonial. Nas palavras do autor, “descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, elege um exterior a fim de assegurar sua interioridade” (p. 304).

A opção decolonial, em confluência com as palavras de Mignolo, é profundamente político-epistemológica, visto que, ao adotar tal opção, o docente se coloca na contramão de um horizonte de práticas já estabelecidas como o “cânone” educacional (saberes com raízes ocidentais que advém de Grécia e Roma e são atualizados com o pensamento europeu e norte-americano) e passa a adotar, em sua práxis, uma miríade de pensamentos anteriormente marginalizados que podem compor os textos sensibilizadores que leva para a sala de aula e, consequentemente, suas práticas pedagógicas.

2.1 O Xenorracismo como fenômeno estrutural no Brasil: fundamentos e delimitações conceituais

Dois fenômenos sociais que perpassam o cotidiano brasileiro são a xenofobia e o racismo. De acordo com a legislação brasileira, ambos são classificados como crimes e preveem penas para aqueles que os cometerem. Fato interessante de se pontuar é que a lei número 7.716, do ano de 1989, responsável por tipificar os crimes de racismo, prevê, em seu Art. 1º, que “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989), ou seja, ela também engloba os crimes de xenofobia, colocando ambas as formas de violência na mesma parcela legislativa, fato que se deve às adições promulgadas pela lei nº 9.459, de 1997, em relação à lei 7.716/89. Portanto, somente oito anos após a promulgação da lei que tipifica o racismo é que as alterações responsáveis por contemplar crimes de xenofobia passaram a vigorar. Esses apontamentos evidenciam que é medida recente a responsabilização e punição daqueles que cometem tais crimes de ódio.

No que tange à atualidade e conforme mostram os dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024), mais de 5.200 casos de injúria racial e racismo foram contabilizados no ano de 2024, através do Disque 100 (também conhecido como Disque Direitos Humanos). Em relação à xenofobia, conforme dados disponibilizados pela ONG *SaferNet*¹², aproximadamente 26 mil casos de violência relacionada à instâncias geográficas,

¹²BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Xenofobia: o ódio que divide o tecido social e incita violações de direitos contra povos e culturas**. Governo Federal, 1 ago. 2024. Disponível em:

em ambiente virtual, foram denunciados ao longo do período de 2017 a 2022 e, entre 2022 e 2023, houve um crescimento de 252,25% nas denúncias. Considerando esse aumento exponencial nos casos, torna-se imprescindível o aprofundamento nesses fenômenos e a reflexão acerca de seu impacto na vida das pessoas na contemporaneidade.

De origem grega, o termo xenofobia pode ser interpretado como o “medo daquele que é estrangeiro, estranho, figura supostamente desconhecida, que imaginariamente representa uma ameaça em potencial e provoca reações irracionais de aversão, intolerância, hostilidade e ódio” (Kohatsu; Saito, 2022, p. 2). Em contrapartida, o racismo, de maneira simplificada, se caracteriza por ser uma “construção ideológica e um conjunto de práticas” (Gonzalez, 2020, p. 157) que estabelece uma hierarquia racial privilegiando a raça branca em detrimento das demais.

Segundo Lineu Kohatsu e Gabriel Saito, “ideologias difundidas socialmente como a xenofobia e o racismo incitam a manifestação dessa predisposição à perseguição e hostilidade contra os grupos minoritários mais vulneráveis” (2022, p. 3). Desse modo, ambos os fenômenos se relacionam por tratarem do ódio contra camadas minoritárias, mas são conceitualmente diferentes.

No entanto, em uma concepção interseccional, isto é, que “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Bilge; Collins, 2020, p. 16), é possível presumir que, para um imigrante, isto é, qualquer “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (BRASIL, 2017), que se enquadra em mais de uma categoria minoritária (tais como ser uma pessoa pobre, não-branca, LGBTQIA+, proveniente de países economicamente periféricos ou pertencente a um gênero não-cismasculino, entre outros), a opressão cotidiana é ampliada, visto que esses eixos de divisão social “se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (Bilge; Collins, 2020, p. 17).

No entanto, ao combinar xenofobia e racismo, o conceito de xenorracismo corre o risco de soar totalizante, algo que se configura como um problema para o desenvolvimento do presente trabalho. Nesse sentido, elucidamos a adoção de uma interpretação interseccional do xenorracismo, isto é, compreendemos tal conceito como uma forma de violência estrutural que se articula com os diferentes eixos de opressão.

Considerando que os diferentes sistemas de estratificação - raça, nacionalidade, classe, gênero e outros (Collins, 2022) - se constroem de forma dialógica, o uso desse conceito de forma indistinta pode apagar divergências importantes que caracterizam as experiências vividas dos imigrantes e que decorrem dos diferentes eixos interseccionais. Um exemplo é a experiência xenorracista vivida por mulheres negras imigrantes, atravessada também pelas relações de gênero.

Nesse sentido, é válido pontuar que os discursos midiáticos indexicalizam a diferença não só entre os diversos estrangeiros, mas também na relação do Outro com o nacional. Portanto, uma compreensão interseccional do conceito de xenorracismo colabora com a desnaturalização das representações que são indexicalizadas nos discursos que constroem, através de estereótipos, a imagem do migrante racializado, e demonstra como as ordens de indexicalidade definem os diversos migrantes racializados que habitam o solo brasileiro.

Apesar da presença de diversos eixos de divisão social nas sociedades contemporâneas, algumas manifestações discursivas, que desvelam certas ordens de indexicalidade¹³ e são sustentadas por ideologias linguísticas dominantes, não contemplam a existência plena dessas diferentes camadas populacionais. Giralda Seyferth afirmou que “as ideologias nacionalistas supõem a existência de comunidades unívocas, apelando a uma ideia subjetiva de nação que exclui os classificados pela categoria ‘estrangeiro’, mesmo quando integram o Estado-nação na qualidade de cidadãos” (2008, p. 2) e, a partir dessa exclusão, ocorre, no Brasil, a consolidação daquilo que a autora nomeou como a representação indexicalizada do “imigrante ideal” (2008).

Tal conceito é responsável por estereotipar os imigrantes e estabelecer uma dicotomia que os divide em personas ideais e não ideais, além de construir uma categoria volátil que representa os interesses do Estado no momento em questão. Por exemplo, durante o século XIX, esse imigrante era representado por um “pequeno produtor rural familiar, preferencialmente católico” (Seyferth, 2008, p. 4), mas, nos dias atuais, com o aumento dos discursos nacionalistas fomentados pela extrema-direita ao redor do globo – espectro político que se desenvolveu “em torno do nacionalismo nativista contra minorias, sejam pessoas imigrantes, refugiadas, muçulmanas, sejam latinas” (Bilge; Collins, 2020, p. 169) – o imigrante ideal é “apontado, quase unanimemente, como branco, europeu e supostamente civilizado” (Ribeiro; Baeninger, 2024, p. 43). Nesse sentido, um imigrante negro, comumente

¹³Tal conceito, que se refere à ordens que estruturam e hierarquizam diferentes usos da língua, será aprofundado no terceiro capítulo do presente trabalho

não-europeu/norte-americano, não se enquadra na construção de imigrante ideal postulada pelo ideário de extrema-direita.

Frequentemente atravessados por manifestações discursivas que articulam violências xenófobas e racistas, que podem ser representadas através de violências verbais, da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, da exclusão em espaços escolares e em diversas outras violências que acometem a vida – em contextos diversos – dos estrangeiros racializados em solo brasileiro, é possível inferir tais imigrantes “revelam-se ainda mais marginalizadas/os que pretas/os e pardas/pardos brasileiras/os” (Ribeiro; Baeninger, 2024, p. 48),

Foi pensando nisso que Ribeiro e Baeninger (2024), a partir dos escritos de Sivanandan e Fekete (2001), desenvolveram a ideia de xenorracismo, conceito que, de acordo com as autoras, pode ser compreendido como “uma xenofobia que carrega toda a carga do racismo construído historicamente” e que “tem raízes que remontam ao período colonial” (2024, p. 40). Para compreender o impacto desse fenômeno no cotidiano nacional, faz-se importante entender, anteriormente, tanto o racismo quanto a xenofobia como fenômenos constituintes da estrutura social brasileira.

Assumir o racismo como uma questão estrutural é ter em mente que o mesmo “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 15), ou seja, atua como um componente orgânico das relações sociais que constroem diferentes sociedades de matriz colonial ao redor do globo. No que tange aos fluxos migratórios que constituem o país, é nítido que, dada a formação histórica do Brasil, o incentivo à migração se estabeleceu como um projeto.

Tal projeto migratório, constituinte da organização político-econômica nacional, foi utilizado, a priori, como forma de conseguir mão-de-obra (com a escravização dos povos africanos e indígenas) e, a posteriori, não só com o intuito de angariar força de trabalho barata, mas também com o objetivo de promover o embranquecimento populacional. Sequencialmente, tais fluxos foram – e continuam a ser – convertidos em um movimento xenófobo quando necessário (Seyferth, 2008), fato que reafirma o caráter estrutural da xenofobia, construído a partir do processo de escravização que acometeu a sociedade brasileira.

Portanto, ao entendermos o racismo e a xenofobia como fenômenos instaurados estruturalmente no Brasil, o xenorracismo passa a ser também interpretado como um componente dessa estrutura, visto que manifestações discursivas que articulam raça e nacionalidade, com fins opressores, são constituintes da experiência do imigrante racializado

em solo nacional. Um exemplo marcante que ilustra essa afirmação é uma matéria do portal O Globo que parte da morte de Moise Mugenyi Kabagambe, imigrante congolês espancado atrás de um quiosque na zona sul do Rio de Janeiro, e elenca cinco episódios de violência contra imigrantes africanos no Brasil¹⁴. Fato é que as manifestações xenorracistas também podem emergir através de ações individuais e em contextos institucionais, mas não é de nosso interesse aprofundar tais questões no presente trabalho.

Considerando o xenorracismo como algo que pode ser desempenhado através de violências físicas, morais, patrimoniais e psicológicas, e que se concretiza, cotidianamente, através da linguagem, torna-se fundamental explorar sua relação com a colonialidade, algo que será tratado ao longo da próxima seção.

2.2 Xenorracismo e colonialidade

Tendo como ponto de partida o pressuposto de que o xenorracismo se constitui como um fenômeno entranhado na estrutura da sociedade brasileira, parece perceptível o seu caráter opressivo e produtor de complexidades no que tange às relações sociais, visto que estas são atravessadas por diferentes intersecções. Quando apresentado por Liz Fekete (2001), o conceito de xenorracismo foi utilizado de modo a definir um racismo que não só era direcionado às pessoas de pele escura, mas principalmente àqueles que a autora chamou de deslocados, despossuídos e desenraizados, ou seja, o xenorracismo poderia ser direcionado a imigrantes brancos pobres. Juliana Ribeiro e Rosana Baeninger (2024) apontam, com mais ênfase, o impacto do xenorracismo na vida de imigrantes negros. Segundo as autoras, “imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os ou indígenas) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como inferiores — não apenas no nosso país, mas, também, nele” (2024, p. 39-40).

Em conformidade com as autoras, e com o interesse de mobilizar o conceito de xenorracismo para compreender a experiência do imigrante negro, ao considerar-se a raiz colonial desse fenômeno, torna-se uma tarefa imprescindível o colocar sob escrutínio à luz do conceito de colonialidade. Articulado a partir de 3 instâncias que se relacionam entre si (ser, saber e poder), faz-se pertinente, a primeiro momento, pensar tal fenômeno a partir da

¹⁴FILHO, William. Caso Moïse: cinco episódios de violência contra imigrantes africanos no Brasil. **Blog do Acervo**, [s. d.]. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/caso-moise-cinco-episodios-de-violencia-contr-imigrantes-africanos-no-brasil.html>. Acesso em: 24 jul. 2025

colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), com o intuito de compreender como o xenorracismo reescreve e reinscreve a hierarquia colonial na contemporaneidade.

Antecedente à noção de colonialidade do ser, é primordial elucidar a concepção aqui adotada de colonialidade. Ramón Grosfoguel afirma que a colonialidade “estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade” (2018, p. 67). Além de ser um sistema de opressão amparado em uma hierarquia racial, tal ideia também representa “padrões de poder de longa duração que emergiram como resultado do colonialismo, mas que definem a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais” que se mantêm vivos “nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações do eu e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna” (Maldonado-Torres, 2007, p. 243).

Nesse sentido, a colonialidade do ser se faz relevante para o presente trabalho, pois ela “respondeu à necessidade de tematizar a questão dos efeitos da colonialidade na experiência vivida e não apenas na mente” (Maldonado-Torres, 2007, p. 242). Somado a isso, a análise da experiência vivida é uma questão fundamental para a compreensão dos mecanismos de atuação do xenorracismo e seus impactos na construção ontológica do migrante negro, pois, através dessa análise, emergem diferentes manifestações discursivas xenorracistas que criam, disseminam e cristalizam uma vasta gama de estereótipos e violências que são direcionadas a esses povos.

Assumindo que a “invisibilização e desumanização são as expressões primárias da colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2007, p. 257), e que esses fenômenos atravessam a experiência vivida do imigrante racializado, torna-se primordial refletir sobre os motivos pelos quais ocorre, hoje, um crescimento excessivo nos discursos que constituem a imagem dessa camada como inferiores, não-pertencentes e como representantes de um perigo ao Estado-nação em que se inserem (Bógus; Silva, 2017).

Uma das possíveis razões pode ser a emergência, ao redor do globo, de governos de extrema-direita. Com a recente eleição de Donald Trump, no ano de 2024, e de outros líderes de direita ao redor do globo, discursos populistas de extrema-direita voltaram à tona e, de acordo com Lucia Bógus e João Carlos Silva, esses seriam responsáveis, na América Latina, por reforçarem “sentimentos supostamente nacionalistas e, em medida menos extremada que a europeia, racista e xenofóbico” (2017, p. 41).

Tais questões poderiam contribuir para a construção do imigrante “não-ideal” como uma ameaça à sociedade e à segurança pública, além de reforçar a ideia de que esse imigrante atua como um incômodo para a suposta integridade do Estado-nação, visto que, a partir da colonialidade do ser, essas camadas têm o seu direito à existência negado. Além disso, ao tratar sua existência física como uma ameaça, promove-se também a exclusão e o apagamento de seus valores epistêmicos, indicando a presença da colonialidade do saber. Tais formas de violência demonstram como as estruturas de poder impõem uma visão colonial ao mundo contemporâneo.

Portanto, o xenorracismo reescreve a lógica colonial que desvaloriza, desumaniza e ignora a existência do Outro racializado, o colocando em uma permanente zona de não-ser que, de acordo com Fanon, se caracteriza como “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (2008, p. 26).

Romper com esse estigma, que cria hierarquias, que apaga seus saberes e desumaniza pessoas com base no gênero, na raça, na nacionalidade e em outras intersecções, é tarefa primordial e, visando à promoção da justiça social, grandes passos podem e devem ser dados por meio da educação.

2.3 Decolonialidade, contracolonialismo e a crítica ao xenorracismo

Dado o caráter desumanizante do xenorracismo, faz-se necessária a crítica radical a esse fenômeno e às complexidades por ele produzidas que incidem sobre as diferentes relações sociais. Para Fanon (2008, p. 158), “aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica”. Essa afirmação pode ser parafraseada da seguinte forma: aos olhos do nacional, o imigrante racializado não tem resistência ontológica, visto que, em muitos casos, ao chegarem nos países de acolhida – assim como ocorreu com as populações do Sul Global submetidas à colonização (majoritariamente, negros escravizados e indígenas) – “sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta” (Fanon, 2008, p. 158).

Com o objetivo de estabelecer uma crítica radical ao xenorracismo e à imposição epistêmica que afeta tanto o nativo colonizado quanto o imigrante racializado, serão apresentadas duas correntes diferentes, mas com propostas anti-hegemônicas similares e,

posteriormente, será feita uma síntese entre ambas, sendo elas: a decolonialidade e o contracolonialismo.

A decolonialidade

necessariamente segue, deriva de e responde à colonialidade e ao processo e condição colonial em curso. É uma forma de luta e sobrevivência, uma resposta e prática baseada na epistemologia e na existência — sobretudo por sujeitos colonizados e racializados — contra a matriz colonial de poder em todas as suas dimensões, e em favor das possibilidades do diferente, do outro caminho. (Walsh, 2018, p. 17)

Nesse sentido, e ainda em conformidade com Catherine Walsh, é correto afirmar que a decolonialidade ocorre há mais de 500 anos (desde a “descoberta” da América Latina) como forma de “resistir e recusar os legados e as relações e padrões de poder em curso, estabelecidos pelo colonialismo externo e interno” (2018, p. 16). Portanto, a decolonialidade existe há mais de 5 séculos como um modo de resistência de longa duração às formas de dominação postuladas pelo colonialismo e pela colonialidade.

Similar ao pensamento decolonial, o contracolonialismo, nas palavras de Nêgo Bispo, “é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo” (Santos, 2023, p. 36). Nesse sentido, o autor propõe, como estratégia contracolonialista, a adoção daquilo que ele nomeou de *Jogo das denominações*, uma tática linguística que visa, através do embate entre termos linguísticos, enfraquecer palavras comumente utilizadas pelo colonizador e potencializar o léxico da população que sofre com as mazelas que são frutos do colonialismo. Na prática, esse jogo funciona da seguinte forma

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolônização. (Santos, 2023, p. 3-4)

Nesse sentido, a tomada de posição contra a dominação linguística do contracolonialismo parece se assemelhar à ala-pilar¹⁵ dos estudos decoloniais nomeada de colonialidade do saber. Esse pilar assume a interpretação de que a colonialidade criou um “legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir

¹⁵Chamo tal conceito de ala-pilar pelo fato de ser uma das três grandes componentes dos estudos decoloniais, ao lado da colonialidade do ser e do poder.

do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3). Não é o intuito deste trabalho estabelecer reflexões muito profundas sobre a aproximação do *jogo das denominações* e a prática decolonial que visa dismantlar a colonialidade do saber, mas é importante compreender que, a partir de conceitos distintos, a matriz europeia de produção de pensamento vem sendo criticada por diferentes epistemes e autores, originários de diferentes países e provenientes de diversos modelos de sociedade (aldeias indígenas, quilombos etc).

De modo a dar seguimento, alguns dos principais pontos de divergência entre a proposta decolonial e a contracolonial devem ser colocados. Nêgo Bispo, ao pensar a contracolonialidade, reflete, com maior ênfase, a ontologia dos/das quilombolas, enquanto o grupo *Modernidad/Colonialidad* (coletivo intelectual transdisciplinar de maioria latino-americana conhecido por aprofundar e popularizar os estudos decoloniais), apesar de também pensar a questão ontológica do colonizado, se propõe a refletir acerca da epistemologia e dos valores políticos estabelecidos pela colonialidade. Outro ponto de dissonância interessante é que, enquanto os estudos decoloniais são frutos universitários, o pensamento contracolonial tece duras críticas ao espaço acadêmico, visto que, por estarem inseridas em uma sociedade com marcas coloniais e guiadas pelo neoliberalismo, segundo Nêgo Bispo, “as universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadoria” (2023, p. 65).

Os distanciamentos e aproximações entre ambas são trazidos com o intuito de elucidar a maneira com a qual esses conceitos interagem entre si. No fim, ambos os projetos são caracterizados por fomentar a luta contra a colonialidade, mas com vocabulários, táticas, conceitos e atores sociais diferentes. O intuito não é, aqui, o de escolher um em detrimento do outro, mas sim o de articular ambos os conceitos na construção de um pensamento que possibilite o rompimento, por meio da educação, com os sistemas de opressão que desvalorizam a vida do imigrante, principalmente do racializado, em solo brasileiro e que promovem e/ou perpetuam manifestações xenorracistas.

Diante disso, torna-se crucial refletir sobre alguns mecanismos de valoração do ser que são consolidados e difundidos pelo racismo. Lélia Gonzalez, ao pensar o *modus operandi* da colonialidade, corrobora com Fanon ao afirmar que, nos países subalternizados, “o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados” (2020, p. 117), ou seja, tal fenômeno desempenha uma função crucial na construção ontológica do/a colonizado/a. Com o objetivo de pensar o ser migrante-racializado e subalternizado, o conceito de amefricanidade, proposto por Lélia Gonzalez (2020) como

sendo um caminho alternativo para a compreensão da diversidade constituinte da sociedade latina e da identidade das pessoas racializadas que habitam o continente, se faz extremamente útil.

A ideia de amefricanidade, enquanto categoria político-epistemológica, é importante pois “nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular)” (Gonzalez, 2020, p. 122), portanto, ao ultrapassar as limitações do caráter territorial, pode-se dizer que os imigrantes racializados que habitam o Brasil se enquadram nessa categoria de amefricanidade, e, que, assim como pessoas negras, LGBTQia+, indígenas, PCDs e demais minorias sociais, ao resistirem às diversas formas de opressão, desafiam, através de lentes amefricanas, a colonialidade ainda constituinte do país e contribuem para o desmantelamento do racismo ontológico e estrutural.

Por fim, a próxima seção do presente trabalho tem o intuito de olhar para o imigrante negro em solo brasileiro e para os atravessamentos que constituem sua experiência vivida quando confrontada por diferentes manifestações do xenorracismo.

2.4 O xenorracismo estrutural no cotidiano brasileiro

Como afirmado anteriormente, o xenorracismo (Sivanandan, 2001; Fekete, 2001; Ribeiro e Baeninger, 2024), enquanto fenômeno estrutural, ocorre de diferentes maneiras no cotidiano dos imigrantes racializados em solo brasileiro. Devido àquilo que Redin (2016) nomeou como estado de exclusão permanente, condição direcionada ao imigrante que é representada “por uma permanente condição de provisoriade e de condicionalidade às leis de uma hospitalidade dentro dos pactos, das vantagens e dos ganhos da presença do Outro” (Redin, 2021, p. 160), se tornam corriqueiras violências que articulam raça e nacionalidade na experiência de vida dessa camada.

Mediante a crescente da ideologia nacionalista, que surgiu com o nascimento dos Estados-nação ao longo dos séculos XVIII e XIX, pode-se afirmar, de acordo com Giralda Seyferth (2008, p. 1), que “o nacionalismo vinculou a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia ou civilização, entre outros critérios de forte apelo simbólico”, de modo a criar a percepção de que o imigrante racializado “perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica” (2008, p. 4).

Essa diferença étnico-cultural, que torna-se notória a partir da emergência do outro na vida cotidiana, isto é, do contato com o Outro imigrante, somada às diferentes manifestações discursivas que resultam do contraste produzido pelo encontro do “nativo” com o “não-nativo”, constitui-se como um campo fértil para pensar a capacidade do Estado brasileiro de assegurar os direitos – previstos por lei – dos imigrantes, e os passos que devem ser tomados com o objetivo de garantir condições para que esse grupo possa ter o seu direito à vida plenamente respeitado.

Ainda que a Lei de Migração (n. 13.445/2017) promulgue a necessidade de “inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas”, segundo um levantamento¹⁶ realizado no norte do país pela ONG Visão Mundial¹⁷, no ano de 2024, de 264 pessoas ouvidas, sendo a maioria venezuelana, 67,4% não se encontravam inseridas no mercado de trabalho formal. Além disso, a lei também prevê, em seu artigo 3º, inciso XI, o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (BRASIL, 2017), mas é notória a incapacidade do Estado brasileiro de assegurar plenamente, tanto para nacionais quanto para imigrantes, todos esses acessos.

Outro ponto interessante que constitui a Lei de Migração, agora em seu art. 4º, está no inciso X. Especialmente caro para nós, educadores, ele prevê o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017). No entanto, ainda que a legislação estabeleça como princípio o direito à educação, de acordo com Vigar e Simões (2021, p. 121), “o que se percebe é a ausência de um caminho real para acessá-la, sabendo que, na prática, sua garantia se dá, primeiramente, pelo aprendizado da língua majoritária do país de acolhimento — no caso do Brasil, o português”. Portanto, ao não garantir o acesso pleno de imigrantes ao ensino de português, quiçá a uma educação em suas línguas primárias, criam-se barreiras políticas, linguísticas e psicológicas que podem dificultar sua inserção na sociedade de acolhida.

Além disso, o termo língua, mencionado apenas três vezes ao longo do texto da Lei de Imigração, aparece apenas correlato aos trâmites relacionados à naturalização do imigrante, sendo um dos pré-requisitos para efetivar a naturalização. Nesse sentido, não há na lei

¹⁶RAMOS, Marien. **Quase 68% dos imigrantes não estão inseridos no mercado de trabalho, diz pesquisa.** CNN Brasil, 14 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/quase-68-dos-imigrantes-nao-estao-inseridos-no-mercado-de-trabalho-diz-pesquisa/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

¹⁷A ONG Visão Mundial (*World Vision*, nome original em inglês) é uma organização cristã que, no Brasil, atua desde 1975. Seu trabalho visa auxiliar crianças e pessoas em situação de fragilidade, estado comum aos deslocados forçados.

nenhum excerto que torne obrigatório o ensino das línguas oficiais do país aos imigrantes que aqui habitam.

Em contrapartida à ausência de leis que estabeleçam como obrigatório o ensino de língua portuguesa aos imigrantes, ONGs, Universidades Federais, movimentos sociais e outros coletivos, visam possibilitar o aprendizado da língua portuguesa por meio de modalidades como o Português como Língua de Acolhimento e Português como Língua Estrangeira, doravante PLAc e PLE.

Essa incapacidade de garantir o ensino de português e a utilização de sua língua primária em solo nacional se consolida como uma das formas de manifestação do xenorracismo estrutural, evidenciando a dificuldade do Estado para com imigrantes – principalmente negros – em garantir direitos que os possibilitem ter uma vida digna. Essa dificuldade se materializa através da existência de diversas outras barreiras que afetam a vida do imigrante, barreiras que se constituem como um desafio que demanda não só a reflexão crítica, mas uma mudança de atitude por parte da sociedade civil e de instituições legais – que pode se dar através da *educação do entorno*¹⁸ (Maher, 2007) – em direção ao rompimento de barreiras existentes, tais como a expansão de políticas públicas e migratórias, a garantia do acesso aos serviços públicos e o fomento à capacitação para maior inserção no mercado de trabalho.

2.4.1 O xenorracismo e suas manifestações sob o indivíduo

Diante das diferentes manifestações do xenorracismo, somos frequentemente confrontados com aquelas que resultam de ações individuais. São chamadas assim por não serem configuradas como uma manifestação institucional, isto é, acontecimentos derivados do funcionamento das instituições – tais como as diferentes agressões policiais contra imigrantes racializados que ocorrem no país¹⁹ –, nem estrutural, como a ausência de leis que garantam o acesso de imigrantes ao ensino da língua portuguesa (fato que amplia a quantidade de imigrantes negros em situação de trabalho informal e desemprego), com fins de maior imersão cultural no país de acolhida, e naturalização, caso seja de interesse do indivíduo.

Com base na concepção de racismo individual (Almeida, 2019), assumo que, enquanto acontecimento individual, o xenorracismo pode ser interpretado como “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” (Almeida, 2019, p.

¹⁸O conceito em questão será aprofundado em seções seguintes.

¹⁹Alguns exemplos dessas agressões estarão disponíveis no *corpus* alocado na seção de análise do presente texto.

25). Sob esse prisma, o xenorracismo atua como um reflexo de uma estrutura edificante, mas se manifesta através de discriminações que são “legitimadas por uma opinião pública que, cada vez mais, é atingida por discursos alarmistas de segurança, de que os imigrantes representam o terror e o perigo” (Bógus; Silva, 2017, p. 36).

A disseminação incessante desses discursos produz estereótipos e estigmas que recaem diretamente sobre imigrantes negros, tais como haitianos, africanos, venezuelanos etc. Essas manifestações podem ocorrer tanto em âmbito presencial quanto virtualmente, sendo que os acontecimentos em âmbito virtual, de acordo com Elany Souza e Júlia Rebelato, têm se tornado cada vez mais comuns e, frequentemente, “fazem relação direta do imigrante com grupos criminosos, de guerrilha paramilitar, bem como ligação com partido e ideologia partidária, atribuindo ao imigrante inúmeras insatisfações de ordem pessoal, social e política” (2015, p. 84).

Essa estigmatização muitas vezes é produzida em ambiente presencial e veiculada virtualmente, através de publicações em redes sociais, e criam verdadeiras zonas de guerra nos comentários, polarizando o debate entre pessoas que apoiam a permanência e a promoção de direitos aos imigrantes e pessoas que apoiam sua expulsão.

Nesse sentido, cabe ressaltar que uma série de manifestações xenorracistas que ocorreram presencialmente e que ganharam destaque através da internet serão colocadas sob escrutínio na seção de análise do presente texto. De modo a dar sequência, a próxima subseção será construída com o intuito de discutir acerca dos letramentos escolares inseridos em um contexto contemporâneo que, em contraste com o xenorracismo, é marcado pela pluriétnicidade no ambiente educacional.

2.5 Os letramentos escolares como uma prática xenorracista e o cenário educacional diverso como um desafio

A noção de letramentos, que se encontra repartida em diferentes concepções teórico-práticas, neste trabalho é compreendida a partir da perspectiva de Angela Kleiman (1995), que rejeita a visão autônoma, postulada e também criticada por Street (1984), e adota uma visão ideológica sobre eles, ou seja, os interpreta como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (1995, p. 19). Além disso, cabe salientar que tais letramentos ideológicos se caracterizam por serem práticas linguísticas sócio-historicamente situadas, ideologicamente perpassadas e atravessadas por diferentes relações de poder.

Em contraposição aos letramentos ideológicos, os letramentos escolares dominantes parecem estar alocados em uma concepção autônoma de letramento, visto que esse conceito se refere “às práticas de uso da escrita típicas da escola, as quais tradicionalmente privilegiam as formas da língua-padrão e as obras canônicas” (Vianna et al., 2016, p. 49). Tal cenário, responsável por mobilizar práticas que privilegiam a norma-padrão da língua portuguesa, acaba por se distanciar não só da realidade de alunos periféricos, mas também de estudantes imigrantes racializados, e se consolida como uma extensão do xenorracismo, visto que muitos são provenientes de países que não falam a língua portuguesa e acabam, pela ausência de promulgações oficiais que promovam o acesso pleno à língua portuguesa ou a um ambiente plurilíngue, ficando linguisticamente deslocados e socialmente excluídos.

Nesse sentido, ao privilegiar um uso da língua em detrimento de outros, os letramentos escolares hegemônicos se estabelecem como um desafio para diferentes camadas que por ele não são contemplados. Por não serem falantes do português-brasileiro e contarem com um universo de práticas linguísticas outras, os imigrantes podem, a medida em que se inserem no ambiente educacional nacional, se depararem com práticas de letramento que instauram barreiras e os distanciam da língua portuguesa, de seus costumes e do aprendizado escolar. Em conformidade com Signorini (2007, p. 324), acreditamos que os letramentos escolares devem ser compreendidos como

um emaranhado de ações individuais e de grupo fundamentalmente vinculadas a aparatos institucionais de diversos tipos, desde o mobiliário e aparelhos de apoio até regimentos internos e programas de ensino, e não um conjunto de conteúdos e metodologias que se vão alterando ou substituindo em função de demandas oficiais e/ou do acesso a novidades acadêmicas.

Diante disso, o presente trabalho, ao adotar a concepção de letramento como uma prática social situada (Kleiman, 1995; Street, 1984) e como fenômeno que coexiste em ações individuais e de grupo, adota também uma postura crítica em relação aos letramentos escolares hegemônicos, compreendendo que as diferentes manifestações linguísticas se encontram atreladas aos contextos onde são produzidas, às experiências vividas dos atores que os performam e de suas respectivas comunidades.

Desse modo, os letramentos não se limitam apenas à produção linguística, mas, por serem interpretados como fenômenos ideológicos, se colocam na linha de frente da produção e negociação dos sentidos e identidades, além de se fazerem de extrema valia quando utilizados para questionar a concepção de letramento escolar hegemônica. Tais questionamentos, que devem ser feitos não apenas por parte dos professores, mas também das

instituições escolares, tendem a pavimentar o caminho em direção à uma concepção de letramento escolar que contemple as realidades dos múltiplos alunos.

É correto dizer que aqui compreendem-se as práticas discursivas anti-xenorracistas como práticas de letramento que devem ser pautadas e questionadas nos diferentes cenários de sala de aula brasileiros a partir de um olhar ideologicamente orientado. A promoção do pensar reflexivo e crítico acerca dessa forma (no caso, do xenorracismo) e das demais formas de violência pode proporcionar a desconstrução de índices linguísticos que valoram o Outro como inferior.

Isto posto, cabe refletir sobre como a identidade do imigrante racializado é construída ou negada discursivamente através dessas práticas. Considerando a língua como um marcador simbólico que pode ou não proporcionar a inclusão dessa camada, faz-se importante questionar como diferentes discursos, que são similares aos que se encontram no *corpus* do presente trabalho, tais como o “volta pro seu país/pra sua terra”, “eles não falam a nossa língua” e “tá na terra dos outros e tá reclamando”, atuam, quando direcionados aos imigrantes racializados, de forma a promover a exclusão, reforçar ordens de indexicalidade xenorracistas e indexicalizações específicas que atrelam valores negativos à imagem do imigrante negro.

Tais enunciados, que funcionam como dispositivos de exclusão, demonstram como a concepção de pertencimento nacional está ligada ao domínio da língua portuguesa, ou seja, as práticas de letramento hegemônicas se encontram correlatas à competência social que é atribuída ao imigrante. Nesse sentido, a partir da deslegitimação das práticas linguísticas migrantes, ocorre um afunilamento, através do português brasileiro, que promove não só a exclusão e o apagamento de suas línguas no cotidiano, mas também a subalternização de seus costumes e formas de agir no mundo.

Desse modo, indexicaliza-se uma dicotomia que compreende o português brasileiro como “língua verdadeira” e símbolo de inclusão no território nacional, e as línguas dos imigrantes racializados como subvalorizadas. De acordo com Marluza da Rosa, o sistema escolar brasileiro atua de forma a solidificar tal exclusão, visto que

o que se demanda é uma (im)possível inserção linguística do estudante refugiado que, como estrangeiro, não necessariamente conhece a língua portuguesa ou não a conhece em sua forma escrita ou, ainda, não a conhece na modalidade escrita formal, solicitada corriqueiramente nas redações escolares. (2018, p. 1544)

Apesar de se referir ao ambiente educacional, o modelo de inserção linguística proposto pelo sistema escolar brasileiro se reflete na sociedade, visto que, como dito

anteriormente neste trabalho, por meio de uma legislação que não garante o acesso pleno ao aprendizado da língua portuguesa-brasileira, muito menos a um ambiente plurilíngue que contemple a língua do migrante, atua de modo a reforçar o não-pertencimento e o estado de exclusão permanente dirigido a este Outro.

Dessa forma, diante das barreiras linguísticas estabelecidas em prol de uma concepção de sociedade pautada no monolinguismo, ocorre a solidificação estrutural de fenômenos como “o mito e a ideologia de que o Brasil é um país monolíngue e linguisticamente homogêneo” (Anunciação, 2018, p. 45). Diante disso, a identidade do aluno imigrante racializada acaba por ser negligenciada, visto que “o refugiado é destituído não só de sua própria língua (que passa a não ter valor algum), mas também dos saberes/experiências nela vivenciados” (Rosa, 2018, p. 1545).

Mediante a esse cenário desafiador, refletir acerca dos letramentos escolares com o intuito de ampliar o escopo social, promover a educação do entorno (Maher, 2007) e abarcar todos os estudantes e suas complexidades, são questões primordiais para uma prática docente comprometida com a justiça social em um cenário contemporâneo marcado por uma paisagem social extremamente diversa.

Terezinha Maher (2007), ao propor a educação do entorno para a sociodiversidade, nos aponta um caminho interessante em direção à inclusão e à expansão do escopo de sociedade em busca um ambiente mais acolhedor. De acordo com a autora, tal conceito pode ser compreendido como uma educação que abraça todo o contexto social em que está inserida, de modo a pensar as relações da sociedade com o intuito de garantir o reconhecimento das diferentes línguas e do respeito às diferenças socioculturais através do empoderamento dos diversos grupos subalternizados.

Ainda conforme o pensamento da autora, são necessárias três instâncias para o desenvolvimento de tal molde educacional, sendo elas: (i) empoderamento político dos grupos minoritários, (ii) promoção de políticas que garantam a voz dos grupos minoritários e (iii) a promoção de uma educação que contemple a sociodiversidade constituinte do entorno. Dessa forma, os princípios postulados por Maher, principalmente o terceiro, alinhados a uma práxis docente libertadora, se constituem como um forte “pontapé” em direção à promoção da justiça social através da educação. No entanto, sem mudanças de cunho institucional e estrutural, tais princípios não alcançam o seu pico de poder para a transformação social.

A seguir, será introduzida a concepção de narrativa adotada no presente trabalho, além das noções de entextualização, indexicalidade e ordens de indexicalidade, conceitos que se farão extremamente pertinentes para a realização da análise que se segue. Além disso, uma

parte do capítulo trata da questão da indexicalidade no cotidiano migrante e sua emergência em contextos midiáticos.

3 XENORRACISMO E AS NARRATIVAS EM CONTEXTO MIDIÁTICO

Ao colocar em voga as diferentes possibilidades de manifestação do xenorracismo, fenômeno que se materializa de diversas maneiras e que, no presente trabalho, tem como forma privilegiada para análise a sua disseminação através de narrativas, faz-se perceptível um conjunto de propriedades da linguagem que permitem o compartilhamento, a construção e a difusão de diferentes marcadores sociais.

Embasado nas noções de indexicalidade, entextualização e ordens de indexicalidade, ideias que serão melhor aprofundadas em sequência, o presente capítulo tem por interesse, além de elucidar os principais conceitos que serão utilizados no momento teórico-metodológico e analítico do texto em questão, delimitar a concepção de narrativa que foi adotada no presente trabalho para refletir acerca dos marcadores sociais que atravessam a vida dos imigrantes racializados em solo brasileiro e que são capazes de construir diferentes formas de interpretação da sua existência no meio social, visto que as narrativas contadas podem atuar de modo a promover, dentre muitas outras coisas, tanto o pertencimento quanto a exclusão dessa camada.

Nesse sentido, a discussão do presente capítulo será fracionada em cinco momentos: (1) o importante papel das narrativas enquanto dispositivos epistêmicos; (2) a apresentação teórica do conceito de ordens de indexicalidade e sua relevância para os estudos da linguagem; (3) um desenho teórico dos conceitos de indexicalidade e entextualização, que proporcionarão maior aprofundamento para o momento de análise do corpus da pesquisa; (4) a análise da articulação entre tais conceitos e os processos de xenorracismo que atravessam a vida imigrantes racializados no Brasil; e (5) uma reflexão sobre o papel da mídia como espaço de difusão e consolidação dessas indexicalizações, que naturalizam processos hierárquicos e promovem exclusões com base em marcadores linguístico-raciais, além da nomeação de algumas ordens de indexicalidade e do desvelamento de ideologias linguísticas – indexicalmente fundamentadas – que são construídas e solidificadas através da propagação em diferentes ambientes dos diferentes discursos xenorracistas, isto é, da entextualização.

3.1 As narrativas e sua relevância

Encapsuladas ao longo das diferentes notícias que constituem o *corpus* de análise do presente trabalho e que serão trazidas à tona a seguir, encontram-se narrativas que foram produzidas por imigrantes negros em solo brasileiro. Sendo um conceito extremamente caro

para o presente trabalho, a ideia de narrativa, gênero textual que permite, frequentemente, a mobilização de vozes subalternizadas, pode ser compreendida como “um fazer performativo que indexicaliza lugares sociais, (re)posicionamentos e lutas ideológicas associadas a discursos” (Cavalcanti; Bizon, 2024, p. 272).

Tal gênero é privilegiado por proporcionar, através da mobilização de diferentes vozes, a profusão de pontos de vista, de disputas de poder e de diferentes maneiras de compreender o mundo social. Além disso, deve ser levado em consideração o poder da narrativa produzida por atores sociais desprestigiados de (re)organizar a experiência humana (Paiva, 2008), visto que, através das histórias contadas por diferentes pessoas, relatos sobre liberdade e opressão, inclusão e exclusão, acesso e negação aos direitos, são comumente difundidos e possibilitam que a sociedade tenha contato com atores frequentemente invisibilizados. Desse modo, a narrativa pode atuar de forma a pavimentar um caminho para a promoção de novas políticas e para a garantia de direitos em disputa. No entanto, é válido salientar que opressores e oprimidos produzem narrativas, a questão em voga é direcionar a atenção para aquelas produzidas pelos últimos.

Nesse sentido, ainda que circunscritas nas notícias, cabe pontuar que os objetos a serem analisados no presente texto são as narrativas produzidas pelos estrangeiros. No mais, em consonância com Anna de Fina (2010), assumo que as narrativas não se dão como um produto, mas sim como um processo, e que essas produções partem de lugares sócio-históricos específicos e estão, deste modo, “situadas em contextos locais e globais” (p. 43). Portanto, ainda que as vozes dos imigrantes mobilizadas no momento de análise do presente trabalho sejam provenientes de diferentes países e estejam em diferentes regiões brasileiras, os atravessamentos “glocais” denunciam dinâmicas que correlacionam suas experiências.

3.2 Ordens de indexicalidade, ideologias linguísticas e colonialidade

A presente subseção visa apresentar a noção de Ordens de Indexicalidade (Silverstein, 2003; Blommaert; 2005; 2010), reforçar sua importância para os estudos da linguagem, demonstrar sua relação com as ideologias linguísticas e com a colonialidade, considerando a pertinência de se pensar a linguagem quando confrontada com a experiência vivida do imigrante racializado.

Diante disso, a noção de ordem de indexicalidade objetiva elucidar como a indexicalidade ocorre de modo ordenado. A ideia postulada por Silverstein e ampliada por

Blommaert busca demonstrar que a linguagem atua não de forma ingênua ou neutra, mas sim de modo sistemático e hierarquizado.

Inicialmente cunhada por Silverstein (2003), a ideia de ordem indexical se referia “ao conceito necessário para relacionar os *frames* de análise micro e macro-sociais de qualquer fenômeno sociolinguístico”²⁰ (p. 193). Portanto, as ordens indexicais se apresentariam em graus ordenados, de modo que o grau seria responsável por representar o contexto de uso de uma ordem e possuiria algum tipo de esquematização no que se refere à adequação e pertinência de sua utilização naquela conjuntura.

Nas palavras do autor,

Tais ordens indexicais aparecem em graus ordinais e integrais — isto é, indexicalidade de primeira ordem, de segunda ordem, etc. — segundo o seguinte esquema dialético geral: todo índice de ordem *n* pressupõe que o contexto em que é normativamente utilizado possui uma certa esquematização, em relação à qual podemos modelar a 'adequação' de seu uso naquele contexto. (Silverstein, 2003, p. 193)²¹

Dessa forma, ainda que a definição silversteiniana tenha sido trazida de forma breve e com fins introdutórios, ela se faz importante por defender que os diferentes sentidos sociais da linguagem se hierarquizam através das distintas ordens de indexicalidade.

Para ilustrar, Jan Blommaert afirma que o conceito de Silverstein diz respeito ao fato de que “significados indexicais ocorrem em padrões que oferecem percepções de similaridade e estabilidade, podendo ser percebidos como ‘tipos’ de práticas semióticas com direções (pressuponíveis/implícadas) previsíveis” (2010, p. 37) e que, além disso, “produzem categorias sociais, emblemas semióticos reconhecíveis por grupos e indivíduos e um habitat semiótico mais ou menos coerente” (2010, p. 38). Desse modo, é possível afirmar que “os valores, os discursos, as narrativas, as vozes e as convenções sociais indexicalizadas e hierarquizadas são, então, as ordens de indexicalidade” (Melo; Ferreira, 2017, p. 413).

Para Blommaert, “a ordem indexical é o princípio metapragmático organizador daquilo que é amplamente conhecido como a ‘pragmática’ da linguagem” (2010, p. 37), ou seja, essa ordem, enquanto princípio, seria responsável por organizar os diferentes modos por meio dos quais a linguagem opera socialmente, estabelecendo, portanto, formas mais ou menos padronizadas para o uso da língua em diferentes situações, mas que não se manifestam,

²⁰Tradução nossa.

²¹No original: *Such indexical order comes in integral, ordinal degrees, that is, first-order indexicality, second-order indexicality, etc., in the following general schema of dialectic: any *n*-th order indexical presupposes that the context in which it is normatively used has a schematization of some particular sort, relative to which we can model the “appropriateness” of its usage in that context.*

necessariamente, de forma explícita. Além disso, Blommaert também argumenta que as “ordens de indexicalidade são estratificadas e nem todas as maneiras de falar tem valor igual” (2005, p. 75), enfatizando o caráter valorativo atrelado às diferentes ordens.

Por fim, o autor define a sua visão de ordem de indexicalidade da seguinte forma:

é um conceito sensibilizador que deve indicar (“apontar”) aspectos importantes de poder e desigualdade no campo da semiose. Se formas de semiose são valorizadas social e culturalmente, esses processos de valoração devem exibir traços de poder e autoridade, de lutas em que houve vencedores e perdedores, e nas quais, em geral, o grupo de vencedores é menor que o grupo de perdedores. (2010, p. 38)

Sendo o conceito acima escolhido como visão privilegiada para o presente texto, cabe pontuar a sua relação com as diferentes ideologias linguísticas. Estabelecer essa correlação se faz importante pelo fato de que ambas detêm uma relação dialógica que se dá a partir da compreensão de que as ideologias linguísticas atuam de modo a produzir e garantir legitimidade a diferentes ordens de indexicalidade, enquanto tais ordens, ao se constituírem nas práticas sociais de linguagem, materializam diferentes ideologias linguísticas.

Além disso, “a pesquisa sobre ideologia linguística ao enfatizar os processos de reflexividade e metapragmáticos sobre a linguagem em uso se abre para estudos decoloniais no processo de trazer a colonialidade à tona” (Moita Lopes, 2024, p. 13). Diante disso, é válido pontuar que a capacidade das ideologias linguísticas de tornar a colonialidade notória, através da análise do uso social da língua, reforça o fato de que “os estudos sobre ideologias linguísticas caracterizam um campo de investigação a ser expandido, podendo ser ampliado/potencializado no diálogo com teorias decoloniais no âmbito da Linguística Aplicada Crítica” (Rohling, 2024, p. 15).

Blommaert afirma que “as ideologias linguísticas são crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação” (2014, p. 68). Isto posto, torna-se primordial refletir sobre as ideologias linguísticas que atravessam a construção de indexicalizações xenorracistas, visto que, por vezes, o imigrante racializado, por inúmeras questões, tais como não compartilhar a língua do país de acolhida, pode ser considerado como inferior. Desse modo, tal estrangeiro acaba por não ser contemplado pela categoria de “falante ideal” – conceito que, com base na concepção de imigrante ideal (Seyferth, 2008; Ribeiro e Baeninger, 2024), defino como sendo uma ordem de indexicalidade socialmente construída a partir da comparação entre os diferentes tipos de imigrante e que diz respeito àquele imigrante que é branco, cisheteronormativo, proveniente de classes sociais mais abastadas, conhecedor da

norma de prestígio, alguém que não comete erros lexicais, domina a prosódia e as variantes nas diferentes situações de uso da língua e se constitui, de fato, como uma versão idealizada do falante.

Nesse sentido, a ordem de indexicalidade que constitui o imigrante “não ideal”, que nesta pesquisa se manifesta como imigrante racializado, é fruto de diferentes questões, tais como políticas migratórias adotadas ao longo do século XIX, visto que, de acordo com Giralda Seyferth, aos olhos dos eugenistas, a vinda de estrangeiros racializados “podia produzir a miscigenação inadequada como minorias enquistadas, trazendo prejuízo à formação nacional” (2008, p. 2). O grande trunfo da presente questão está em refletir como a presença do imigrante não-ideal, para além de ser conflituosa quando contraposta a interesses políticos eugenistas, se constitui como uma ordem de indexicalidade que reflete a matriz colonial-xenorracista vigente e se concretiza nas narrativas recontadas nas notícias a serem analisadas posteriormente.

Ademais, considerando que “as ideologias nacionalistas supõem a existência de comunidades unívocas, apelando a uma ideia subjetiva de nação que exclui os classificados pela categoria ‘estrangeiro’²², mesmo quando integram o Estado-nação na qualidade de cidadãos” (Seyferth, 2008, p. 2), pode-se inferir que o papel da ideologia na naturalização de ordens de indexicalidade de desigualdade social, atuando de modo a perpetuar a colonialidade do saber/ser/poder.

A colonialidade do poder, ao trazer o elemento raça para o centro do debate e considerá-lo “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p. 123), reforça a importância da questão racial para a compreensão da estratificação social que elege o branco como superior e, posteriormente, para a realização de uma análise que desvele a edificação dos discursos opressivos que circundam a sociedade contemporânea.

Note-se que o conceito de sistema-mundo, no presente texto, se apresenta como uma alternativa ao conceito de sociedade e é “utilizado para romper com a ideia moderna que reduz ‘sociedade’ às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um ‘Estado-nação’” (Grosfoguel, 2018, p. 62), ou seja, uma concepção que contempla a incapacidade do Estado de englobar seus nativos, ou melhor, a incapacidade da ideia de Estado de corresponder “à identidade da população dentro de suas fronteiras” (p. 62), de modo que a ideia de Brasil não consiga contemplar, de forma unívoca, todos os povos que são brasileiros, por exemplo.

²²A ideia de estrangeiro no parágrafo em questão representa todos aqueles advindos de outros países, sendo eles: refugiados, apátridas e desterritorializados.

Considerar o racismo como um princípio estruturante das diferentes relações sociais corrobora com a ideia de que, em um sistema-mundo regido por valores opressores, diferentes ordens de indexicalidade operam e mantêm, em seu cerne, estruturas de racialização, reforçando a afirmação fanoniana de que “se há um vício, ele não está na ‘alma’ do indivíduo e sim na ‘alma’ do meio” (Fanon, 2020, p. 177), de tal forma que sua manifestação se dê através da língua, visto que “o fenômeno da ideologia é intrínseco ao uso da linguagem” (Moita Lopes, 2024, p. 8).

Portanto, ao assumirmos que a consolidação de valores opressores se dá na “alma do meio”, pode-se concluir que a naturalização das desigualdades sociais – que ocorre através da disseminação de ideologias linguísticas hegemônicas e se materializa em diferentes ordens de indexicalidade – é fundamental para a manutenção do *status quo* das estruturas de dominação postuladas pela colonialidade. Nas palavras de Jan Blommaert,

O fato de acreditarmos que algumas formas linguísticas, em virtude de terem sido artefatuizadas, são intrínseca e fundamentalmente “superiores” a outras, é algo que leva à estratificação social, em qualquer lugar, onde aqueles que têm acesso a essas variedades são vistos (ou veem a si mesmos) como seres intrínseca e fundamentalmente superiores. (2014, p. 72)

Diante disso, torna-se inevitável assumir, ao compreender a artefatuização de certas cristalizações linguísticas, que elas operam de modo colonialmente informado, num cenário onde “tal colonialidade designa o que conta como uma língua, uma religião, e um falante apropriado dentre outros tipos de imposições insistentes de natureza colonial” (Moita Lopes, 2024, p. 12). A construção dessas diferentes ordens de indexicalidade que definem o falante apropriado, a língua válida, a religião “verdadeira” e demais padrões do que é, supostamente, correto, não ocorre de maneira neutra e representa interesses políticos orientados pela perspectiva colonial.

A fim de proporcionar uma análise mais rebuscada, a próxima subseção trará dois conceitos que se entrelaçam com a ideia de ordens de indexicalidade e se fazem fundamentais para o processo de análise do *corpus* teórico.

3.3 Indexicalidade, Entextualização e Ordens de Indexicalidade

Como mencionado anteriormente, a fim de produzir inteligibilidade em contextos onde emergem manifestações xenorracistas, os conceitos de entextualização e indexicalidade

se mostram potentes aliados à noção de ordens de indexicalidade proposta por Blommaert. O primeiro conceito pode ser compreendido como

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo. (Bauman; Briggs, 2006, p. 206)

Já a indexicalidade, de acordo com Blommaert, constitui as ordens de indexicalidade e se referem à capacidade do signo de

indicar (‘apontar para’) aspectos importantes do poder e da desigualdade no campo da semiose. Se certas formas de semiose são social e culturalmente valorizadas, esses processos de valorização devem exibir traços de poder e autoridade, de disputas nas quais houve vencedores e perdedores, sendo que, em geral, o grupo de vencedores é menor do que o grupo de perdedores. (2010, p. 38)

Ambos os conceitos se fazem importantes em um cenário onde a indexicalidade ajuda a estratificar ideias de integração e exclusão, construções de identidade e os papéis dos diferentes atores sociais (Blommaert, 2010). Portanto, torna-se fundamental trabalhar a potencialidade de tais conceitos e compreender, por meio das pistas indexicais (Wortham, 2001), como certos discursos podem ser interpretados, realocados e carregarem consigo diferentes significados nos diferentes contextos em que emergem.

Além disso, as indexicalizações, componentes das ordens de indexicalidade, “são estratificadas e impõem diferenças de valor aos diferentes modos de semiose, sistematicamente dando preferência a alguns em detrimento de outros e excluindo ou desqualificando determinados modos específicos” (Blommaert, 2010, p. 41).

Nesse sentido, o processo de entextualização pode ser resumido na capacidade de um discurso de transitar e fazer sentido em diferentes contextos, enquanto a indexicalização “é a propriedade do signo linguístico de apontar para projeções semiótico-textuais, que indicam a interpretação de um ato comunicativo ao ser local e culturalmente contextualizado” (Guimarães; Moita Lopes, 2017, p. 18).

Por fim, a próxima seção terá por objetivo refletir acerca da relação existente entre os conceitos anteriormente mencionados, as diferentes ideologias linguísticas e o xenorracismo. Ao criar estigmas sobre os diferentes modos de utilização da língua, uma ideologia linguística de orientação colonial pode ignorar todo o universo multilíngue, multirracial e

multi-ideológico, extraordinário que permeia a vida dos diferentes imigrantes e promover exclusão. Em contrapartida, agentes sociais, quando orientados por uma ideologia linguística de matriz libertadora, e aqui me baseio em Paulo Freire (1987), que é crítica, engajada na transformação da sociedade e que é co-construída com as epistemes produzidas pelos povos oprimidos, são capazes de promover maior inclusão, equidade e, finalmente, justiça social.

3.4 A estreita relação dos conceitos com o xenorracismo

Após conceituar as noções de ordens de indexicalidade, indexicalidade e entextualização e evidenciar o entrelaçamento de tais ordens com as diferentes ideologias linguísticas, faz-se necessário compreender como tais conceitos se relacionam com o xenorracismo, ideia responsável por sintetizar a violência geográfico-racial produzida pelos fenômenos socioestruturais nomeados de racismo e xenofobia. A citação a seguir auxilia na definição do xenorracismo e pode ser estendida, ainda que os autores tenham se referido a imigrantes haitianos, a todos aqueles imigrantes que carregam, em seu seio, lastros da colonialidade e, em sua pele, traços negróides. Dessa forma, o xenorracismo

nos ajuda a entender como, ao contrário de migrantes de outros grupos sociais (europeus, por exemplo), os/as haitianos/as têm sua língua, cultura e costumes apagados ou desvalorizados a partir de uma visão hegemônica do Haiti apenas como um país supostamente pobre (DOS SANTOS; COTINGUIBA, 2019 *apud* SILVEIRA; HAMANN; PIZZINATO, 2023, p. 21)

Embasado em Fanon, os imigrantes coloniais/racializados, tomados como protagonistas no presente trabalho, podem ser melhor compreendidos como “todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural” (2020, p. 34).

Nesse sentido, ao correlacionar o âmbito da indexicalidade com as ideologias linguísticas orientadas por valores coloniais, faz-se pertinente refletir “como algumas [ideologias linguísticas] se tornam hegemônicas e outras são marginalizadas” (Heller; McElhinny, 2017, p. 8).

Essa valoração, responsável por indexicalizar concepções estratificadas que avaliam certos grupos como sendo “superiores” e outros como “inferiores”, é um fenômeno que reflete o binarismo característico do sistema-mundo colonial. Por estar impregnado pelas epistemes coloniais, o racismo – responsável por produzir e reproduzir estratificações – se estende para a

vida dos imigrantes racializados, que são frequentemente menosprezados, violentados e agredidos por diferentes manifestações xenorracistas, enquanto que imigrantes europeus e norte-americanos, por advirem do polo privilegiado do sistema-mundo vigente, têm seus valores linguístico-culturais preservados e até vangloriados.

Moita Lopes parece responder à questão colocada por Heller e McElhinny ao ponderar sobre os modos de emergência da colonialidade nos países que se encontram sobre a égide do ocidentalismo. Nas palavras do autor,

É claro que essa colonialidade transparece atualmente também por meio de outras marcas de poder que atravessaram esse longuíssimo processo de ocidentalização, que chegou até nós com base no estabelecimento do que é ‘correto’ ou ‘legítimo’ em termos de classe social, raça, religião, regionalidade, nação, gênero, sexualidade etc. e suas interseccionalidades na vida social. (Moita Lopes, 2024, p. 13)

É nas definições do que é “correto” ou “legítimo” que se encontram as materializações discursivas que desvelam valores indexicais comumente difundidos e hegemônicos, sendo que os que configuram o que é normativo, ou seja, o que detém legitimidade epistêmica em nosso sistema-mundo, representam os valores da colonialidade pontuados pelo teórico. A fim de compreender como essa valoração se dá no cotidiano social, a próxima sessão ficará encarregada de debater o papel da mídia na disseminação de diferentes discursos que, através da indexicalidade, atuam na validação ou invalidação de diferentes vozes, conceito que será abordado na sequência.

3.5 A reprodução do xenorracismo na esfera midiática

Com os fluxos acelerados da globalização, muitos aparatos constituintes do Estado também caminham de forma acelerada, fato que não é diferente com a mídia. Nas palavras de Milton Santos (2000, p. 20), “as mídias nacionais se globalizam”, de modo a contribuir para a fragmentação da “da informação e da interpretação do processo social” (2000, p. 67).

Nesse cenário, é possível pressupor que o imaginário social – no que diz respeito a toda e qualquer informação que seja veiculada pelos meios de comunicação em massa – é atravessado pelas indexações propagadas através dos discursos midiáticos, sejam eles difundidos pelo rádio, TV e/ou internet. Quando o assunto em voga é a construção dos discursos sobre estrangeiros, Hedge afirma que (2016, p. 1) “as representações da mídia sobre

migrantes frequentemente fomentam controvérsias sobre a presença do Outro no imaginário social”.

Com ênfase no processo de midiaticização que elenca como tópico principal os imigrantes racializados em solo brasileiro, é notória a crescente veiculação de discursos que articulam raça e nacionalidade por parte da mídia e a divulgação daqueles que foram produzidos por indivíduos brasileiros como formas de ofensa e violação de direitos direcionadas aos estrangeiros (em âmbito nacional, frequentemente, ataques xenorracistas que partem de brasileiros e têm como endereço corpos imigrantes negros).

Ao tomar a mídia como parte constituinte do Estado e, conseqüentemente, reprodutora de valores epistêmicos que tendem a remontar à colonialidade, compreende-se que sua atuação não é ingênua ou neutra. Marilda Cavalcanti e Ana Cecília Bizon afirmam que “a mídia tem o poder tanto de reforçar quanto de mudar representações sociais construídas ideologicamente, o que lhe confere agência mais ou menos direta nos processos de (re)territorialização desse Outro” (2023, p. 272).

Compreender a mídia como um artefato que detém agência nos discursos que atravessam e constituem o Outro é de extrema importância em um país que vem, ao longo dos últimos anos, consolidando o seu caráter de nação acolhedora. Permeado por inúmeros fluxos migratórios na contemporaneidade, no que tange à mídia, o Brasil se tornou um campo fértil para pensar a entextualização discursiva, a indexicalidade que a permeia e a difusão de diferentes ordens de indexicalidade – que compreendem as diversas formas de existir que são atreladas ao imigrante, as violências que os atravessam e as reproduções discursivas que ganham destaque ao serem veiculadas pelos meios de comunicação em massa.

Segundo Joseane Pinto, “fluxos migratórios crescentes acabam possibilitando o desrespeito aos Direitos Humanos e a perda da dignidade humana dos refugiados” (2014, p. 210), fato que será melhor aprofundado na seção de análise do presente texto, mas que, desde já, suscita o debate acerca dos atravessamentos que perpassam a vida dos imigrantes e atuam na contramão das leis que garantem direitos aos diferentes grupos em situação de mobilidade e vulnerabilidade, sejam eles apátridas, deslocados forçados e/ou refugiados.

De acordo com dados da OBMigra (2025), “ao final de 2024, o Brasil contabilizava 156.612 pessoas reconhecidas como refugiadas, o que representava um aumento de 9,5% em relação a 2023, quando o total era de 142.980” (JUNGER DA SILVA; CAVALCANTI; DE OLIVEIRA, p. 1), sendo que, ainda em consonância com a OBMigra, no período de 2015 a 2024, 82,6% do total de solicitações de refúgio registradas em solo nacional vieram de

pessoas das seguintes nacionalidades: venezuelanos (266.862), cubanos (52.488), haitianos (37.283) e angolanos (18.435).

Os países anteriores se assemelham pela matriz colonial que lhes foi imposta e pelos diferentes atravessamentos raciais que constituem seus povos, fortalecendo a ideia de que o Brasil recebe, em suma maioria, imigrantes do Sul Global, racializados e em situação de fragilidade. Os dados anteriores foram expostos de modo a corroborar com a importância da adoção de um olhar interseccional, isto é, que se preocupa com as diferentes categorias sociais que constituem o indivíduo no processo de análise crítica dos fenômenos que perpassam suas vidas.

Nesse sentido, e de modo a romper com as construções limitantes produzidas e difundidas através dos diferentes meios de comunicação, Milton Santos incita uma saída para esse olhar unívoco fomentado pelos meios de comunicação em massa. Segundo o autor, “como em nenhum lugar as comunidades são formadas por pessoas homogêneas, a mídia deve levar isso em conta” (Santos, 2001, p. 81).

Com o objetivo de tecer críticas a essa homogeneidade social que é, frequentemente, retratada pela mídia, faz-se muito pertinente a utilização do conceito de Voz, proposto por Jan Blommaert, somado à análise da indexicalidade que atravessa não só o indivíduo migrante, mas também a(s) comunidade(s) que o(s) circunda(m). Segundo o autor,

a voz, na era da globalização, torna-se uma questão de capacidade de realizar funções com recursos linguísticos de forma translocal, ou seja, em diferentes espaços físicos e sociais. Em outras palavras, voz é a capacidade de mobilidade semiótica — uma capacidade frequentemente associada aos recursos linguísticos mais prestigiados (como as “línguas globais” — por exemplo, o inglês —, a alfabetização e, mais recentemente, a comunicação multimodal pela internet), e frequentemente negada a recursos posicionados em escalas inferiores de valor que caracterizam as ordens de indexicalidade (como línguas minoritárias, línguas “não escritas”, dialetos etc.). (2005, p. 69)

Em um cenário dicotômico que garante voz para aqueles que detém os recursos (não só linguísticos) mais prestigiados e exclui aqueles que se encontram fora dessa alçada, torna-se crucial compreender como imigrantes, ao serem contrapostos com a língua do país de acolhida, são, por vezes, tratados como “analfabetos” e/ou como aqueles que têm dificuldade de aprender a língua, ainda que o ensino da língua do país de acolhida não seja uma garantia política plena.

Essas vozes, assim como as ordens de indexicalidade, constituem a sociedade e são desigual e hierarquicamente distribuídas (Blommaert, 2005). Ao serem veiculados

mediaticamente, os imigrantes podem ter sua voz promovida ou negada. Com o intuito de discorrer sobre essas vozes, a próxima subseção ficará responsável por refletir sobre algumas das representações midiáticas construídas sobre os imigrantes.

3.5.1 A discursivização do imigrante na mídia

Se o ato de pensar o Ser é um trabalho complexo, pensar o Ser migrante, com múltiplos atravessamentos interseccionais, é ainda mais dificultoso. Nesse sentido, cabe salientar que, refletir ontologicamente inclui refletir sobre as diferentes identidades que nos constituem enquanto sociedade. Para Moita Lopes, “identidades sociais são construídas no discurso. Portanto, as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas emergem da interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados” (2002, p. 37).

A presente subseção, a fim de estabelecer diálogo com as representações midiático-discursivas da identidade, toma como base a pesquisa de Gonçalves, Henriques e Magnolo (2020). Ao estabelecerem um *corpus* de sete pesquisas como materiais de análise, as autoras teceram contribuições pertinentes sobre a imagem do imigrante difundida através dos meios de comunicação em massa.

De acordo com a análise realizada pelas autoras, grandes portais midiáticos, tais como O Globo e a Folha de São Paulo, “pecaram ao retratar a situação dos imigrantes, produzindo um silenciamento de informações que levaram ao fenômeno de estereotipação” (Gonçalves; Henriques; Magnolo, 2020, p. 12), fato que reforça o pensamento de Cavalcanti e Bizon (2024), que afirmaram a propriedade da mídia de conferir agência sobre o imigrante e, consequentemente, na produção de sua identidade.

Além desse silenciamento promovido, o imigrante pôde ser interpretado de diferentes formas. Em uma delas, foi retratado como um herói, por ter “vencido” as adversidades e conseguido chegar ao país de acolhida, enquanto em outras, foi representado como um “invasor”, uma “ameaça” ao *status quo* nacional, fomentando um contexto onde “o imigrante perdeu a sua voz enquanto fonte, e as matérias contribuíram para fortalecer a separação entre ‘nós’ (brasileiros) e os ‘outros’ (imigrantes)” (Gonçalves; Henriques; Magnolo, 2020, p. 13).

Nesse sentido, no que tange à construção da identidade migrante, percebe-se que “a retórica da mídia faz uso abusivo de generalizações, estereótipos e pressuposições naturalizadas” (Moita Lopes; Fabrício; 2005, p. 256), fato que, ainda de acordo com os autores, leva diferentes analistas do discurso, tais como Norman Fairclough e Teun A. van

Dijk, “a identificar os textos midiáticos com um tipo de construção ideológica, na medida em que contribuem para a reprodução e cristalização de relações sociais de dominação, embora também possam operar, em princípio, para a transformação” (2005, p. 256).

Ainda no que tange às identidades, Luiz Paulo da Moita Lopes e Branca Fabrício argumentam que os processos de diferenciação as originam, bem como às diferenças. Esses processos, em conformidade com os autores, são responsáveis por estabelecer “marcas de inclusão/exclusão, de marcação de territórios entre ‘nós’ e ‘eles’, classificação, hierarquização e normalização” (2005, p. 256), atravessamentos que, como pôde ser visto através das representações midiáticas anteriormente elencadas, constituem a realidade dos diferentes imigrantes em solo brasileiro.

Quando confrontados com as identidades normativas, os imigrantes racializados são colocados em uma zona de exclusão que interpreta sua existência como negativa, problemática, como algo que configura uma ameaça à ordem nacional. Esses estigmas evidenciam o caráter linguístico-ideológico que, ao entextualizarem percepções “comuns” sobre o migrante racializado, o constituem como o imigrante não-ideal e representam ordens de indexicalidade que podem ser vistas através da hierarquia que os classifica como inferiores e constitui o senso comum.

Portanto, ao compreender a não-neutralidade presente no discurso midiático e a construção de relações sociais sobre a égide da colonialidade e da divulgação de um pensamento xenorracista, pode-se dizer que, por vezes, “as coberturas jornalísticas, independentemente de onde sejam, carecem de humanização do cotidiano destes cidadãos” (Gonçalves; Henriques; Magnolo, 2020, p. 13).

Nesse sentido, a próxima seção tem por objetivo analisar, por meio de narrativas inscritas em reportagens publicadas em diferentes portais virtuais, como e quais ordens de indexicalidade, processos de indexicalização e entextualização se constroem no interior de narrativas produzidas tanto pela mídia, que difunde estereótipos e discursos xenorracistas sobre os imigrantes, quanto dos próprios imigrantes – em um processo de resistência ao xenorracismo.

4 A ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES XENORRACISTAS DISPONIBILIZADAS NA MÍDIA

Considerando a crescente migratória, os inúmeros discursos que são disseminados com o aumento do fluxo de pessoas ao redor do globo e tendo por objetivo compreender mais aprofundadamente a experiência vivida do imigrante racializado em solo brasileiro, seu atravessamento por questões discursivas e por categorias interseccionais, o presente trabalho estabelece como *corpus* de análise um conjunto de notícias publicadas em ambiente virtual e situadas em um recorte temporal que compreende o período de 2022 a 2025.

Esses textos, publicados em diferentes portais midiáticos e responsáveis por relatar diferentes casos de xenofobia e racismo – não identificados como xenorracismo – em solo brasileiro, noticiam proferimentos violentos dirigidos aos imigrantes e manifestações que relatam as experiências vividas por parte dos violentados. Cabe reforçar que essas experiências se deram em diferentes âmbitos da vida cotidiana, tais como: situação de trabalho informal, cenário escolar, em momentos de lazer etc.

A presença dessas violências em diferentes ambientes e situações se mostra uma tendência global, visto que, em um cenário geopolítico contemporâneo de ascensão da extrema-direita e de acentuação dos conflitos bélicos, políticas contra a imigração e discursos que caracterizam negativamente o ser migrante ganharam bastante notoriedade. Além disso, o fato desses casos ocorrerem em múltiplos cenários se constitui como um dos principais motivos de escolha desses objetos de análise, de modo a corroborar o pressuposto anteriormente defendido de que o xenorracismo é um fenômeno que está alocado na estrutura da sociedade brasileira.

Adicionado a isso, o fato dessas notícias estarem publicadas em diferentes portais virtuais (hegemônicos ou não) demonstra que tais casos ganham, cada vez mais, repercussão em ambiente nacional, fazendo com que esses textos se tornem possíveis materiais sensibilizadores para a reflexão sobre alguns dos problemas sociais que se materializam através da linguagem e, conseqüentemente, que funcionem como poderosos aliados para uma prática educacional ancorada no PNEDH, que visa, em suas linhas de ação

Incentivar a promoção de ações de educação em direitos humanos voltadas para comunidades urbanas e rurais, tais como **quilombolas, indígenas e ciganos, acampados e assentados, migrantes, refugiados, estrangeiros em**

situação irregular e coletividades atingidas pela construção de barragens, entre outras (BRASIL, 2018, p. 31)²³.

Nesse sentido, vale pontuar que uma particularidade entre as manifestações selecionadas como objeto de análise do presente trabalho é o fato de que, mesmo em diferentes esferas e portais midiáticos elas se mostram muito similares, com proferimentos ofensivos parecidos, ainda que direcionados a imigrantes diferentes, apontamento que demonstra a capacidade do discurso de ser entextualizado e de indexicalizar valores que podem ser atribuídos a diferentes grupos, no caso, pessoas negras em situações de imigração correlatas.

Essas aproximações, somadas ao fato de que elas abordam casos que ocorreram contra imigrantes negros provenientes de diferentes nacionalidades, detentores de diferentes línguas e situados em diferentes regiões do Brasil, se constituem também como fatores importantes para o estabelecimento do presente *corpus*. Com o intuito de realizar tais análises, cabe salientar que o presente trabalho é de base qualitativo-interpretativista, modelo de pesquisa caracterizado “por sua preocupação com questões sociais e por seu interesse voltado para os usos reais da linguagem” (De Grande, 2011, p. 11), e mobiliza conceitos de diferentes áreas das ciências humanas, enfatizando seu caráter indisciplinar (Moita Lopes, 2006).

De acordo com Glenda Melo e Juliana Ferreira, “nesse tipo de investigação [pesquisa qualitativo-interpretativa] o particular contribui para uma generalização que se constrói intersubjetivamente” (2017, p. 418), portanto, a análise de contextos particulares e as similaridades presentes entre eles constituem poderosos artefatos para desvelar as diferentes indexicalizações que atravessam e constituem a experiência do migrante racializado em solo brasileiro, pavimentando o caminho para uma maior compreensão de como as violências de cunho racial e geográfico se dão no cotidiano desse grupo.

4.1 Apontamentos sobre a educação aliada à mídia

Mediante a discussão sobre representações midiáticas dos imigrantes que compõe a seção anterior, faz-se relevante para o andamento do trabalho, antes do início da análise, estabelecer diálogo com o tema da educação aliada à esfera midiática. De acordo com o PNEDH, “os meios de comunicação são constituídos por um conjunto de instituições, aparatos, meios, organismos e mecanismos voltados para a produção, a difusão e a avaliação

²³Grifo meu.

de informações destinadas a diversos públicos” (BRASIL, 2018, p. 39), portanto, eles se constituem como ferramentas de divulgação em massa que se encontram onipresentes no cotidiano brasileiro e podem atuar de modo a disseminar e/ou silenciar uma variada gama de vozes, textos, ideologias etc.

Na contemporaneidade, informações advindas de mídias mais tradicionais, tais como o Rádio e a TV, apesar de ainda terem bastante expressividade, se mostram um pouco ofuscadas quando comparadas com conteúdos que podem ser acessados através dos *smartphones*. De acordo com a pesquisa *How Many Smartphones Are In The World?*²⁴, durante o ano de 2024, o número de usuários de *smartphones* era de 4 bilhões e 880 mil pessoas, quantitativo que equivalia, naquele momento, à porcentagem de 60,42% quando comparado com o número total de pessoas no mundo, ou seja, mais da metade da população mundial era detentora de um celular no ano passado. Se tratando da escala nacional, no ano de 2023 o Brasil tinha uma população virtualmente ativa, isto é, usuários de redes sociais com conexões recentes, de 131,5 milhões de pessoas²⁵, número que representa mais de 60% da população do país, e que, portanto, é proporcionalmente similar ao número de usuários de *smartphones* ao redor do globo.

Mediante a esse cenário de grande imersão virtual, as redes sociais se consolidam como um ambiente atravessado por diferentes práticas de letramentos. Nesse sentido, essas práticas frequentemente desvelam formas de indexicalização nos discursos e entextualizam ordens de indexicalidade, que servem como pano de fundo de diferentes ideologias linguísticas, tornando o ambiente das redes sociais um lugar propício para manifestações discursivas – includentes e excludentes – por parte de seus usuários. Ao compreender a mídia social como “um espaço político, com capacidade de construir opinião pública, formar consciências, influir nos comportamentos, valores, crenças e atitudes” (BRASIL, 2018, p. 39), torna-se fundamental considerar a sua importância para o cotidiano educacional brasileiro.

Com uma massa de alunos cada vez mais conectados à internet, sendo eles usuários de não só de redes sociais, tais como *Instagram*, *Tik Tok*, *X* (antigo *Twitter*), *YouTube* etc, mas também de inteligências artificiais – aparatos que se mostram cada vez mais notórios no dia a dia social, mas também catalisadores de debates e polêmicas – vide *Gemini*, *ChatGPT*,

²⁴TURNER, Ash. How Many Smartphones Are In The World? **BankMyCell**, atualizado em 4 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bankmycell.com/blog/how-many-phones-are-in-the-world>. Acesso em: 20 ago. 2025.

²⁵PACETE, Luiz Gustavo. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo. **Forbes Tech**, 9 mar. 2023. Levantamento da Comscore mostra que o país é o primeiro da América Latina em acesso às plataformas, o equivalente a 131,5 milhões de pessoas. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DeepSeek e outras plataformas, torna-se um desafio ao ambiente escolar e ao corpo docente se manterem alheios a essas novas tecnologias e, portanto, cresce a necessidade de tratá-las de forma crítica, visto que elas se constituem como parte fundamental do cotidiano dos diferentes professores e alunos ao redor do globo.

De acordo com Rodrigo dos Santos (2022, p. 4), o ambiente virtual permite aos diferentes usuários uma grande capacidade de imersão discursiva, pois

Agora uma pessoa em uma rede social atua como escritora quando insere uma mensagem, texto ou fotografia para que leitores possam ter contato e comentar. Ao mesmo tempo, esta mesma pessoa é um leitor de outras pessoas. E nos comentários, o indivíduo é, ao mesmo tempo, leitor e escritor, em um diálogo promovido pela plataforma e pela internet.

Ou seja, as redes sociais abrem espaço para uma dialogicidade extremamente fluida e que aumenta a cada simples atualização de página e a qualquer *scrollar de feed*²⁶. Um usuário comum pode assumir o papel de escritor e leitor, além de contribuir, caso queira, com a sua opinião na aba de comentários das diferentes postagens, fatos que evidenciam o caráter dialógico presente nas diferentes redes e demonstram a grande capacidade desses textos e discursos de transitar no ambiente virtual contemporâneo.

Paulo Freire, em *Educar com a Mídia* (2014), compreende a TV como um aparelho de uso não somente técnico, mas também político. Nessa alçada, pode-se dizer que o mesmo dos *smartphones*, *tablets* e até dos *smartwatches*, aparelhos por meio dos quais comumente acessamos às redes sociais. Esses dispositivos, frequentemente presentes na realidade brasileira, se constituem como potenciais aliados para a prática docente quando utilizados de forma crítica pela escola e pelo professor, e

São espaços de intensos embates políticos e ideológicos, pela sua alta capacidade de atingir corações e mentes, construindo e reproduzindo visões de mundo ou podendo consolidar um senso comum que frequentemente moldam posturas acríticas. Mas pode constituir-se também, em um espaço estratégico para a construção de uma sociedade fundada em uma cultura democrática, solidária, baseada nos direitos humanos e na justiça social. (BRASIL, 2018, p. 39)

Portanto, com o intuito de estabelecer uma educação que mobilize as redes sociais como um espaço estratégico para a promoção dos direitos humanos na contemporaneidade, o uso das novas mídias se torna primordial. Nesse sentido, é por acreditar no potencial

²⁶*Scrollar o feed* é a ação de rolar a página principal de uma rede social em busca de novos conteúdos.

transformador advindo do uso das narrativas (Cadilhe, 2020) como materiais didáticos, quando guiadas por uma práxis libertadora, que julgamos relevante o ato de as elencar como objetos de análise e como gênero crucial para o desenvolvimento de pesquisas que contemplem as diferentes experiências humanas.

Nesse sentido, tais textos se mostram cada vez mais presentes nas mídias sociais do cotidiano e se constituem como importantes materiais didáticos quando mobilizados por meio de lentes pedagógicas críticas. O uso desses gêneros textuais (notícias e narrativas) como artefato para a produção de diferentes epistemes em cenários de sala de aula e a adoção de uma prática pedagógica crítica por parte do docente, isto é, orientada por valores decoloniais, corroboram com as palavras de Paulo Freire de que

É possível ir alterando, ir mudando, ir pondo cunhas no sistema educacional. Tudo quanto se puder fazer para melhorar hoje as condições do ensino e viabilizar, às crianças e aos adolescentes de hoje, uma possibilidade melhor de compreender a realidade, de entender a realidade, quanto mais se possa fazer isso, melhor. (2013, p. 78-79)

4.2 Considerações sobre o *corpus* e os procedimentos analíticos

Como afirmado anteriormente, é de interesse do presente trabalho analisar e compreender algumas das diferentes indexalizações que se constituem e compõem as manifestações de cunho xenorracista disponíveis nos textos virtuais selecionados. No que tange à seleção e ao estabelecimento do *corpus* de análise, recursos da etnografia virtual (Hine, 1998) foram mobilizados, visto que esse método de coleta de dados propicia ao analista “um estudo detalhado das relações nos espaços virtuais, nos quais a internet é a interface cotidiana da vida das pessoas e lugar de encontro que permite a formação de comunidades, grupos estáveis e a emergência de novas formas de sociabilidade” (Mercado, 2012, p. 169).

Cabe salientar que nem todos os passos da etnografia virtual tradicional são aqui utilizados. Ademais, para a construção do conjunto de textos a ser analisado, a coleta de dados teve por objetivo realizar a curadoria de documentos digitais, isto é, de “materiais que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (Mercado, 2012, p. 176).

No entanto, como os textos selecionados são notícias que entextualizam narrativas produzidas pelos imigrantes que foram vítimas de manifestações xenorracistas, não há a possibilidade do estabelecimento de contato com os diversos estrangeiros que têm suas vozes

evocadas, extinguindo a chance de realização de entrevistas, da coleta de mensagens, da construção de uma comunidade virtual com tais migrantes e da adoção de outros procedimentos característicos da etnografia virtual. Além disso, é válido ressaltar que tais notícias, por relatarem experiências violentas vivenciadas pelos imigrantes, podem ser um gatilho emocional para os diferentes leitores, portanto, faz-se fundamental deixar evidente este alerta de gatilho.

Para alcançar os objetivos de análise, além dos conceitos de voz, entextualização, indexicalidade e ordens de indexicalidade, julgamos que esses dispositivos se tornam ainda mais potentes quando aliados à interseccionalidade (Bilge; Collins, 2020) e ao conceito de xenorracismo (Ribeiro; Baeninger, 2024). Ademais, para a mobilização dos conceitos supracitados na análise das narrativas que se encontram circunscritas nas notícias, as pistas indexicais (*indexical cues*) de Wortham (2001) serão utilizadas conforme a elucidação proposta por Cavalcanti e Bizon (2024):

- i) Referência e predicação: dispositivos que caracterizam o que é narrado, avaliando o referente e ajudando a posicionar o/a narrador/a em relação a esse referente na narrativa;
- ii) Descritores metapragmáticos: índices linguísticos que incluem os verbos meta pragmáticos de enunciação utilizados para referir;
- iii) Citação direta/indireta: combina referência a um falante citado/a, ao seu enunciado e ao verbo metapragmático utilizado para caracterizar o evento de fala;
- V) Indexicalizadores avaliativos: itens lexicais, construções gramaticais/linguísticas que indexicalizam o lugar social do/a narrador/a e do/a narrado/a. (Cavalcanti e Bizon, p. 272-273)

A seguir, o *corpus* a ser analisado será exposto e, posteriormente, a análise das notícias que o compõem.

4.2.1 Sobre a delimitação do corpus

O último tópico anterior à análise é de extrema importância para a contextualização do/a leitor/a em relação aos textos a serem colocados sob escrutínio. Através da utilização de recursos advindos da etnografia virtual (Hine, 1998) aliados à noção de rastreamento de textos (Fabrício, 2010; Rosa e Melo, 2024), foram coletados, inicialmente, um conjunto de 15 notícias – disponíveis virtualmente, que tinham como tópicos principais as diferentes experiências xenófobas e racistas direcionadas a imigrantes racializados em solo brasileiro.

Ao longo do processo de construção do *corpus*, fez-se notável o entrelace discursivo entre uma parcela dos textos, visto que, desses 15, cerca de 33% detinham narrativizações produzidas pelos imigrantes que foram responsáveis por relatar experiências xenorracistas, vividas por essa comunidade, em solo brasileiro. Dessa parcela, 3 textos foram selecionados e elencados como objetos de análise para a realização do presente trabalho. O baixo número de notícias que continham narrativas produzidas por imigrantes negros demonstra o silenciamento dado às vozes dessa camada. Isto posto, cabe salientar que os critérios para a seleção foram a presença de narrativas, produzidas por imigrantes racializados, que relataram manifestações xenorracistas, e o fato de estarem inseridas em um recorte temporal que abrange esta década.

A coleta textual que originou o presente conjunto de textos começou a ser realizada ao longo do primeiro semestre de 2024 e foi alimentada até o fim do primeiro semestre de 2025. Para a realização da coleta destes materiais, foi utilizado o navegador *Google Chrome*. Ao longo do período de um ano, ao menos uma vez por semana, pesquisei por notícias com diferentes termos-chave, sendo alguns deles: “xenorracismo”, “racismo”, “xenofobia” e “violência” contra imigrantes. Tais termos nos levaram a uma grande miríade textual, repleta de questões-problema que afetam diretamente à vida dos imigrantes negros em solo brasileiro. No entanto, nenhuma das notícias encontradas no recorte de tempo especificado contemplou o termo “xenorracismo”.

Por fim, é válido pontuar que esses textos, ainda que escassos, se fazem extremamente relevantes não só por denunciarem casos de violências de cunho étnico-racial e geográfico contra pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também por contemplarem e mobilizarem as vozes das vítimas, de modo a não se ater ao ocorrido, mas de evocar – e trazer para o centro da mesa – a experiência vivida desses atores sociais.

4.3 Análise das narrativas

De acordo com Glenda Melo, a web é “um espaço das ‘pequenas histórias’, narrativas nas quais temos a possibilidade de tornar visíveis vidas que ainda se encontram à margem” (2023, p. 106-107). Nesse sentido, a presente subseção visa analisar as diferentes pequenas histórias inseridas nas notícias selecionadas e virtualmente disponibilizadas, a fim de compreender como, através dos recursos analíticos anteriormente elencados, tais narrativas desvelam diferentes indexicalizações, entextualizam discursos e constroem ordens de indexicalidade. Portanto, de modo não só a evocar vozes frequentemente subalternizadas, mas

também com o intuito de compreender a maneira com a qual diferentes portais midiáticos lidam com as manifestações xenorracistas, é iniciado o momento de análise.

As notícias que compõem o presente trabalho encapsulam narrativas, sendo o gênero narrativa o foco de análise. Ainda assim, faz-se importante estabelecer breves apontamentos sobre a retórica do gênero notícia. Marcadas por construções discursivas objetivas e detentoras de uma aparente neutralidade, as notícias têm por objetivo informar o/a leitor/a acerca de diferentes fatos sociais. Com fins de adquirir maior credibilidade no assunto evocado, as notícias podem encapsular diferentes recursos, sendo eles: falas de especialistas, dados científicos, entrevistas com diferentes pessoas, narrativas etc. Diante disso, costuma ser caracterizada por uma estrutura dividida em elementos como título, subtítulo, lide, desenvolvimento e finalização.

Nesse sentido, e a fim de sistematizar e realizar tais análises, serão mobilizados os recursos metodológicos evocados no capítulo anterior, além de aportes para complementar a análise do discurso que estão disponibilizados no livro *Discourse Analysis beyond the Speech Event* de Angela Reyes e Stanton Wortham, publicado no ano de 2015. Nesse modelo, o foco da análise recai sobre aquilo que os autores chamam de Eventos Narrativos e Eventos Narrados.

De acordo com Reyes e Wortham, “o evento narrado é sobre o que se está falando, enquanto o evento narrativo é a atividade de falar sobre ele [sobre o evento narrado]” (2015, p. 3). Desse modo, os autores proporcionam um método que compreende “a análise do discurso para além do evento discursivo, mostrando como estudar os caminhos que as formas linguísticas, enunciados, modelos culturais, indivíduos e grupos percorrem através dos eventos” (Reyes; Wortham, 2015, p. 1).

Cabe salientar que o modelo é privilegiado no presente trabalho por fornecer subsídios para a análise do discurso daquilo que os autores chamam de *new media*. Tal conceito serve para se referir às “várias mídias sociais, desde formas mais tradicionais como e-mail e blogs até formas mais recentes como Facebook, Twitter e Instagram, com novas plataformas sendo constantemente desenvolvidas” (Reyes; Wortham, 2015, p. 143).

Os recursos postulados por Wortham e Reyes para a análise de eventos narrativos/eventos narrados prevêm a utilização de aparatos multimodais, portanto, é criado um quadro para o evento narrativo e, no interior dele, outro quadro para os eventos narrados. Os participantes dos eventos são catalogados através da utilização de círculos e, no quadro de eventos narrados, tais círculos se ligam aos eventos em questão. Concomitantemente com o

modelo dos autores, as pistas indexicais serão utilizadas como auxiliares na produção de inteligibilidade acerca dos contextos e discursos evocados nos eventos em questão.

Por fim, antes do início da análise e com o intuito de catalogar os diferentes textos constituintes do presente *corpus*, segue abaixo um quadro com o conjunto de notícias a serem aqui analisadas.

Tabela 1 - Conjunto de notícias a serem analisadas

Notícia	Data de publicação
Além do que se vê: imigrantes africanos relatam racismo e xenofobia na Bahia	28/08/2022
Neomar: “Somos fortes, temos que ser fortes. Saímos do nosso país em busca de oportunidade e queremos estudar e trabalhar pra ter uma vida melhor”	16/06/2023
PMs xingam vendedor ambulante africano em ação de fiscalização no Centro de SP: 'Você tá na terra dos outros e ainda tá reclamando?'	31/10/2024

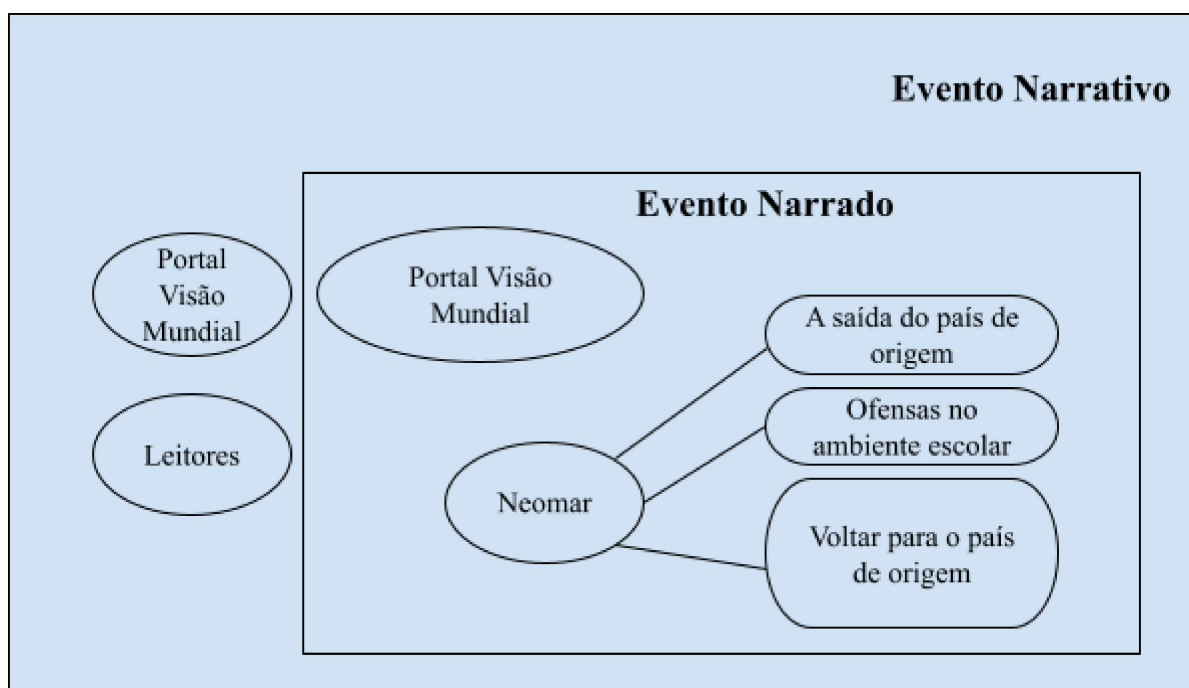
4.3.1 Neomar, um venezuelano, e a experiência xenorracista no sul do país

A notícia a ser analisada está disponível no portal da organização não governamental Visão Mundial, além de estar disponibilizada no anexo 1 do presente trabalho. Fundada em 1950 e atuante no Brasil desde 1975, a ONG tem por objetivo proporcionar maior qualidade de vida para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ao redor do globo. Apesar de não ser considerado um portal midiático hegemônico, o portal publicou esta notícia tendo como público-alvo pessoas que se interessem em conhecer histórias de crianças e adolescentes em situação de fragilidade e ajudá-las, portanto, se direciona primariamente a adultos que possam contribuir com ações e doações. Cabe ressaltar que a ONG, no Brasil, está sediada em Recife e em São Paulo.

O texto em questão traz, para além dos elementos característicos de uma notícia, excertos de uma entrevista a Neomar, um jovem venezuelano que veio para o Brasil com sua família, em busca de melhores condições de vida, aos 10 anos de idade. Em 2023, ano de publicação da matéria, o jovem já estava com 17 anos e habitava a cidade de Chapecó, localizada no estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, como evento narrativo, pode-se elencar a notícia publicada em jornal virtual. Constituem-se como participantes desse evento a ONG, responsável pela notícia e pela entrevista, Neomar, o imigrante negro entrevistado, e os leitores do material em questão. Segue-se abaixo o quadro com os eventos que foram selecionados.

Figura 1 - Evento narrativo - Notícia 1



Fonte: Autoria própria.

Apesar de ter uma série de eventos narrados que se fazem importantes e se constituem como materiais com enorme potencial para, por meio de seu uso, produzir inteligibilidade acerca do mundo social, o foco da presente análise se direciona a três eventos narrados emergentes no texto, chamados aqui de “a saída do país de origem”, “ofensas no ambiente escolar” e “voltar para o país de origem”. O texto evocado se constitui como um material extremamente perspicaz para refletir acerca da problemática derivada de opressões que articulam raça e nacionalidade no Brasil. Uma das pequenas histórias de Neomar que constitui a manchete é disponibilizada na íntegra a seguir.

Figura 2 - Evento narrado 1 - Neomar

“Nós migrantes somos fortes, temos que ser fortes. Saímos do nosso país em busca de oportunidade e assim como qualquer pessoa queremos estudar e trabalhar pra ter uma vida melhor”, diz ele.

Diante do trecho acima, pode-se notar que, ao fazer referência aos migrantes, para além de estabelecer uma relação de pertencimento através do uso do dêitico “Nós”, Neomar constrói a categoria social “migrantes” como um coletivo homogêneo e indexicaliza uma posição social de busca por melhores condições de vida que é comumente atribuída a pessoas em deslocamento.

Além disso, o jovem, ao predicar os imigrantes como pessoas fortes e que estão em busca de oportunidades, atua de modo a indexicalizar valores morais e comportamentais às pessoas em situação de migração, além de reproduzir estereótipos (no excerto supracitado, valorados como positivos) ao generalizar os interesses do coletivo em questão – estudar e trabalhar para ter uma vida melhor. Tais interesses são comumente difundidos e se encontram instaurados em uma ótica social neoliberal de sucesso e de progressão social do indivíduo, num cenário onde tal sucesso parece se dar por meio dos estudos e do trabalho.

Ademais, ao dizer “temos que ser fortes”, o venezuelano adota um recurso metapragmático de afirmação para enfatizar que os grupos migrantes precisam resistir, isto é, falar de si mesmos com orgulho, coragem, resiliência e resistência. Desse modo, ao evocar a resiliência e a resistência para enfrentar os percalços constituintes da vida de pessoas em situação de deslocamento forçado, comunidade que tem, frequentemente, a obrigação de provar para o Estado que é digno de ser acolhido (Redín, 2021), Neomar indexa os valores supracitados.

Diante disso, o entrevistado atua de forma a produzir ordens de indexicalidade que valoram os imigrantes como pessoas resilientes e guiadas por valores morais positivos. O desvelamento de tais pistas demonstram, simultaneamente, um discurso micro de resiliência migrante em relação às adversidades e um discurso macro não só de resistência à inferiorização postulada pelo xenorracismo, mas também de entextualização dos valores neoliberais comumente atribuídos ao indivíduo como forma de alcançar o “sucesso” (noção meritocrática da vitória através do estudo e do trabalho), de modo a reforçar, discursivamente, concepções ideológicas dominantes. Abaixo, seguiremos para o próximo excerto.

Figura 3 - Evento narrado 2 - Neomar

“Foi na escola, em meio ao refeitório, quando fomos pegar a merenda. Me chamavam de preto, falavam que eu era macaco, analfabeto, essas coisas.” Segundo o jovem, o preconceito não era apenas de ordem racial/étnica, mas estava ligado também a sua nacionalidade: “Falavam para eu voltar para meu país”, conta. Com coragem, ele denunciou os casos para a coordenação da escola. Apesar disso, preferiu deixar a instituição.

Fonte: Visão Mundial (Anexo 1)

No segundo evento narrado elencado como objeto de análise, denominado de “Ofensas no ambiente escolar”, as referências direcionadas ao jovem, por meio de citações indiretas (“me chamavam”; “falavam para eu”), constroem uma espécie de grupo agressor (aparentemente, seus colegas de turma) que é responsável por estabelecer predicções pejorativas direcionadas a Neomar. Tais predicções (“preto”, “macaco”, “analfabeto”) indexalizam o lugar social atribuído ao imigrante negro e constroem sua identidade em uma esfera agressora que acaba por reproduzir uma ordem de indexicalidade xenorracista, que coloca o coletivo de imigrantes negros em posição de inferioridade e desumanização quando comparado aos agressores.

Em seguida, nota-se a prevalência de verbos com função metapragmática (chamar; falar) que foram utilizados no excerto como descritores de discursos discriminatórios, de tal modo que essas ofensas, entextualizadas através de predicados detentores de estabilidade no cotidiano discursivo brasileiro, demonstram, por meio do uso reiterado dos verbos, um padrão de agressão verbal e discursiva que foi direcionada ao jovem. Tal padrão de violências normalizadas pode ser visto a partir do uso de “essas coisas” para se referir a uma gama de agressões de cunho xenófobo e racista que parecem ter sido direcionadas ao autor, de modo a naturalizar as agressões por ele vivenciadas.

A posteriori, Neomar relata a presença de um discurso similar ao que aparece narrativizado em notícias a serem analisadas a seguir. De acordo com o jovem, outros alunos “falavam para eu voltar pro meu país”. Tal discurso, além de se caracterizar como uma pista de citação indireta que indexa a noção de não-pertencimento direcionada ao imigrante racializado em solo nacional, denota a capacidade que diferentes signos linguísticos têm de transitar por diferentes contextos interacionais, ou melhor, evidencia a propriedade de entextualização das unidades linguísticas. Além disso, a expulsão do país de acolhida constrói uma ordem de indexicalidade de não-pertencimento ao invalidar a existência e o acolhimento do imigrante não-branco naquele espaço.

Por fim, pistas indexicais de indexicalizadores avaliativos podem ser notadas no discurso que enfatiza a coragem do migrante ao tomar a decisão de denunciar as agressões sofridas para a instituição e de deixar a instituição. Dessa forma, o jovem estudante – vítima de agressões xenorracistas (devido à articulação entre racismo e xenofobia presentes nas violências) –, ao narrar diferentes eventos, evidencia a experiência de não ser considerado como uma parte componente do país de acolhida, reforçando o caráter de Exclusão permanente (Redin, 2021) que é direcionado aos imigrantes racializados em solo brasileiro e o desrespeito aos seus direitos previstos e respaldados pela Lei de Migração. Além disso, a decisão final do jovem (sair da instituição) indexa, apesar da resiliência migrante para com as turbulências, a dificuldade institucional existente em promover um ambiente de acolhida e de combate ao xenorracismo.

Nesse sentido, há no excerto uma difusão de valores que, através da análise, podem ser interpretados como discursos embasados em uma matriz colonial do ser, visto que caracterizam o migrante como inferior a partir de ofensas associadas a uma suposta inferioridade intelectual, produtoras de bestialização (burro; macaco) e que articulam violências que entrelaçam raça e nacionalidade. Portanto, ocorre uma tensão entre a resiliência anteriormente pontuada e a vulnerabilidade do ser migrante racializado perante a um grupo agressor e à instituição escolar brasileira, demonstrando a capacidade da escola de entextualizar indexicalizações, ou melhor, reproduzir concepções ideológicas opressoras pautadas no xenorracismo. O trecho a seguir explora um pouco dos sentimentos do autor quando confrontado com as práticas discursivas xenorracistas.

Figura 4 - Evento narrado 3 - Neomar

“Eu sofri muito, chegava em casa e começava a chorar. Às vezes eu pensava em realmente voltar para a Venezuela. Mas então eu decidi que não iria embora, não. Tenho que estudar, eu vim para o Brasil em busca de um futuro, né? Então eu falei para mim mesmo: Você pode! Segue em frente! Foi então que me reencontrei.”

Fonte: Visão Mundial (Anexo 1)

Como pode ser visto no excerto supracitado, Neomar relata a carga emocional dos desafios vivenciados pelos imigrantes racializados em solo brasileiro. O foco do trecho em questão está alocado na experiência individual, visto que o referente é estabelecido através do dêitico “Eu”. Pode-se notar, por meio das pistas de predicação, a presença dos pensamentos conflituosos do autor, visto que ele relata ter sofrido muito, ter chorado e ter decidido não ir

embora, pois ele havia firmado um compromisso com os estudos e com a busca por um futuro melhor.

Tais predicações demonstram não só as ordens de indexicalidade de fragilidade e vulnerabilidade às quais os imigrantes negros estão expostos, principalmente após sofrerem com as agressões xenorracistas, mas também reforçam ordens e óticas de resiliência anteriormente apontadas, demonstrando a capacidade migrante de transformar dor/sofrimento em potência, ainda que as ações institucionais e as políticas públicas não estejam atuando de forma a garantir e ampliar seus direitos.

Em seguida, nota-se a presença de alguns descritores metapragmáticos que explicitam o processo de construção subjetiva do jovem, que parte de uma reflexão motivada pelo sofrimento, ao dizer que “pensava em realmente voltar [para seu país]”, para uma posição de resiliência/superação, ao enfatizar que disse para si mesmo: “você pode!”. Neomar, ao se fortalecer discursivamente e reafirmar sua capacidade de conseguir lidar com os problemas, indexa a resiliência anteriormente atribuída aos migrantes e demonstra o poder da linguagem de produzir resistências através de autoafirmações, que também sintetizam um reflexo do pensamento neoliberal vulgarmente conhecido como discurso de *coach*.

Por fim, o evento narrativo, ao encapsular em seus eventos narrados dois tipos de preconceito: de ordem racial/étnica e ligado à sua nacionalidade, reitera a presença da ordem de indexicalidade de xenorracismo. No entanto, ao noticiar que o jovem foi vítima de xenofobia e racismo, o portal demonstra a não utilização da ideia de xenorracismo enquanto fenômeno concreto, violência que afeta diretamente imigrantes racializados, mas não tem seu caráter estrutural comumente reconhecido. Quando evocado em eventos narrativos, o xenorracismo costuma ser tratado de forma dicotômica, ou seja, estabelece-se uma divisão entre xenofobia e racismo, fato que, embora não se constitua como um problema, evidencia o caráter midiático de ignorância e apagamento em relação à existência do xenorracismo e posiciona a mídia de forma alheia a esse conceito. A seguir, a notícia a ser analisada abordará a experiência de duas mulheres africanas que vieram para o Brasil e se depararam com diferentes facetas da violência.

4.3.2 Xenorracismo na vida de imigrantes africanas na Bahia

A próxima notícia a ser colocada sob escrutínio, de nome “Além do que se vê: imigrantes africanos relatam racismo e xenofobia na Bahia”, foi publicada em agosto de 2022 e está disponível no Jornal Correio, ou Correio24horas, que é um portal de notícias baiano

detentor de enorme expressividade midiática na região nordeste do Brasil, e também no anexo 2 após as referências. Embora, em questão de alcance, não se compare a grandes portais como O Globo, Folha de São Paulo e Estadão, o Jornal Correio também é bastante relevante em cenário nacional. Desse modo, o portal tem como público alvo habitantes do estado da Bahia, os/as demais nordestinos/as e pessoas que têm interesse em notícias da Bahia, embora englobe sessões com notícias que ganharam destaque em todo o território nacional.

Construída de forma crítica, a notícia aborda diferentes questões-problemas relacionadas à recepção e à vida dos imigrantes africanos na Bahia que, naquela época, totalizavam cerca de 1,5 mil pessoas, de acordo com o texto. Ao narrativizar a experiência de diferentes imigrantes africanos em solo baiano, a notícia corrobora com o apontamento de que, mesmo em uma cidade de maioria populacional negra,

As migrações recentes de sul-americanos, haitianos, africanos e sírios ao Brasil mostram que ainda hoje **a xenofobia tem cor, etnia e religião**²⁷ porque é dirigida especialmente ao imigrante não-branco, estigmatizado como bárbaro, incivilizado, exótico e sujo (Farah, 2017 *apud* Kohatsu; Saito, 2022, p. 3).

Embora as vozes evocadas na presente notícia sejam múltiplas, para fins de análise, o número de eventos narrativos selecionados no evento narrado (a notícia em questão) foi limitado. Os eventos narrativos a serem colocados sob escrutínio partem das narrativas produzidas por Andréa Ferreira, uma cabo-verdiana que foi para Salvador cursar nutrição na Universidade Federal da Bahia (UFBA) através de um processo de mobilidade estudantil, e Domingas da Silva, uma bissau-guineense que veio para o Brasil em 2014 e, após 7 anos no Ceará, se mudou para Salvador no ano de 2020. Domingas, que é formada em Ciências Sociais, estava cursando o mestrado em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no momento de realização e publicação da matéria.

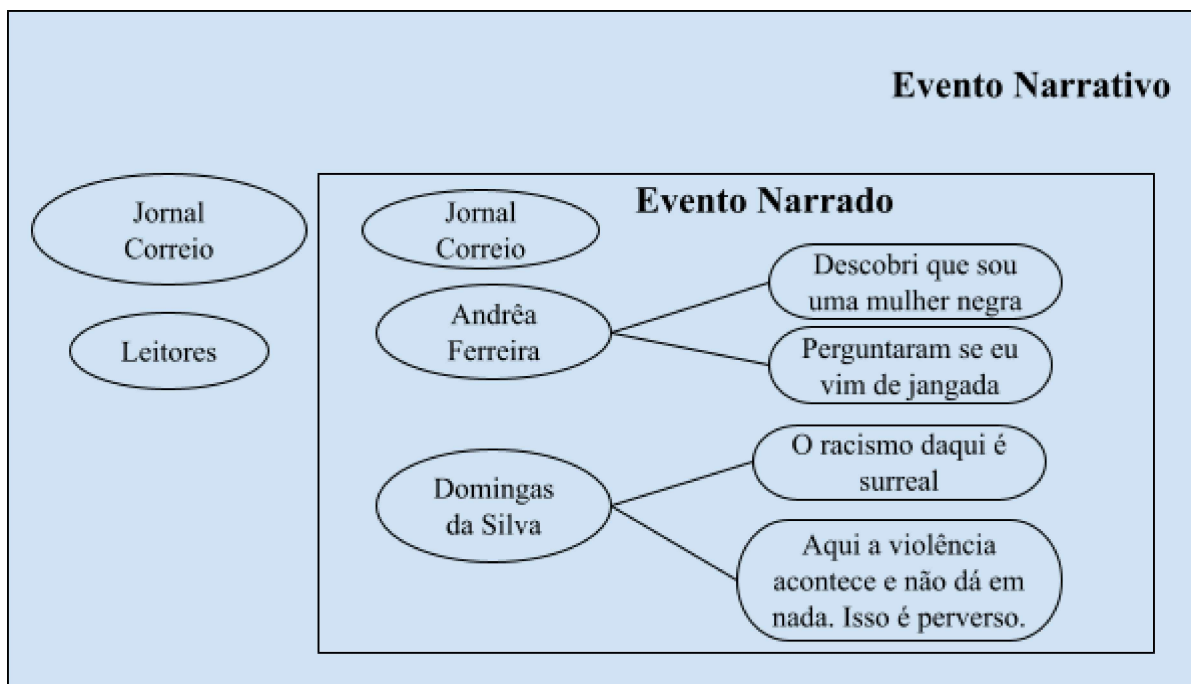
Nesse sentido, pensar os atravessamentos acadêmicos e sociais de imigrantes africanos em solo brasileiro é um movimento importante e que, de acordo com Neusa Gusmão, favorece e promove a compreensão de tais imigrantes como

sujeitos potenciais de uma análise comparativa sobre construção de mecanismos possíveis de explicação capazes de compreender os efeitos de realidades culturais sobre aqueles que constroem uma trajetória fora do lugar e no campo do ensino superior. (2012, p. 33)

²⁷Grifo nosso.

Nesse sentido, a fim de iniciar o momento de análise, segue-se o quadro do evento narrativo em questão.

Figura 5 - Evento narrativo - Notícia 2



Fonte: Minha autoria

Como pode ser visto no quadro acima, foram elencados como objetos de análise quatro eventos narrados, sendo que dois foram relatados por Andrêa Ferreira e dois por Domingas da Silva. Ao tomar como ponto de partida o primeiro evento narrado por Andrêa Ferreira, responsável por trazer uma manifestação que resume, de modo breve, a complexidade que permeia o debate racial no Brasil, o ambiente para a realização de análise é construído.

A cabo-verdiana, que na época da matéria completava 13 anos no Brasil, relatou para o jornal não só a quebra de expectativas em relação ao acolhimento a ser recebido em território nacional, mas também o fato de ter se descoberto negra no Brasil – que se deve, de acordo com a autora, ao nível do debate racial existente em solo brasileiro – como pode ser visto no excerto do jornal disponibilizado abaixo.

Figura 6 - Evento narrado 1 - Andréa Ferreira

“Cheguei com a ideia de que teria um superacolhimento e foi um choque muito grande. Descobri que sou uma mulher negra, o debate racial no meu país não é tão avançado quanto no Brasil. Descobrir quem eu sou nesse contexto, e entender certas perguntas e preconceito foi muito duro, doloroso”, explica a nutricionista, que ainda vive em Salvador.

Fonte: JornalCorreio (Anexo 2)

Os primeiros apontamentos, referentes à ideia de superacolhimento evocada por Andréa, demonstram a entextualização do discurso que atribui ao Brasil a característica de um país acolhedor, imagem que aparenta estar indexicalizada na noção de Brasil difundida pelos países do Sul Global detentores de altos índices de migração, visto que o solo nacional acolhe centenas de milhares de migrantes advindos de países como Venezuela, Cuba, Haiti etc, mas que foi contraposto pela experiência negativa de recepção vivenciada pela jovem cabo-verdiana.

A voz utilizada em questão é a de Andréa, visto que a imigrante se estabelece como referente ao narrativizar sua experiência e ao utilizar o pronome dêitico “Eu”. No que tange às predicações relatadas por ela, faz-se relevante pensar o percurso estabelecido discursivamente. A princípio, Andréa fala sobre sua chegada no país e a ideia de superacolhimento esperada, mas logo em seguida ela deixa claro que o que ocorreu foi um choque, de modo a evidenciar uma quebra de expectativa em relação à experiência em solo nacional, ou melhor, uma desconstrução da indexicalização de acolhimento que a imigrante detinha.

Em seguida, chama muita atenção a predicação estabelecida pela cabo-verdiana de, em solo brasileiro, ter se “descoberto” uma mulher negra. Essa predicação demonstra não só o posicionamento da autora em relação à temática racial, que, segundo ela, é mais atrasada em seu país de origem, mas também denota uma transformação em sua concepção de identidade racial, pois, ao ter contato com diferentes práticas discursivo-raciais-identitárias em solo brasileiro, Andréa compreendeu a sua posição neste modelo de sistema racialmente hierarquizado, que é diferente em relação à posição que ela ocupa em seu país. Pode-se depreender, a partir do discurso de Andréa, que o processo de racialização se dá no contato com o outro e com os mecanismos de estruturação raciais constituintes daquela sociedade.

No entanto, embora a imigrante afirme ter se “descoberto” negra no Brasil, devido às diferenças existentes no debate racial entre os dois países, Ana Gebrim (2018) aponta que tal “descoberta tardia” não apaga a existência do racismo em seu país. Segundo a autora,

Racismo é uma prática hegemônica em todo o mundo, e ainda que certos países ou contextos sociais africanos não tenham exatamente as mesmas modalidades institucionais de racismo, todos os países do continente foram marcados por séculos de colonização europeia, portanto conhecem o racismo enquanto ideologia e prática de violência; no entanto, a chegada em um novo contexto faz emergir, pelo contato, características próprias do funcionamento brasileiro. (p. 182)

Portanto, tal diferenciação existente entre o âmbito étnico-racial nacional e o africano parece fornecer aos cabo-verdianos uma compreensão diferente acerca da temática racial, fato que não exclui os mecanismos racistas presentes em sua sociedade de origem, mas que os diferenciam daqueles que se encontram indexicalizados na sociedade brasileira. Dessa forma, o contato da migrante com diferentes faces da racialização se deu em solo brasileiro, fenômeno que aponta para a complexidade racial constituinte do país e para a existência de ordens de indexicalidade de racialização diferentes das que compõem outros países e sociedades. Tal contato, para além de relatar experiências ocasionadas pelo deslocamento geográfico, relata também um deslocamento identitário, já que foi responsável por ampliar a concepção racial de Andréa.

A presença dos termos “duro” e “doloroso” acabam por funcionar como indexicalizadores avaliativos das perguntas e preconceitos sofridos pela narradora. Ao avaliar tais manifestações (“perguntas”; “preconceitos”) como negativas, Andréa acaba por demonstrar a dimensão afetiva do xenoracismo em sua vida, visto que o fenômeno impacta diretamente em seu subjetivo. Ademais, a nutricionista também mobiliza outros indexicalizadores avaliativos ao comparar o debate racial existente no Brasil e o de Guiné Bissau. Ao dizer que tal debate é mais avançado no Brasil, a avaliação acerca do nível do debate em solo nacional aparenta ser positiva, mas, quando o assunto é a experiência vivida da migrante, demonstra – apesar de ser mais avançado – limitações que se materializam em forma de violências discursivas.

Tal fato reforça a dificuldade existente no Brasil de respaldar os postulados presentes na Lei de Migração, que tem como princípio o repúdio e prevenção às diferentes formas de discriminação, tais como o racismo e a xenofobia. A seguir, o foco estará no segundo evento narrado por Andréa.

Figura 7 - Evento narrado 2 - Andréa Ferreira

Ela conta ainda que teve muitas dificuldades para conseguir alugar um lugar para morar, mesmo tendo dinheiro para isso, e abrir uma conta bancária foi um processo penoso, que durou mais de dois anos. Isso sem contar as inúmeras vezes que as pessoas saíam de perto dela e de seus amigos no transporte público, chegando a ouvir que eles eram sujos. "Perguntavam se eu vim de jangada, de barco. Perguntavam se eu usava calça jeans na África, e eu ficava sem entender o porquê dessas perguntas num espaço onde as pessoas, teoricamente, teriam acesso à informação", lamenta Andréa, após os 13 anos de Salvador. Surreal e mais cruel

Fonte: Jornal Correio (Anexo 2)

Para além da narrativa produzida por Andréa, o excerto conta com uma narrativização, realizada pelo jornal, de uma parte do depoimento dado pela cabo-verdiana. Tal narrativização é responsável por relatar que Andréa teve dificuldades para conseguir moradia, para abrir uma conta bancária e que ela e seus amigos já foram tratados com distanciamento, além de serem ofensivamente caracterizados como sujos pelos nacionais.

O jornal, ao recontar os percalços vivenciados pela imigrante, providência importantes pistas indexicais de indexicalizadores avaliativos. Ao dizer que Andréa teve muitas dificuldades para conseguir alugar uma casa, mesmo tendo condições financeiras para isso, o portal indexa a existência de barreiras que parecem ser motivadas por razões que extrapolam à questão financeira. Tais barreiras parecem se fundamentar em uma espécie de xenorracismo individual que se manifesta na dificuldade de estabelecimento de contrato de locação de imóvel dos locadores para com a migrante.

Ainda que a nutricionista detivesse recursos financeiros para arcar com a moradia, ela teve dificuldades para firmar o contrato, fato que atua de modo a perpetuar a percepção indexicalizada do imigrante como alguém pobre, para além de solidificar o corpo negro-migrante como uma pessoa sem espaço na estrutura econômica e habitacional que “pertence ao nacional”.

Essa ação de construção de barreiras corrobora com o pensamento de Kohatsu e Saito (2022) pois, de acordo com os autores, as migrações de africanos (e outros povos do Sul global) em direção ao Brasil demonstram o caráter xenorracista da sociedade quando confrontada com a presença do Outro racializado. Um importante indexicalizador avaliativo presente no excerto é o de definir como “penoso” o processo enfrentado pela imigrante para

abrir conta bancária. Tal fato demonstra, novamente, a existência de barreiras na vida social do imigrante racializado em solo nacional, podendo ser interpretadas como um fenômeno proveniente do xenorracismo (institucional e/ou estrutural) que é constituinte da sociedade brasileira e impõe barreiras econômicas e sociais às imigrantes negras.

No que tange às pistas de predicação, se fazem pertinentes aquelas que relatam o fato de que “as pessoas saiam de perto dela e de seus amigos no transporte público”, além de os chamarem de sujos. Tais afirmações, para além de indexalizarem estereótipos negativos que comumente são endereçados aos imigrantes negros, desvelam o processo de desumanização do Outro que é conferido ao imigrante racializado, construindo a identidade do negro-migrante como alguém inferior quando comparado ao habitante nacional, como uma ameaça ao *statu quo* da sociedade de acolhida e perpetuando a colonialidade do ser que a seus corpos é direcionada.

Partindo para as pistas indexicais emergentes no excerto que derivam da narrativização produzida por Andrêa, caracterizam-se como pistas de citações diretas as perguntas que questionam os meios de chegada da imigrante no Brasil (“perguntavam se eu vim de jangada”, “de barco”) e sobre suas roupas (se ela usava calça jeans na África). Tais questionamentos, para além de reproduzirem uma visão estereotipada acerca do continente africano, indexando a ideia de atraso e de primitivismo, evidenciam ordens de indexicalidade de inferiorização. Ao serem evocadas, tais indexações, que se constróem sobre o pano de fundo discursivo de uma concepção ideológica hegemônica e da colonialidade do saber que desumaniza o/a africano/a, recontam a violência simbólica experienciada pela imigrante através de um discurso de matriz eurocêntrica que exotiza, animaliza, inferioriza e estereotipa como atrasado o estrangeiro negro proveniente do continente africano.

Tais apontamentos, que se encontram atrelados ao imaginário comum brasileiro, reforçam a ideia de que “o choque cultural e o racismo vivenciado por pessoas negras em situação de imigração no Brasil parecem ser constantes e intensos” (Russo et al., 2022, p. 21), de tal modo que se amplia a complexidade social advinda da racialização da alteridade migrante. Diante disso, os trechos anteriormente analisados se articulam discursivamente de forma a (re)produzir uma hierarquia socialmente construída e diferentes dicotomias entre o nacional/civilizado/desenvolvido e o migrante/bárbaro/atrasado. Essa diferenciação demonstra a prevalência de uma ordem de indexicalidade de desumanização e inferiorização para com os corpos estrangeiros racializados.

Nessa alçada, Neusa Gusmão fez uma importante contribuição acerca da relevância de adotar como objeto de pesquisa a realidade dos estudantes africanos em solo brasileiro, além

de pontuar que, comumente, são os próprios imigrantes que elencam sua experiência no Brasil como tema de pesquisa. De acordo com a antropóloga,

a problemática do estudante africano nas instituições brasileiras não é objeto de reflexão acadêmica e científica, a não ser de poucos pesquisadores e, muitas vezes, só o são, por parte dos próprios estudantes africanos que tomam a experiência de viver no Brasil como temática de suas monografias, dissertações e teses, no interior do mundo acadêmico. Fora isso, **estudantes africanos só encontram visibilidade, quando vitimados por violência, quase sempre de ordem racial, que ganham as mídias impressas e televisivas**²⁸. (2012, p. 15)

Seguindo os apontamentos da autora sobre os momentos de encontro do imigrante africano com instâncias de visibilidade acadêmica, isto é, com trabalhos que mobilizem suas vozes como protagonistas a fim de produzir inteligibilidade acerca do mundo social, o foco da análise recai sobre outro evento narrado que confirma a afirmação de Gusmão de que tais migrantes ganham notoriedade no cenário social a partir da violência racial que contra eles é produzida.

Diante disso, o objeto de análise passa a ser a experiência vivida narrativizada por Domingas da Silva, mulher negra bissau-guineense que veio, com seu marido – também bissau-guineense – para o Brasil em 2014 e, até o momento da matéria, habitava a cidade de Salvador após ter morado, por um período de 7 anos, na cidade de Redenção, estado do Ceará. Como pode ser visto na notícia, a experiência de Domingas é marcada por diferentes acontecimentos que demonstram a articulação, discursivamente produzida, entre racialização e nacionalidade.

Figura 8 - Evento narrado 3 - Domingas da Silva

Domingas é taxativa ao cravar que “o racismo daqui é surreal”. “Não tem um dia que eu saia na rua e não perguntem de onde eu sou. Me olham como inferior, desnecessária, como uma pessoa que não sabe de nada e veio até aqui por conta de fome e miséria. Os cearenses são preconceituosos, mas pelo menos não demonstram. Aqui, é muito direto o preconceito com nós, que somos africanos”, desabafa Domingas. Toda essa situação gera

Fonte: Jornal Correio (Anexo 2)

A partir do excerto acima, nota-se a presença de uma pista indexical de referenciação, que é constituída pelo pronome dêitico “daqui” (utilizado para se referir ao racismo de

²⁸Grifo nosso.

Salvador, mais especificamente). Como tal pista está acompanhada do indexicalizador avaliativo “surreal”, pode-se dizer que o uso articulado de ambas demonstra o caráter cruel e excessivo proveniente da violência racial experienciada pela imigrante. Em comparação com a experiência relatada em solo cearense, a imigrante posiciona os soteropolitanos com maior papel de agência na prática do preconceito racial, enquanto que, ainda de acordo com a imigrante, os cearenses o praticam de modo implícito (“os cearenses são preconceituosos, mas pelo menos não demonstram”). O uso do indexicalizador avaliativo “pelo menos”, por parte da africana, funciona de modo a avaliar como menos negativa a postura dos cearenses em sua relação com o preconceito e com a forma de profusão de tais violências quando comparadas à postura e modo de profusão dos preconceitos que é performada pelos soteropolitanos.

Já nas predicações presentes no discurso de Domingas, que relatam dinâmicas de inferiorização (“me olham como inferior”, “desnecessária”, “como uma pessoa que não sabe de nada e veio até aqui por conta de fome e da miséria”), uma série de indexicalizações, entextualizadas pela autora, se fazem relevantes para o presente trabalho. Ao mencionar o olhar que a atravessa, a africana aponta para questões subjetivas que advém da percepção do imigrante aos olhos do nacional, de modo a demonstrar tal ato como um indexicalizador de poder e hierarquização, que estabelece valores assimétricos quando direcionado ao imigrante racializado e o coloca numa posição de inferioridade. Além disso, ao dizer que é vista como “inferior, desnecessária”, Domingas demonstra como ordens de indexicalidade de desumanização e inferiorização (que existem em um sistema hierárquico-racial-geográfico) atravessam a experiência vivida do Outro racializado. Tais predicações negam valor e agência aos corpos africanos que habitam o Brasil, além de os estereotiparem e inferiorizarem.

O uso de predicações que a descredibilizam intelectualmente e atribuem às suas motivações para estar no Brasil fatores como fome e miséria, para além de a construírem como alguém pobre, primitiva e inferior intelectualmente, visto que tais ofensas são comumente utilizadas para caracterizar a identidade e valorar negativamente o Ser negro em uma estrutura racista, remontam à percepção de atraso e escassez comumente atribuídas ao continente africano. O uso combinado desses elementos discursivos se materializa através de pistas indexicais que demonstram a articulação de barreiras de cunho racial e geográfico, de modo a corroborar com a perpetuação do xenorracismo e com a produção de ordens de indexicalidade de inferiorização do imigrante.

Ainda que esteja anteriormente colocado, a autora do relato afirma que não tem um dia que ela não seja questionada acerca de sua nacionalidade. A recorrência no questionamento acerca de sua origem denota a percepção de alteridade socialmente atribuída a Domingas e

reforça o panorama de exclusão permanente condicionado aos/às imigrantes racializados/as. Desse modo, ao questionar a nacionalidade da imigrante, constróem-se gatilhos discursivos xenorracistas que solidificam fronteiras pavimentadas por meio da colonialidade, de forma a criar e difundir dicotomias que dividem a sociedade entre nós/nacionais/brancos e eles/estrangeiros/negros, além de reiterarem a ordem de indexicalidade de não pertencimento direcionada aos últimos.

Por fim, o portal chama atenção ao relatar o último apontamento de Domingas, a entrevistada diz “Aqui, é muito direto o preconceito com nós, que somos africanos”. Novamente, a autora utiliza o dêitico “aqui” para fazer referência ao preconceito que ela experienciou na cidade de Salvador, fato que reitera a violência simbólica à qual imigrantes racializados são expostos em terras soteropolitanas. Ao avaliar o preconceito como “muito direto”, Domingas indexa a forma com a qual o preconceito ocorre em Salvador, ou seja, de forma desinibida, agressiva e direcionada ao grupo de pessoas africanas.

Nesse sentido, a partir do uso do dêitico “nós”, Domingas estabelece seu posicionamento como africana, ou seja, como alguém que se enquadra em um coletivo comumente tratado como inferior e, acima de tudo, que é racializado. Portanto, ocorre no excerto em questão o estabelecimento de uma diferenciação entre o nós (africanos) e o eles (brasileiros), processo que condiciona o estrangeiro racializado a uma posição hierárquica-social inferior e que reproduz, ao articular raça e nacionalidade, o xenorracismo.

Desse modo, o conjunto de pistas indexicais constituintes do excerto acima não se limita ao âmbito individual do preconceito, mas parece materializar o funcionamento discursivo do xenorracismo, em diferentes esferas, ao atrelar tanto a questão da origem quanto a questão racial, com base na experiência narrativizada, à ótica de inferioridade, estigmatização e desumanização. Torna-se perceptível, através dos indexicalizadores avaliativos utilizados por Domingas (o racismo soteropolitano, com base na sua experiência, como algo surreal; sua presença como desnecessária – possivelmente pelo fato de ser uma mulher negra e imigrante), o caráter estrutural que compõe a violência. Diante disso, o corpo negro-imigrante é construído em um espaço que, por diversos fatores, o coloca em uma posição permanente de questionamento. Questionam sua capacidade intelectual, questionam sua origem e questionam sua forma de existir no mundo, de modo a perpetuar barreiras que impactam negativamente na experiência vivida daquele/a que é considerado o Outro.

A seguir, o segundo evento narrado por Domingas da Silva a ser analisado está circunscrito na narrativa abaixo. A imigrante parte da experiência de ser mãe de alguém que nasceu no Brasil, mas que, segundo ela, por ser filho de imigrantes, não será reconhecido

como brasileiro, para abarcar os temas da violência, estigmatização e da impunidade em solo nacional.

Figura 9 - Evento narrado 4 - Domingas da Silva

bandido, e o certo é que ele vai sofrer em todos os lugares", projeta Domingas. "Meu filho nasceu aqui no Brasil, tem cidadania brasileira, mas quando ele crescer, os brasileiros vão reconhecê-lo na sociedade? Não, não vão. Por ser filho de dois africanos, uma pessoa sem conhecimento vai dizer que ele é africano. Aqui a violência acontece e não dá em nada. Isso é perverso", analisa. Sair do Brasil após constituir família não é uma realidade

Fonte: Jornal Correio (Anexo 2)

No excerto acima, nota-se, novamente, diferentes usos do dêitico “aqui” por parte de Domingas. Tal pronome assume a função de referência, e seu uso indexa não só o espaço geográfico brasileiro, mas também o seu âmbito social, além de apontá-lo como um país caracterizado pela impunidade e pela violência direcionada aos africanos e aos seus descendentes, de modo a indexicalizar o Brasil como um lugar onde se naturalizaram fenômenos como o racismo, a xenofobia e os diferentes preconceitos.

Ao falar sobre a nacionalidade de seu filho, Domingas o posiciona como um brasileiro, mas ao estabelecer o questionamento acerca de como se dará o reconhecimento da nacionalidade de seu primogênito por parte dos nacionais, ela adota uma predicação negativa para responder à questão. A negativa “não, não vão”, proferida pela africana como resposta ao questionamento por ela levantado, funciona como uma predicação que indexicaliza o não-reconhecimento e a não-aceitação de seu filho como um igual, fato que advém da alteridade racial a ele atribuída e que, motivado por um posicionamento que inscreve os pais em ordens de indexicalidade de racialização e de nacionalidade socialmente marcadas, demonstra a negação do seu futuro pertencimento e reconhecimento enquanto nacional.

De acordo com Juzwiak et al., “Pais imigrantes e filhos nascidos no país de acolhimento têm suas identidades construídas a partir de universos culturais distintos” (2019, p. 201). No entanto, o não reconhecimento de seu filho como um brasileiro aparenta ser resultado das práticas discursivas xenorracistas, visto que articula raça e nacionalidade, de modo a produzir ordens de indexicalidade xenorracistas, que atrelam a nacionalidade de uma

pessoa ao seu fenótipo²⁹ e estabelecem hierarquias entre aquele que é pertencente e o que não é.

O uso do verbo “dizer”, no contexto relatado por Domingas, pode ser caracterizado como metapragmático, pois se refere à rotulação direcionada ao seu filho. No caso em questão, chamá-lo africano apenas por sua descendência e por sua raça acaba por ser uma prática linguística de exclusão e uma demonstração da indexicalização que advém do fenótipo da pessoa. Definir erroneamente a identidade de uma pessoa, a partir da articulação das instâncias de nacionalidade e raça, também se consolida como uma forma de violência simbólica que é propiciada pelo xenorracismo.

Ao afirmar que “aqui a violência acontece e não dá em nada”, Domingas, além de referenciar o panorama de injustiça por ela experienciado, reforça o senso comum de impunidade, fenômeno que se encontra indexicalizado no ideário populacional quando o assunto em questão é a justiça em solo brasileiro. No que tange aos crimes de racismo, Amanda de Almeida argumenta que, para além do fato de muitos casos não serem denunciados, ocorre, quando são, “a lentidão no julgamento dos casos pode resultar em uma sensação de impunidade e desânimo entre as vítimas, contribuindo para a perpetuação das práticas discriminatórias” (2024, p. 23).

Tal sensação de impunidade em relação à violência, que parece acometer não só os habitantes nativos do país, mas também os imigrantes que aqui habitam, constitui a ordem de indexicalidade de impunidade, ordem essa que está atrelada à imagem brasileira. Nesse sentido, em face das experiências violentas vividas pelas imigrantes africanas, pode-se notar a presença de diferentes manifestações xenorracistas em seu cotidiano. Ao serem frequentemente questionadas sobre suas motivações, sobre o seu país de origem, serem estigmatizadas como “inferiores e primitivas”, tais imigrantes, que têm em comum o fato de serem negras e advirem de países do continente africano, demonstram a presença de indexicalizações racial e geograficamente violentas em suas experiências de vida.

4.3.3 Agressões xenorracistas contra um imigrante africano em São Paulo

O texto a ser analisado foi escrito por Norma Odara, está disponível no G1, no anexo 3 desta dissertação, e, em comparação àqueles anteriormente analisados, traz ao longo de seu

²⁹Aprofundar o debate sobre o entrelace do fenótipo à nacionalidade não é o foco do presente trabalho. No entanto, consideramos que tal problemática é extremamente importante e se faz pertinente uma análise mais aprofundada.

corpo um vídeo. O título da matéria é VÍDEO: PMs xingam vendedor ambulante africano em ação de fiscalização no Centro de SP: 'Você tá na terra dos outros e ainda tá reclamando?'. Tendo sido publicada no G1, mas alocada na ala do site que noticia os acontecimentos do estado de São Paulo, a notícia tem como público alvo toda e qualquer pessoa que se interesse pelos acontecimentos do Brasil, mas figura em uma seção que trata especificamente desse estado. Além disso, é válido salientar que o G1, portal de notícias digital da Globo, é uma mídia hegemônica, visto que figura entre os portais digitais mais acessados do país e é operado por uma empresa que detém um valor de mercado bilionário.

Nesse sentido, a fim de iniciar a análise da notícia em questão e situar o leitor, é válido pontuar que tal acontecimento se deu no Brás, um bairro em São Paulo conhecido pelo seu grande comércio popular e que, no momento relatado pela notícia, foi alvo da Operação Delegada, um “convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o governo do estado para ações de fiscalização ao comércio ambulante ilegal” (Odara, 2024). Dessa forma, o africano – que preferiu não ter seu nome revelado pelo portal de notícias – trabalhava informalmente, no momento do ocorrido, como um vendedor ambulante no Brás.

Além disso, a matéria informa que sua esposa, uma brasileira, também atuava como vendedora ambulante na região. Para a construção do quadro do evento narrativo (que é a notícia em questão), são elencados como participantes da situação discursiva a ser analisada o imigrante africano, a polícia militar (PM) enquanto instituição, visto que, de acordo com a notícia, o imigrante é verbalmente agredido – através de ofensas que articulam raça, nacionalidade e orientação – por diferentes policiais, os leitores da notícia e o portal de notícias responsável por publicá-la.

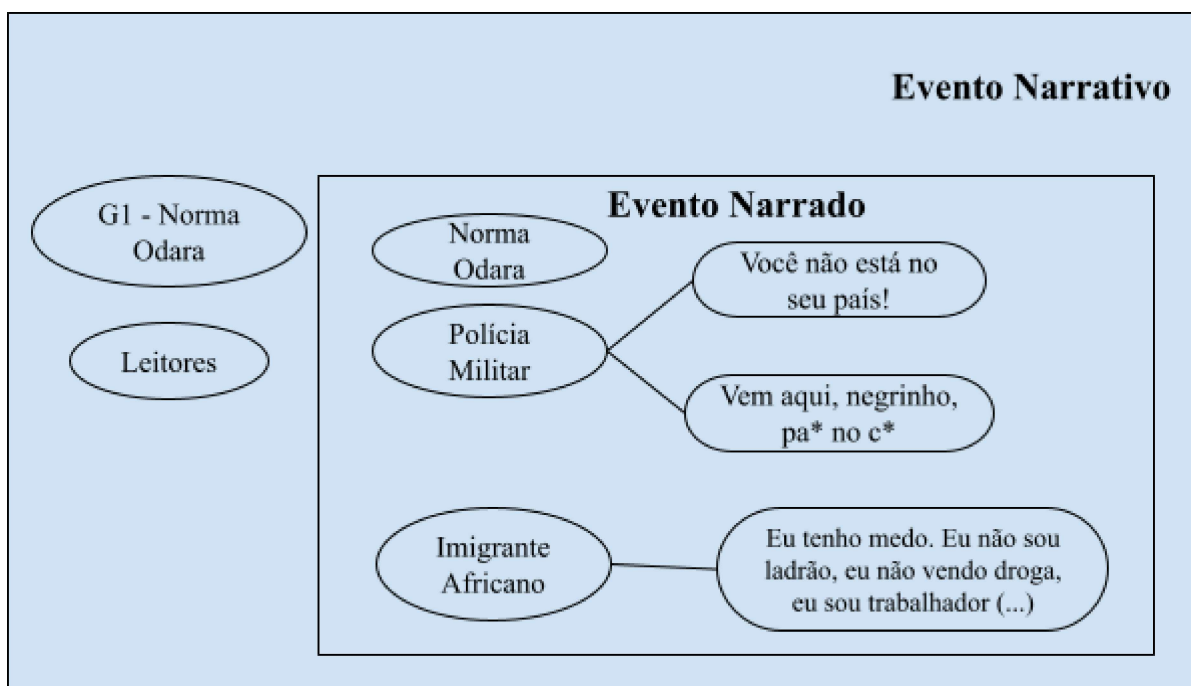
Antes de iniciar a análise, ao elencar a polícia militar enquanto instituição, faz-se importante evidenciar o papel institucional que, no caso em questão, se materializa através da reprodução do xenorracismo. De acordo com Almeida (2019, p. 25-26), o racismo institucional pode ser compreendido como um fenômeno que

não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça.

Portanto, com base nessa definição de racismo institucional, pode-se compreender o xenorracismo como um fenômeno que se manifesta institucionalmente em uma dinâmica que constrói barreiras e facilidades com base não só na raça, mas na nacionalidade daquele/a que é

atravessado/a pelas diferentes instituições. Além disso, o título da notícia é bastante sugestivo, visto que entextualiza um proferimento realizado pelo policial militar, sendo ele o seguinte: “Você tá na terra dos outros e ainda tá reclamando?”. A pergunta colocada na manchete e realizada pelo agente em questão atua de modo a antecipar o tratamento excludente que será direcionado ao imigrante.

Figura 10 - Evento narrativo - Notícia 3



Fonte: Autoria própria

De modo a realizar a análise discursiva de excertos específicos da notícia, foram elencados como protagonistas dos eventos narrados o imigrante africano e a polícia militar, considerando a ação individual dos dois PMs como uma manifestação ideológica performada por diferentes membros da polícia militar brasileira. Nesse sentido, tomemos como ponto de partida o primeiro evento narrado produzido pela polícia militar.

Conforme transcrito ao longo do corpo do texto, em um contexto de operação contra o comércio ilegal, após abordarem o imigrante e serem confrontados por ele, um dos policiais proferiu a seguinte frase:

Figura 11 - Evento narrado 1 - Policial militar

Policial militar: “Você não está no seu país não. Leva esse porr* daqui”

Fonte: Norma Odara, G1 (Anexo 3)

Ao utilizar o dêitico “você” para fazer referência ao imigrante, e ao predicá-lo de modo a negar sua condição de habitante do Brasil (“não tá no seu país não”), o policial militar não só atua na contramão da Lei de Migração, que prevê igualdade em relação aos brasileiros no tratamento para com migrantes em solo nacional, mas também entextualiza um discurso que indexicaliza a noção de não-pertencimento, exclusão que, em confluência com os dados anteriores, parece ser comumente designada a imigrantes racializados em solo brasileiro e se constitui como uma ordem de indexicalidade. A negativa em relação à sua condição de cidadão brasileiro parece indexar ao africano a imagem de “imigrante não-ideal”, ainda que o mesmo esteja trabalhando e fomentando a economia do âmbito nacional.

Ademais, ao agir discursivamente e proferir uma frase imperativa (“Leva essa porr* daqui”) também direcionada ao estrangeiro, o policial militar adota um tratamento hostil, agressivo e desrespeitoso, negando-o não só o espaço social, visto que estar naquele lugar significa estar desempenhando uma atividade econômico-laboral, mas também o espaço geográfico. Além disso, demonstra-se detentor de uma percepção desumanizada para com o imigrante, reforçando as ordens de indexicalidade de inferiorização e desumanização anteriormente mencionadas.

Em um segundo momento, o policial militar, para além de enfatizar o não-pertencimento do imigrante, profere novas ofensas contra o africano, que está próximo a outro estrangeiro.

Figura 12 - Evento narrado 2 - Policial militar

Policial Militar: “você não tá no seu país não, seu porr*. Vem aqui ‘negrinho’, pa* no c*. Ajuda seu amiguinho aí, seu pa* no c* [...] seu viado. Tô com a arma em punho aqui. Vem, vem.”

Fonte: Norma Odara, G1 (Anexo 3)

Neste excerto em específico, signos detentores de uma certa estabilidade no vocabulário do português brasileiro são evocados. A princípio, ocorre, acompanhada da predicação excludente e violenta (“negrinho”, “pa* no c*” e “viado”), a reiteração da referência ao imigrante a partir do dêitico “você”. Novamente, o tratamento direcionado ao imigrante é hostil, desumanizador e contrapõe a Lei de Migração. Ademais, a partir da articulação da negativa “você não está no seu país” aliada especificamente ao termo pejorativo “negrinho”, ocorre o entrelace entre raça (marcação racial) e nacionalidade (diferença/exclusão nacional), de forma a se caracterizar como uma manifestação xenorracista explicitamente direcionada ao imigrante. A predicação atribuída ao trabalhador informal, por parte do policial militar, no evento narrativo em questão, é mais extensa neste segundo momento quando comparada ao anterior.

Nesse sentido, ao utilizar termos pejorativos para realizar a predicação do estrangeiro (seu porr*, negrinho, pa* no c*, seu viado), o policial militar atribui ao africano uma posição de extrema desumanização, deslegitima sua existência através do desrespeito e o inferioriza através de humilhações que buscam não só intimidá-lo, mas também agredi-lo. Além disso, o uso de termos como “negrinho” e “viado”, que se constituem como ofensas que indexalizam, na língua portuguesa-brasileira, opressões baseadas em questões de racialidade e sexualidade respectivamente, também podem ser interpretados como, no texto em questão, indexalizadores avaliativos responsáveis por avaliar negativamente o imigrante, visto que reforçam o seu não-pertencimento, atribuem-lhe desumanidade e o violentam física e simbolicamente.

Cabe salientar que a violência discursiva é ampliada pelo uso interseccional de formas de opressão (vide o uso do termo “viado”), fato que não só demonstra a sobreposição de diferentes ordens de indexicalidade (sendo elas xenorracistas e homofóbicas), mas também o entrelace de diferentes hierarquias sociais para a produção da desumanização de corpos não-padrões. Ademais, nota-se similaridade discursiva ao comparar a frase “você não está no seu país” àquela encontrada no relato de Neomar. Ao negar o pertencimento nacional ao imigrante, o policial militar não só atua na contramão da Lei de Migração, que prevê igualdade em relação aos brasileiros no tratamento para com migrantes em solo brasileiro, mas também entextualiza uma expressão (“você não está no seu país”) que aparenta ser frequentemente direcionada aos imigrantes racializados que aqui habitam. Enfatizar o “não-lugar” direcionado ao imigrante é reproduzir a ordem de indexicalidade de não-pertencimento, de modo a reforçar o estado de exclusão permanente que é condicionado a esta camada.

Além disso, a presença de verbos como "vir" e "ajudar" ("vem aqui"; "ajuda seu amiguinho aí") funcionam não como forma de convocação, mas como formas de intimidação, coerção e humilhação direcionadas ao imigrante. Dessa forma, promovem o silenciamento, questionam a sua agência enquanto ser de direitos e o colocam, junto de sua comunidade, em um posicionamento de inferioridade quando comparados ao policial militar responsável por tais alegações. O uso de diminutivos ("negrinho"; "amiguinho") também diminui a agência direcionada ao imigrante, visto que os infantiliza e propicia a profusão de uma ideia de inferioridade que já os é atribuída.

Por fim, o proferimento, por parte do policial, do excerto "tô com a arma em punho aqui" é o ponto onde a violência constituída no discurso passa a ser ainda mais grave, visto que se torna, potencialmente, mortal. A fala agressora demonstra, em níveis extremos, como a vida do imigrante racializado é inferiorizada e desumanizada, visto que, a partir de uma ação policial, a situação escala e se torna uma ameaça de morte com perigo de violência armada iminente, ainda que o imigrante, de acordo com os excertos disponibilizados, não estivesse armado ou sequer proferido ameaças direcionadas ao policial que justificassem tal ação. Ademais, tal ato de violência escancara o racismo institucional ao desvelar o tratamento desumano comumente direcionado à camada imigrante negra. A seguir, o excerto a ser analisado será o que foi produzido, posteriormente ao episódio supracitado, pelo vendedor ambulante.

Figura 13 - Evento narrado 3 - Ambulante africano

"Muito medo mesmo, pra sair de casa. É ruim. Se eu vejo um policial eu tenho medo, ele vai fazer a mesma coisa pra mim. Se a polícia veio direto e falou: 'você volta pro seu país, vou atirar em você', eu tenho medo. Eu não sou ladrão, eu não vendo droga, eu sou trabalhador para dar o pão pra minha mulher e pro meu filho, só isso", relata o ambulante ameaçado.

Fonte: Norma Odara, G1 (Anexo 3)

A narrativa produzida pelo imigrante africano apresenta uma série de questões pertinentes para o desenrolar do trabalho. No primeiro momento, notam-se diferentes indexicalizadores avaliativos ("muito medo", "é ruim") utilizados pelo imigrante para relatar sua experiência vivida (os impactos e traumas gerados) após a agressão policial. Tais indexicalizadores posicionam o imigrante africano como alguém em estado de fragilidade e traumatizado pelas ações violentas a ele direcionadas. Além disso, demonstram a visão do

estrangeiro em relação à polícia (“se eu vejo um policial eu tenho medo”; “se a polícia veio...”), a posicionando como uma instituição que usufrui do racismo institucional e atua de modo a difundir o medo, sendo um perigo para sua existência em solo nacional.

Quanto às predicações, pode-se notar, através do relato inicial do imigrante que afirma ter “muito medo mesmo, pra sair de casa”, a indexicalização de um ambiente excludente, violento e hostil, no qual ações simples como o ato de sair de casa se tornam desconfortáveis. Ao se pregar como alguém que não é ladrão, que não vende drogas, que é trabalhador e busca apenas o sustento da mulher e do filho, o imigrante entextualiza uma visão comum em solo brasileiro que, para alguns, é conhecida como a de pessoa trabalhadora.

Tais indexicalizações, que o valoram como um cidadão trabalhador (honesto, provedor e pai de família responsável), são comumente utilizadas para avaliar positivamente alguém que habita em solo nacional, porém, no caso do imigrante, são utilizadas por ele de forma estratégica não apenas para recuperar sua dignidade frente à criminalização implícita que o é direcionada, mas também para marcar verbalmente uma contraposição aos estereótipos que são, frequentemente, direcionados a negros migrantes.

Em relação às referências, ao dizer “se eu vejo um policial eu tenho medo”, constrói-se, por meio da referência ao policial, uma posição negativa que o indexa como uma figura violenta e possível ameaça para o imigrante em questão. Além disso, a citação direta do discurso proferido pelos policiais, que é narrativizada pelo imigrante, faz-se relevante para o desenrolar da análise. De acordo com o ambulante, um policial militar lhe disse “você volta pro seu país, vou atirar em você”, novamente, tem-se a entextualização de um discurso (“volta pro seu país”), por parte de uma instituição brasileira, que nega a acolhida em ambiente nacional do imigrante e se contrapõe à lei de migração ao interpretar o corpo imigrante como um estrangeiro permanente.

Além disso, o proferimento discursivo “vou atirar em você”, também relatado pelo imigrante, não só demonstra a assimetria de poder estabelecida entre o policial e o estrangeiro, mas também enfatiza a desumanização direcionada ao corpo do segundo. Diante dessa ameaça e das demais ações policiais, emergem reflexos da colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), fenômeno que afirma que corpos racializados estão mais expostos à violência e à morte quando comparados com corpos brancos.

Por fim, ainda que o foco do presente trabalho sejam as narrativas, o posicionamento da polícia disposto ao fim da entrevista que objetiva não só reorientar seus agentes, mas também fornecer cursos que dêem ênfase aos direitos humanos, à pauta antirracista e a demais tópicos que objetivam promover a justiça social, aponta para a hipótese de que o

xenorracismo institucional é prevalente na instituição em questão e, provavelmente, nas demais instituições brasileiras.

Desse modo, ao articular raça, nacionalidade e outras formas de violência para oprimir o estrangeiro, o policial comete diferentes crimes e reproduz ordens de indexicalidade xenorracistas e homofóbicas. Tais ordens são responsáveis por solidificar, através de uma concepção hierárquica e socialmente produzida, a crença de que corpos estrangeiros e racializados são inferiores.

4.3.4 Considerações sobre a análise

Após a análise realizada, pode-se perceber, tal como será abordado na seção de conclusão, a recorrência padrões de indexicalidade, entextualizações discursivas e ordens de indexicalidade correlatas nos diferentes discursos que compõem o *corpus* do presente trabalho.

A convergência entre tópicos direcionados aos estrangeiros anteriormente evocados, tais como a percepção de atraso/sujeira, violências verbais constituídas a partir da mescla entre racismo e xenofobia e manifestações que invalidam sua existência e negam seu pertencimento ao solo nacional, demonstram a presença do xenorracismo e a forma como tal fenômeno se materializa através da linguagem. Desse modo, pode-se depreender que, através da reiteração – feita de diferentes formas – dos marcadores sociais de raça e nacionalidade, concretizam-se as agressões xenorracistas.

A análise das narrativas, ao demonstrar a recorrência, ainda que em diferentes ambientes, de agressões xenorracistas direcionadas a diferentes imigrantes negros, aponta para o caráter estrutural do xenorracismo, fenômeno que também se consolida como um componente do sistema que rege a sociedade brasileira contemporânea. Desse modo, manifestações discursivas orientadas por tais valores acabam por permear o cotidiano, atravessando e co-construindo esferas e instituições.

Ao serem mobilizadas, as noções de eventos narrativos e eventos narrados nos permitem realizar a entextualização de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, fato que potencializa a análise ao permitir não só a exposição de agressões xenorracistas, mas também a manifestação das vítimas, o impacto em suas experiências de vida e suas formas de reação e resistência ao ocorrido.

Dessa maneira, a mídia exerce um papel fundamental no que diz respeito à construção e desconstrução das diferentes indexicalizações e ordens de indexicalidade prevalentes na

sociedade brasileira, reforçando a sua propriedade de agência na (re)territorialização do estrangeiro (Cavalcanti; Bizon, 2023). Elencar vozes imigrantes e negras é fundamental para uma produção intelectual decolonialmente/contracolonialmente orientada, portanto, cabe aos pesquisadores e professores, em meio a um cenário de ampliação da presença do Outro em nossa sociedade e, conseqüentemente, do xenorracismo, fomentar e produzir trabalhos que assumam o protagonismo dessa camada, seja através de pesquisas ou utilizando textos por eles produzidos como materiais didáticos.

Tais medidas podem auxiliar no combate ao xenorracismo que assola a vida de negros estrangeiros em solo brasileiro e promover a empatia e a justiça social. A seguir, a seção de conclusão do presente texto traz um panorama dos resultados obtidos, das necessidades futuras e também retoma as análises realizadas.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou analisar como narrativas produzidas por imigrantes negros e disponibilizadas em ambientes virtuais relatam manifestações xenorracistas e de resistência a esse fenômeno por parte dessa camada. O questionamento principal foi o de como tais narrativas desvelam concepções xenorracistas, ou seja, epistemes hegemônicas que articulam raça e nacionalidade para produzir indexicalizações acerca de imigrantes negros. Tais concepções, que se encontram cristalizadas no imaginário social brasileiro e ganham notoriedade através das narrativas produzidas pelos diferentes imigrantes racializados, demonstraram diversas facetas da opressão cotidiana que parecem apontar para a prevalência do xenorracismo como um componente estrutural da sociedade brasileira.

A análise das narrativas, circunscritas em três notícias e produzidas por diferentes imigrantes negros provenientes do Sul Global – Neomar, um jovem venezuelano, Domingas da Silva, uma bissau-guineense, Andréa Ferreira, uma cabo-verdiana e um imigrante africano que preferiu não se identificar – demonstrou a presença de manifestações do xenorracismo “à brasileira” através de diferentes formas de violência, sendo elas: ofensas comumente proferidas contra os estrangeiros em questão, ações que provocam o distanciamento intencional e agressões que comprometem e ameaçam a integridade física dos mesmos.

Nesse sentido, emergiram manifestações discursivas que se utilizam de signos linguísticos para ofender ontologicamente, desumanizar os imigrantes, construir uma imagem de atraso, de sujeira e que acabaram por demonstrar que a percepção dos nacionais sobre os estrangeiros negros é pautada na inferiorização e subalternização dessas pessoas. Além disso, cabe salientar que este trabalho se deu com violências verbais que, ao articularem raça e nacionalidade, não apenas se configuraram como xenorracismo, mas também promoveram a exclusão em ambiente educacional e motivaram o abandono dos estudos naquela instituição. Além disso, a presença de ameaças de violência armada contra a vida de imigrantes em situação de trabalho informal fomentaram a exclusão laboral, o medo e a segregação no espaço nacional, atos que se configuram como inconstitucionais.

A recorrência de frases correlatas como “você não está no seu país” e “volta pro seu país” demonstram o estado de exclusão permanente (Redin, 2021) direcionado ao imigrante racializado que é constituinte do imaginário social brasileiro. Ações como olhares, distanciamento físico e questionamentos infundados promovem não só a subalternização social de tais estrangeiros, mas também a sensação de impotência, inferioridade e invisibilidade perante às leis e instituições. Resistências ao xenorracismo, ainda que em

menor escala, foram relatadas pelos imigrantes através das narrativas, que não só denunciaram a hostilidade das formas de violência xenorracistas existentes no Brasil, mas também demonstraram a adoção de posturas críticas, como a de Neomar, que reafirmou o seu compromisso e interesse em lutar contra a xenofobia e o racismo.

No que tange aos conceitos mobilizados ao longo da análise, fizeram-se perceptíveis, por meio da noção de indexicalidade (Blommaert, 2010), valorações negativas comumente atribuídas aos imigrantes racializados, reforçando a ideia de atraso, de sujeira, de primitivismo, de ameaça, de não-pertencimento e outras características negativas, fato que demonstra o cruzamento entre língua, território e identidade existente nas produções discursivas em questão.

A entextualização (Bauman; Briggs, 2006) se fez presente em diferentes momentos, visto que, embora alocadas em portais midiáticos distintos, as narrativas detêm similaridades. A presença de proferimentos que negam a patriidade ao estrangeiro e que relatam o racismo e as outras formas de violência sofridas não apenas evidencia a capacidade do discurso de transitar por diferentes ambientes e de produzir inteligibilidade nos diferentes âmbitos do mundo social em que se inserem, mas também demonstra como a língua pode, por meio de diferentes propriedades, operar de modo a naturalizar crenças, valores e hierarquias. Sobre as diferentes ordens de indexicalidade (Silverstein, 2003; Blommaert, 2010) presentes nos excertos analisados, fizeram-se notáveis ordens de inferiorização, de desumanização e de xenorracismo, que emergem a partir de comparações dicotômicas (nós/eles; nacional/imigrante) e desvelam um padrão social de interpretação do Outro (estrangeiro racializado) por parte do nacional.

Em relação à presença da colonialidade e suas diferentes instâncias (ser, saber e poder) nas manifestações xenorracistas, nota-se a persistência de um pensamento que compreende os imigrantes negros como inferiores, naturalizando a estrutura social que hierarquiza pessoas com base em diferentes intersecções, tais como raça, classe, gênero, língua, cultura etc. Desse modo, o xenorracismo parece ser uma das novas facetas discursivas da colonialidade em um contexto de expansão dos fluxos migratórios, visto que atrela aos imigrantes racializados do Sul Global características como “atraso”, “sujeira”, “inferioridade” e “ameaça”. Além disso, a colonialidade se manifesta através da desvalorização epistêmica que é dada aos imigrantes negros, bem como na negação e no apagamento de suas línguas, saberes e culturas. Ao se apropriar das instâncias da colonialidade, o xenorracismo demonstra seu caráter estrutural, não podendo ser interpretado como um desvio à norma, mas sim como um projeto

contemporâneo de sociedade que produz hierarquias sociais com base em diferenças raciais, geográficas, culturais e linguísticas.

Quanto aos conceitos mobilizados para a realização da análise, faz-se imprescindível destacar o importante papel da entextualização, fenômeno responsável por inserir as narrativas nas notícias virtualmente disponibilizadas. Tais narrativas, ao serem entextualizadas, atuam de modo a dar destaque aos imigrantes, que se tornam protagonistas no ato de relatar as violências por eles vivenciadas. Além disso, através das similaridades discursivas constatadas nas narrativas por meio do uso das pistas indexicais (Wortham, 2001), emergem indexicalizações sobre os imigrantes racializados que denunciam a presença de ordens de indexicalidade de inferiorização e exclusão nos diferentes eventos narrativos e narrados. Desse modo, os conceitos supracitados se fizeram cruciais para a compreensão de como o xenorracismo é produzido e reproduzido na contemporaneidade.

Diante disso, a presente pesquisa contribui com a área da linguística aplicada ao mobilizar a temática das migrações na contemporaneidade, do xenorracismo no cotidiano brasileiro e com a profusão de vozes que são, frequentemente, subalternizadas. Ao evidenciar a presença do xenorracismo no dia a dia nacional, desvela-se seu caráter estrutural, fato que nos imputa a obrigação de pensar, por meio da educação, em formas de o combatê-lo e de propiciar a construção de um ambiente educacional mais acolhedor para os estudantes imigrantes negros. Tendo por base as vozes mobilizadas, é válido enfatizar o papel das narrativas enquanto produtoras epistêmicas e reforçar que não elas não devem ser interpretadas como meros “casos isolados”, mas sim como textos responsáveis por divulgar os atravessamentos discursivos que constituem a experiência vivida dos diferentes seres humanos.

No entanto, ao fim do trabalho, nota-se uma série de limitações que pontuam para a necessidade de dar continuidade ao fazer pesquisador diante da temática do xenorracismo. A ausência de narrativas que relatam violências xenorracistas em outras esferas institucionais (ambientes de trabalho formal, igrejas, hospitais etc), se mostrou como um fator limitante que indica a necessidade de ampliação das pesquisas e da coleta de mais dados. Além disso, recortes específicos como questões de gênero e sexualidade se fazem potentes e pertinentes para um cenário social que tende a promover, com o passar dos anos e com o aumento do fluxo migratório, novas manifestações do xenorracismo – em esferas hoje inimagináveis.

Pesquisas futuras podem se apropriar dos ambientes virtuais onde há maior dialogicidade, vide redes sociais, para uma discussão ainda mais aprofundada acerca de manifestações xenorracistas e resistências anti-xenorracistas. Retomando o parágrafo anterior,

a possibilidade de aprofundar a interseccionalidade é um horizonte extremamente expansivo, visto que nos permite compreender como o xenorracismo afeta mulheres, indígenas, pessoas trans e demais minorias sociais provenientes do Sul Global em situação de deslocamento. Também se faz primordial o pensar acerca de materiais didáticos que sejam construídos com base na realidade das pessoas em migração que habitam o território nacional, visto que tal fato pode promover maior integração imediata e maior inserção nas instituições brasileiras, além de uma série de outras possíveis questões que não foram aqui abordadas.

Desse modo, é válido pontuar, humildemente, que esta pesquisa é uma em meio a outras, e que o meu interesse enquanto pesquisador e os meus objetivos pessoais de lutar contra o xenorracismo e as demais formas de opressão não foram e nem serão sanados apenas com o fazer pesquisador aqui desempenhado, mas também demandam uma práxis docente reflexivo-crítica-decolonial, ainda que em minha visão a decolonialidade não demande a exclusão de autores e trabalhos do norte-global, mas uma reflexão crítica acerca de como, em diálogo com autores do Sul Global (que também devem ser prestigiados enquanto protagonistas do saber), eles podem ser trabalhados por aqui. Além disso, de forma a promover alterações sociais contundentes que não dependam apenas da visão crítica de um ou outro profissional, se fazem necessárias mudanças institucionais e estruturais.

Em suma, a presença do xenorracismo nas narrativas produzidas pelos imigrantes nos imputa, não somente enquanto docentes de línguas, mas como uma sociedade que visa ampliar a democracia e acolher todas, todos e todes, a tarefa de promover uma educação linguística que seja socialmente engajada e comprometida com a justiça social. Tal modelo de educação é fundamental para o desmantelamento das estruturas coloniais, opressoras e xenorracistas que se encontram, ainda na contemporaneidade, instauradas na sociedade brasileira. A construção de um modelo educacional outro, que encara a diferença e as “barreiras” linguístico-culturais como enriquecedoras e não como um problema, é fundamental para o avanço social e para a desconstrução de projetos de sociedade excludentes.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Dados: refugiados no Brasil e no mundo.** ACNUR. Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Pesquisa Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil.** ACNUR. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-refugiados>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ALMEIDA, Amanda Leal Rodrigues de. **Eficácia das penalidades nos crimes de racismo e injúria racial.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 8 jun. 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7411>. Acesso em: 3 set. 2025.

BAENINGER, Rosana. Migrações Transnacionais De Refúgio: A Imigração Síria No Brasil No Século XXI. In: CIERCO, Teresa et al. **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 13. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_24726_5.pdf/d67cd073-d95f-40bb-1cab-4799b2f36ac4

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Tradução e revisão de Vânia Z. Cardoso e Luciana Hartmann. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1,2, 2006. pp. 185-229. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18230/17095>.

BIZON, Ana Cecília; CAVALCANTI, Marilda. Construções de Narrativas sobre Migrantes Haitianos em Espaços Eletrônicos de Comunicação: Reações e Resistência. In: FABRÍCIO, Branca; BORBA, Rodrigo (orgs.). **OFICINA DE LINGÜÍSTICA APLICADA INDISCIPLINAR.** Campinas: Editora Unicamp, 2024. 336 pp.

BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas. Tradução de Ive Brunelli. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** dispõe sobre migração. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 24 maio 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 24 maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.** Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao artigo 20. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 maio de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Boletim da Migração no Brasil**, n. 8, fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-migracao-8.pdf>. Acesso em: 20 jul 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH: 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMA-OPNEDH.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Mais de 5,2 mil violações de racismo e injúria racial foram registradas pelo Disque 100 em 2024**. Governo Federal, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mais-de-5-2-mil-violacoes-de-racismo-e-injuria-racial-foram-registradas-pelo-disque-100-em-2024>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Xenofobia: o ódio que divide o tecido social e incita violações de direitos contra povos e culturas**. Governo Federal, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/xenofobia-o-odio-que-divide-o-tecido-social-e-incita-violacoes-de-direitos-contr-povos-e-culturas>. Acesso em: 24 jul. 2025

CADILHE, Alexandre José. Fabricando paraquedas coloridos: linguística aplicada, decolonialidade e formação de professores. **Raído**, [S. l.], v. 14, n. 36, p. 56–79, 2020. DOI: 10.30612/raido.v14i36.11943. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raido/article/view/11943>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CADILHE, A. J.; LEROY, H. R. Formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 250–270, 2020. DOI: 10.4013/cld.2020.182.01. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2020.182.01>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO RIBEIRO, Juliana; BAENINGER, Rosana. Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes. **Travessia - Revista do Migrante**, v. 1, n. 99, 2024. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1207>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CAVALCANTI, M.; BIZON, A. Construções de narrativas sobre migrantes haitianos/as em espaços eletrônicos de comunicação: reações e resistência. In: BORBA, Rodrigo; FABRÍCIO, Branca F. **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes**. Campinas: Unicamp, 2023.

CIERCO, Teresa. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. In: CIERCO, Teresa et al. **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 13. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_24726_5.pdf/d67cd073-d95f-40bb-1cab-4799b2f36ac4

COGO, Denise; BADET, Mariluz. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores: migrantes no Brasil**. Belaterra: Instituto de la Comunicación de la UAB; Instituto Humanitas Unisinos, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022

CORREIO24HORAS. **Além do que se vê: imigrantes africanos relatam racismo e xenofobia na Bahia**. Salvador, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/correio-afro/alem-do-que-se-ve-imigrantes-africanos-relatam-racismo-e-xenofobia-na-bahia-0822>

DE FINA, Anna. Tempo, espaço e identidade em narrativas de imigração. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana Cabral (orgs.). **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 85–106.

DE GRANDE, Paula Baracat. O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada. **Eletras**, v. 23, n. 23, dez. 2011.

FABRÍCIO, Branca Fallabella. The empire blogs back: gendered and sexualized cultural “others” in superdiversified digital trajectories. **Discourse, Context & Media**, v. 4, p. 7-18, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211695814000166>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FILHO, William. Caso Moïse: cinco episódios de violência contra imigrantes africanos no Brasil. **Blog do Acervo**. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/caso-moise-cinco-episodios-de-violencia-contr-imigrantes-africanos-no-brasil.html>. Acesso em: 24 jul. 2025

Farah, P. D. (2017). Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, 114, 11-30.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: Novos diálogos sobre educação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 22 de jan. de 2014.

FURTADO, C. A. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, n. 45, p. 143–171, 2012.

GAZETA DO POVO. Bem antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

GEBRIM, Ana Carolina Campos. **Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

GUIMARÃES, T. F.; LOPES, L. P. DA M.. TRAJETÓRIA DE UM TEXTO VIRAL EM DIFERENTES EVENTOS COMUNICATIVOS: ENTEXTUALIZAÇÃO, INDEXICALIDADE, PERFORMANCES IDENTITÁRIAS E ETNOGRAFIA. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 61, n. 1, p. 11–33, jan. 2017.

GUSMÃO, N. M. M. De. (2012). Africanos No Brasil, Hoje: Imigrantes, Refugiados E Estudantes. *Revista Tomo*, (21), 13–36. <https://doi.org/10.21669/Tomo.V0i21.895>

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar. 375 pp.

GROSGOUEL, Ramón; OSO, Laura e CHRISTOU, Anastasia. ‘Racism’, Intersectionality and Migration Studies: Framing Some Theoretical Reflections. **Identities**, v. 22, n. 6.

HAMANN, Thomas Silveira Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Migrações e infâncias: entre a construção de vínculos sociais e o xenorracismo brasileiro. **Idéias**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e023028, 2023. DOI: 10.20396/ideias.v14i00.8672023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8672023>.

HEGDE, R. S. **Mediating migration**. Cambridge, Polity Press, 2016.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: SAGE Publications, 1998.

HELLER, M.; McELHINNY, B. **Language, capitalism, colonialism: Toward a critical history**. Ontario: University of Toronto Press, 2017.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Refúgio em Números: 10ª edição**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Refúgio em Números 2025 – Resumo Executivo**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.

JUZWIAK, C. R., JUZWIAK, V. R., & JUZWIAK, T. R. (2019). Tradições, rituais e memórias alimentares: formação de identidade bicultural em filhos de imigrantes poloneses no Brasil. **Revista Ingesta**, 1(2), 201-202. <https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v1i2p201-202>

KLEIMAN, A. B. . Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In A. B. KLEIMAN (Ed.), **Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da linguagem**. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 1997.

KOHATSU, L. N.; SAITO, G. K. (2022). Xenofobia na escola pública: A perspectiva dos estudantes do Ensino Médio. **Psicoperspectivas**, 21(1). Disponível em: <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol21-Issue1-fulltext-2554>

LUQUINI, Roberto de Almeida. Os Refugiados da Guerra Civil da Síria. In: CIERCO, Teresa et al. **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 13. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_24726_5.pdf/d67cd073-d95f-40bb-1cab-4799b2f36ac4

MAHER, Terezinha Machado. A Educação do Entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada: faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MELO, G. C. V. DE.; FERREIRA, J. T. R.. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 405–426, jul. 2017.

MELO, G. C. V. DE. As ordens de indexicalidade sobre ensino de inglês e raça mobilizadas na narrativa de uma professora de língua inglesa. In: ____ (Org.). **Linguística Aplicada, Raça e Interseccionalidade na contemporaneidade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 30, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24276>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MIGNOLO, Walter: Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade**. No. 34. p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis**. Duke University Press, 2018

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

MOITA LOPES, L. P.. Sobre Ideologia Linguística, Epistemologia E Descolonialidade. In: ROHLING, N. (Org.) **Ideologias Linguísticas E (Des)Colonialidade Da Linguagem Diálogos Emergentes**. Campinas: Pontes Editores, 2024.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 21, n. spe, p. 239–283, 2005.

NUNES HENRIQUES, R. M., DE SOUSA GONÇALVES, I., & SOUZA MAGNOLO, T. A. representação do imigrante pela imprensa brasileira: uma revisão de literatura. **Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo**, 7(1), 1–15, 2020. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/16645>

ODARA, Norma. Vídeo: **PMs xingam ambulante africano com ofensas racistas, xenofóbicas e homofóbicas durante abordagem no Brás**. São Paulo: GloboNews; G1 SP, 31 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/10/31/video-pms-xingam-ambulante-africano-com-ofensas-racistas-xenofobas-e-homofobicas-durante-abordagem-no-bras.ghtml>

OLIVEIRA, Bruna. **O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES MIGRANTES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E PROPOSTAS A PARTIR DO ESTADO DA ARTE** (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231659>.

PAIVA, V. L. M. DE O. E. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 261–266, 2008.

PINTO, Joseane Mariéle Schuck. Fluxos migratórios contemporâneos: desdobramentos no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 32, n. 32, 2017. DOI: 10.22456/0104-6594.70463. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/70463>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

REDIN, Giuliana. Lei de Migração e Pessoas Refugiadas no Brasil: uma visão crítica. In: RAMOS, André de Carvalho; et al. (org.). **70 anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951-2021)**. São Paulo: ACNUR Brasil, 2021.

RUSSO, Kelly; MENDES, Leila; MARCELINO, Sandra. “APRENDI O QUE É RACISMO NO BRASIL”: crianças africanas e brasileiras na escola pública. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 19-34, abr. 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052022000200019&lng=pt&nrm=iso>.

ROHLING, N. Apresentação. In: ____ (Org.) **Ideologias Linguísticas E (Des)Colonialidade Da Linguagem Diálogos Emergentes**. Campinas: Pontes Editores, 2024.

ROSA, Bárbara Oliveira; MELO, Glenda Cristina Valim de. Discursos de ódio: ser mulher negra nordestina residente no Rio de Janeiro. **Signótica**, Goiânia, v. 36, p. e76718, 2024. DOI: 10.5216/sig.v36.76718. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/76718>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. CIDADE - EDITORA RECORD, 2001.

SANTOS, R. O. DOS. Algoritmos, engajamento, redes sociais e educação. **Acta Scientiarum. Education**, v. 44, n. 1, p. e52736, 2022.

SIGNORINI, I. Letramento escolar e formação do professor de Língua Portuguesa. In: Kleiman, A. e Cavalcanti, M. (orgs.). **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 317-337.

SILVERSTEIN, M. *Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life*. **Language & Communication**, 23(3-4), 193–229, 2003.

SMAILI, Soraya. S. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26 n. 2, p. 145-151, 2015.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. *Cambridge University Press*, 1984.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240 p.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

VIANNA, Carolina Assis, SITO, Luanda Soares, VALSECHI, Marília Curado, PEREIRA, Sílvia Letícia. (2016). Do Letramento aos Letramentos: desafios na aproximação entre o letramento acadêmico e o letramento do professor. In: KLEIMAN, Angela Bustos, ASSIS, Juliana. (orgs.). **Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita**. Campinas: Mercado de Letras.

VISÃO MUNDIAL. Neomar: “Somos fortes, temos que ser fortes. Saímos do nosso país em busca de oportunidade e queremos estudar e trabalhar pra ter uma vida melhor”. Visão Mundial, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://visaomundial.org.br/historias/neomar-somos-fortes-temos-que-ser-fortes-saimos-do-no-sso-pais-em-busca-de-oportunidade-e-queremos-estudar-e-trabalhar-pra-ter-uma-vida-melhor>

WORTHAM, Stanton. **Narratives in action: a strategy for research and analysis**. New York: Teachers College Press, 2001.

WORTHAM, Stanton; REYES, Angela. **Discourse Analysis beyond the Speech Event** (1st ed.). Reino Unido: Routledge. 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315735207>

ANEXOS

ANEXO A - Primeira notícia analisada

Neomar estuda e trabalha como jovem aprendiz (Foto: Arquivo pessoal)

Neomar: “Somos fortes, temos que ser fortes. Saímos do nosso país em busca de oportunidade e queremos estudar e trabalhar pra ter uma vida melhor”

16 DE JUNHO DE 2023 ÀS 18:00

Com apenas 10 anos de idade, **Neomar** cruzou a fronteira Venezuela-Brasil de carro, junto com a mãe e os irmãos. Saiu de Maturín, passou por Roraima, onde ficou alguns anos, e atualmente mora em Chapecó (SC). Aos 17 anos, depois de vivenciar 7 anos com momentos profundamente difíceis no Brasil, está determinado a garantir melhores condições de vida, não apenas para si e para a própria família, mas para seus compatriotas venezuelanos e migrantes de outras nacionalidades.

“Nós migrantes somos fortes, temos que ser fortes. Saímos do nosso país em busca de oportunidade e assim como qualquer pessoa queremos estudar e trabalhar pra ter uma vida melhor”, diz ele.

Neomar é um jovem que transmite muita determinação quanto aos seus objetivos. Quer se graduar em Direito e já estuda a Constituição Brasileira. Sua rotina é cheia, além de fazer cursos profissionalizantes e trabalhar como Jovem Aprendiz em um *Centro de Referência de Assistência Social* (CRAS) de Chapecó, ele também cursa o ensino básico em uma turma voltada para a *Educação de Jovens e Adultos* (EJA). A turma foi implementada pelo CRAS com a finalidade de atender adolescentes que estavam fora da idade escolar (os alunos têm entre 15 e 17 anos e estão cursando o ensino fundamental. Dos 18 alunos, 13 são venezuelanos). Seu perfil comunicativo o fez ser reconhecido como um líder em meio aos colegas e professores.

<https://visaomundial.org.br/historias/neomar-somos-fortes-temos-que-ser-fortes-saimos-do-nosso-pais-em-busca-de-oportunidade-e-queremos-e...>

1/5



também por através do CRAS que o garoto venezuelano conectou a Visão Mundial, em uma palestra do **IntegrAção** voltada para migrantes e refugiados do município. **O projeto é uma iniciativa da Visão Mundial em parceria com o Instituto BRF, e busca apoiar migrantes e refugiados no país** através de ações que viabilizem a integração deles por meio de aulas de português, orientações e apoio para a inserção no mercado de trabalho. Em um ano de atuação mais de 2.000 pessoas migrantes e refugiadas foram impactadas pelas ações do projeto nas cidades de Chapecó (SC) e em Boa Vista (RR).

Neomar durante atividade organizada pela Visão Mundial no CRAS (Foto: Gabriela Martini / Visão Mundial)



Antes de chegar ao Sul do país, Neomar viveu por cinco anos em Roraima. Ele conta que no começo foi difícil: ia para a escola, mas não entendia nada por conta da diferença de idioma. As matérias também eram diferentes: "Agora tinha que aprender a História do Brasil", lembra. Com o tempo, ele e a família foram se adaptando, a mãe conseguiu um emprego como doméstica e ele já começava a se integrar na escola. No entanto, com a pandemia, a mãe de Neomar fica desempregada e a solução encontrada para a família foi se mudar para Santa Catarina.

A mudança para Chapecó marcou a vida de Neomar, na época com 15 anos, de forma triste e constrangedora. Além de ter que lidar com mais despedidas em pouco espaço de tempo, ele precisou lidar com o preconceito. Na nova cidade, o jovem foi vítima de racismo e xenofobia.

"Foi na escola, em meio ao refeitório, quando fomos pegar a merenda. Me chamavam de preto, falavam que eu era macaco, analfabeto, essas coisas." Segundo o jovem, o preconceito não era apenas de ordem racial/étnica, mas estava ligado também a sua nacionalidade: "Falavam para eu voltar para meu país", conta. Com coragem, ele denunciou os casos para a coordenação da escola. Apesar disso, preferiu deixar a instituição.

omundial.org.br/historias/neomar-somos-fortes-temos-que-ser-fortes-saimos-do-nosso-pais-em-busca-de-oportunidade-e-queremos-e...

Tanto no trabalho, quanto na nova escola (ambos no CRAS), ele diz não sofre nenhum tipo de discriminação, porém na rua e em ambientes públicos ainda é vítima constante: “Dizem que vamos roubar o emprego deles”.

Durante o expediente no CRAS (Foto: Arquivo pessoal)

A xenofobia é uma forma de violência também combatida pela Visão Mundial em cada território que atua com população migrante e refugiada. No Brasil, um país grande e diverso, não há espaço para este tipo de comportamento e, por isso, a organização também atua com iniciativas informativas e de sensibilização que fortaleçam esta luta e possam gerar mudanças significativas sobre esta mentalidade.

Com coragem e determinação, Neomar mantém o foco nos seus sonhos e diz que não vai desistir. Inclusive, um dos motivos de querer estudar Direito é para lutar pelos direitos de pessoas migrantes, para que tenham oportunidade. **“Sou grato ao Brasil e aos brasileiros que acolheram a mim e a minha família. No futuro quero contribuir com meus irmãos migrantes para o fim da xenofobia, do racismo e de qualquer preconceito”**, conclui.

Migrantes

Dia Mundial do Refugiado

Santa Catarina

COMPARTILHE:



Histórias Relacionadas

<https://visaomundial.org.br/historias/neomar-somos-fortes-temos-que-ser-fortes-saimos-do-nosso-pais-em-busca-de-oportunidade-e-queremos-e...> 3/5

ANEXO B - Segunda notícia analisada

08/02/26, 23:01

Além do que se vê: imigrantes africanos relatam racismo e xenofobia na Bahia | Jomal Correio



Correio

ASSINE

[Home](#) / [Correio Afro](#)

correio afro

Além do que se vê: imigrantes africanos relatam racismo e xenofobia na Bahia

Pesquisa mais recente aponta que quase 1,5 mil pessoas nascidas na África moram no estado

D

Por [Da Redação](#)

Publicado em 28 de agosto de 2022 às 07:00



Crédito: Foto: Shutterstock

“Salvador, Bahia, território africano...”. Se seu coração é de Carnaval, talvez você tenha completado mentalmente o trecho aspeado, que abre tanto este texto quanto o hit do cantor Saulo Fernandes. “Baiano sou eu, é você, somos nós, uma voz” que diz o quê? Se esse ‘baiano’ veio de fato da África, agora no século 21, talvez ele tenha algo a denunciar: a letra está muito equivocada sobre o tipo de recepção que boa parte dos cerca de 1,5 mil africanos que vivem na Bahia tiveram ao chegar aqui.

Clique aqui para receber as notícias do CORREIO pelo WhatsApp

A tal democracia racial citada nos versos, bem como a generalização de um suposto acolhimento inerente ao povo baiano com quem é de fora - e a identificação praticamente ancestral com a África e seus filhos - parece, no mínimo, fora do tom, sem melodia.



Siga o **Jornal Correio** no Google e receba as principais notícias da Bahia, do Brasil e do Mundo.



A realidade passa longe da poesia, e a vida de imigrantes africanos em Salvador também é marcada por preconceitos, invisibilização e uma série de medos e dificuldades na cidade que se vende como a mais negra fora da África.

O Censo de 2010, já desatualizado, apontava que, um ano após Andréa Ferreira, natural de Cabo Verde, desembarcar em Salvador, havia 330 cidadãos nascidos em países africanos residindo em toda a Bahia. Àquela altura, os três países africanos que mais tinham 'filhos adotados' pela Bahia eram Angola (133), Moçambique (44) e Nigéria (26). Dados mais atualizados, publicados pelo Atlas Temático Migrações Internacionais, de 2019, já apontavam que 1.489 migrantes oriundos do continente africano residiam no estado.

Dificuldades básicas

Ao ouvir apenas uma pequena amostra desse grupo, já foi possível compreender que a vida de um africano, na Bahia, não costuma ser nada fácil. Os relatos vão de uma estudante cabo-verdiana que teve sérias dificuldades para conseguir serviços simples, como abrir uma conta bancária, a uma mãe bissau-guineense que, após muitos constrangimentos passados na capital dos baianos, não titubeou em classificar: "o racismo em Salvador é surreal".

A cabo-verdiana Andréa Ferreira, 32 anos, chegou à cidade em 2009 para estudar Nutrição na Universidade Federal da Bahia (Ufba), após ser aprovada num projeto de mobilidade estudantil. Desembarcar no Brasil direto para um contexto tão elitizado quanto a universidade pública fez com que Andréa descartasse passar por situações esdrúxulas à qual foi submetida: colegas de classe perguntavam como ela chegou ao Brasil e tinham dúvidas se poderia, por exemplo, viajar de avião vinda de onde veio.

A ideia genérica que se tem da África, um continente de 54 países e quase 1,5 bilhão de pessoas em seu território de mais de 30 mil quilômetros quadrados, é de que toda essa imensidão é um grande safári onde as pessoas passam fome e vivem rodeadas de elefantes, girafas e leões. Urbanização não está dentro do imaginário criado sobre o continente para muitas pessoas.

“Cheguei com a ideia de que teria um superacolhimento e foi um choque muito grande. Descobri que sou uma mulher negra, o debate racial no meu país não é tão avançado quanto no Brasil. Descobrir quem eu sou nesse contexto, e entender certas perguntas e preconceito foi muito duro, doloroso”, explica a nutricionista, que ainda vive em Salvador.

Ela conta ainda que teve muitas dificuldades para conseguir alugar um lugar para morar, mesmo tendo dinheiro para isso, e abrir uma conta bancária foi um processo penoso, que durou mais de dois anos. Isso sem contar as inúmeras vezes que as pessoas saíam de perto dela e de seus amigos no transporte público, chegando a ouvir que eles eram sujos. “Perguntavam se eu vim de jangada, de barco. Perguntavam se eu usava calça jeans na África, e eu ficava sem entender o porquê dessas perguntas num espaço onde as pessoas, teoricamente, teriam acesso à informação”, lamenta Andréa, após os 13 anos de Salvador. Surreal e mais cruel

Mestranda em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Domingas da Silva vive no Brasil desde 2014, quando deixou Guiné-Bissau para morar no Ceará, onde cursou Ciências Sociais no Campus da Liberdade, na cidade de Redenção, a 60 km de Fortaleza.

Foram 7 anos por lá até que, no final de 2020, decidiu morar em Salvador com seu marido, há 11 anos na Bahia. O casal bissau-guineense já tinha o pequeno Amir Salim da Silva Baldé, hoje com 2 anos, e por conta da pandemia decidiu ficar por aqui. Mesmo numa cidade com muito mais negros e se identificando com fatores como cultura e culinária, Domingas é taxativa ao cravar que “o racismo daqui é surreal”. “Não tem um dia que eu saia na rua e não perguntem de onde eu sou. Me olham como inferior, desnecessária, como uma pessoa que não sabe de nada e veio até aqui por conta de fome e miséria. Os cearenses são preconceituosos, mas pelo menos não demonstram. Aqui, é muito direto o preconceito com nós, que somos africanos”, desabafa Domingas. Toda essa situação gera um dilema enorme na cabeça de Domingas. Ao mesmo tempo que ela reconhece como o Brasil lhe abriu oportunidades de formação e educação que não teria no próprio país, o preconceito e índices de violência daqui a deixam muito temerosa. Ora, hoje os planos são não somente para ela, mas para toda a família. Domingas carrega o filho Amir no colo (Foto: Acervo Pessoal) Ela acredita que qualquer mãe tem medo de criar um filho no Brasil. Sendo negro, mais ainda. Sendo negro e africano, piorou. Aqui, há raízes de todo bem e de todo mal, também, muitas vezes andando lado a lado. “No Brasil, você pode ser tudo. Aqui, meu filho pode estudar, seguir um bom caminho, mas também pode ser bandido, e o certo é que ele vai sofrer em todos os lugares”, projeta Domingas. “Meu filho nasceu aqui no Brasil, tem cidadania brasileira, mas quando ele crescer, os brasileiros vão reconhecê-lo na sociedade? Não, não vão. Por ser filho de dois africanos, uma pessoa sem conhecimento vai dizer que ele é africano. Aqui a violência acontece e não dá em nada. Isso é perverso”, analisa. Sair do Brasil após constituir família não é uma realidade incomum a muitas amigas de Domingas, que buscam uma vida mais segura em países como Portugal, Alemanha e França. E essa é uma possibilidade que ela não descarta.

Olhar estrangeiro Quem é daqui de Salvador, e vive lá, também avalia que o racismo nosso de cada dia é mais cruel, explícito, naturalizado e, portanto, corriqueiro. É o caso da musicista Kívia Santos, que mora em Genebra, na Suíça, e não deixou de sofrer racismo na Europa.

No entanto, pontua que, lá, pelo menos, há um esforço - que também não é suficiente para que a tratem como “um animal no zoológico, que todo mundo quer olhar”. “Aqui me colocam sempre no lugar do exótico. Querem pegar em meu cabelo, falar de minha pele, como se eu fosse um animal no zoológico. Em Salvador, sinto

que isso é mais flagrante porque foram naturalizados certos comentários, piadas, e isso tudo faz com que muitas pessoas não tenham noção que são racistas e, na verdade, estão sendo", comenta. Após sofrer com o racismo no exterior, a musicista Kívia Santos avalia o racismo baiano como mais cruel (Foto: Acervo Pessoal) ***

'Eles sofrem o que nós negros sofremos no Brasil, mas de maneira intensificada', diz professor

Coordenador do Programa Direito e Relações Raciais da Ufba, o professor Samuel Vida explica que o fator racial é o principal componente motivador dessas agressões, e que não é possível dissociar a xenofobia do racismo nesses casos.

Para Samuel Vida, um país violento com sua própria população negra não seria diferente com uma população negra e estrangeira. Muito pelo contrário. A tendência é ser ainda mais cruel.

O professor da Faculdade de Direito destaca ainda que a dinâmica da política migratória em toda a história brasileira sempre valorizou imigrantes brancos e europeus enquanto, por outro lado, proibia imigrantes africanos de serem recebidos no país - exceto nos períodos de imigração forçada no período escravocrata.

Imediatamente após a abolição da escravidão, em maio de 1888, o presidente Marechal Deodoro da Fonseca emitiu esse decreto que apareceu também no Estado Novo, em 1945, quando o então presidente Getúlio Vargas reiterou a interdição a africanos além de afirmar, textualmente, a "necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia". Samuel Vida aponta que a política migratória do Brasil sempre menosprezou e até rechaçou imigrantes africanos (Foto:

OAB-BA/Divulgação) Segundo Samuel, "imigrantes africanos e de outros países como o Haiti, sofrem uma espécie de xenofobia inseparável do racismo".

"O que eles sofrem é o que nós negros sofremos no Brasil, mas de uma maneira intensificada", explica o professor, que é autor do artigo 'Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial', enviado ao seminário internacional Migrações Internacionais - Contribuições para Políticas, da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd).

O professor Samuel é pessimista quanto à reversão do cenário racista para esse grupo, e acredita que a mudança dessa cultura de anti-negritude é o grande desafio civilizatório e democrático do Brasil.

Na Bahia, a população que migrou da África para cá quase quintuplicou nos últimos dez anos. Atualmente, São Francisco do Conde, no Recôncavo, onde fica a Unilab, é o local que concentra um número maior de migrantes africanos. Mas apesar do aumento expressivo, nos últimos anos, a Bahia recebeu menos migrantes vindo dos países africanos do que Rio Grande do Sul e Ceará, por exemplo, estacionando no patamar próximo dos 1,5 mil.

A quantidade de migrantes africanos em São Francisco do Conde tem explicação óbvia. Um dos objetivos da fundação da Unilab, em 2010, foi criar vínculos entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Apoio

O caminho para que o África não seja um verso hipócrita na Bahia e no Brasil passa por educação, políticas reparatórias e ouvidos mais atentos para denúncias feitas pelo movimento negro em busca de mais dignidades de pretas e pretos - de qualquer nacionalidade - aqui no país.

Professora do Núcleo de Apoio aos Migrantes e Refugiados da Universidade Federal da Bahia (Namir/Ufba) e pesquisadora do tema de mobilidade humana, Mariângela Nascimento enumera que o grupo vem tomando uma série de ações dentro e fora da Universidade para que os migrantes africanos possam desfrutar de cidadania plena dentro do Brasil. Entre as ações, ela cita um curso promovido pela Ufba que capacitou estudantes e servidores para acolhimento a migrantes e refugiados na Bahia, realizado em 2020. O Namir também colaborou com a confecção de uma cartilha em parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante e apoiadores da causa chamada 'Os caminhos dos(as) migrantes e refugiados(as) na Bahia', que é distribuída por toda a cidade.

“A cartilha é um instrumento informativo e pedagógico, que contribui para ampliar o conhecimento de ativistas e do poder público, que se envolvem com a realidade migratória, sobre a nova legislação brasileira de migração”, disse a professora Mariângela Nascimento.

Mais recentemente, o Namir propôs à Ufba a criação de um Centro de atendimento para estudantes, que oferecerá suporte jurídico para questões como regularização documental, informar sobre instrumentos de defesa, dar encaminhamento a órgãos públicos brasileiros, principalmente na questão de assistência social, promover oficinas temáticas e cursos profissionalizantes para os migrantes.

MAIS LIDAS



01

ESCOLA FOI CONDENADA

Celular vetado, desaparecimento e indenização de R\$ 1 milhão: o que aconteceu na excursão escolar que terminou com aluna morta

ANEXO C - Terceira notícia analisada

08/02/26, 23:23 VÍDEO: PMs xingam vendedor ambulante africano em ação de fiscalização no Centro de SP: 'Você tá na terra dos outros e ain...

[globo.com](#) [g1](#) [ge](#) [gshow](#) [globoplay](#) [g1 jogos](#) [o globo](#) [valor](#)

SÃO PAULO

VÍDEO: PMs xingam vendedor ambulante africano em ação de fiscalização no Centro de SP: 'Você tá na terra dos outros e ainda tá reclamando?'

Gravação obtida pela GloboNews mostra abordagem no Brás esse mês. Entidade diz que caso não é isolado; SSP diz que vai analisar imagens e 'reorientar agentes'.

Por **Norma Odara**, GloboNews e g1 SP — São Paulo
31/10/2024 15h45 - Atualizado há um ano

PMs xingam ambulantes estrangeiros com ofensas racistas, xenófobas e homofóbicas

“Você tá na terra dos outros e ainda tá reclamando?”, “Você não está no seu país não. Leva esse porr* daqui”. Essas são algumas das frases ditas por um policial militar de São Paulo durante uma abordagem a um vendedor ambulante marfinense, na região do Brás, o maior centro de comércio popular da capital paulista. A gravação foi feita por outros ambulantes, no dia 11 de outubro deste ano, e obtida com exclusividade pela GloboNews.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/10/31/video-pms-xingam-ambulante-africano-com-ofensas-racistas-xenofobas-e-homofobicas-dur...> 1/7

Nas imagens é possível ver os agentes de segurança na Rua Rangel Pestana em uma ação de remoção dos vendedores informais no âmbito da "Operação Delegada" – convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o governo do estado para ações de fiscalização ao comércio ambulante ilegal. No vídeo, os PMs usam palavras de ordem, xingamentos contra estrangeiros e ofensas xenófobas, racistas e homofóbicas (leia abaixo a transcrição).

Na quarta-feira (30), o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, entidade não-governamental que atua junto no combate à violação dos direitos humanos, apresentou a denúncia à Ouvidoria das Polícias do estado de São Paulo, que confirmou a reunião e que irá encaminhar o relato e pedido de explicações à Corregedoria da PM.

Procurada, a Secretaria estadual da Segurança Pública (SSP-SP) afirmou que não compactua com atos discriminatórios. A pasta confirmou que vai analisar as imagens e que os "agentes serão reorientados" (**leia nota completa abaixo**).

Ameaças e xenofobia

O ambulante que aparece no vídeo e responde ao policial é africano, nascido na Costa do Marfim, e casado com uma brasileira, que também trabalha como autônoma na região do Brás.

Ambulante: "Mesmo se eu não trabalhar, eu como. Vocês não sabem trabalhar. Eu não tenho arma nem nada. Você não vai atirar em mim. Eu não tô indo pra cima de você. Se você falar mal pra mim eu também vou falar pra você. Sai fora!"

Policial militar: "Você não está no seu país não. Leva esse porr* daqui"

Ambulante: Você sabe, Brasil país. Por que você está me ameaçando?"

Em outra gravação, o policial intimida o ambulante dizendo que está portando uma arma.

Policial Militar: "você não tá no seu país não, seu porr*. Vem aqui 'negrinho', pa* no c*. Ajuda seu amiguinho aí, seu pa* no c* [...] seu viado. Tô com a arma em punho aqui. Vem, vem."

Medo de represálias

Depois das ofensas, eles contaram à GloboNews terem medo de sofrer represálias e, por isso, a reportagem não revelará a identidade do casal.

"Muito medo mesmo, pra sair de casa. É ruim. Se eu vejo um policial eu tenho medo, ele vai fazer a mesma coisa pra mim. Se a polícia veio direto e falou: 'você volta pro seu país, vou atirar em você', eu tenho medo. Eu não sou ladrão, eu não vendo droga, eu sou trabalhador para dar o pão pra minha mulher e pro meu filho, só isso", relata o ambulante ameaçado.

A esposa do ambulante agredido relatou o aumento da violência de policiais contra trabalhadores na região. "São muitas operações, algumas com violência, a partir deste governo aumentou muito, virou uma coisa natural bater em trabalhador ambulante, agredir, se você tá gravando por ter medo. É uma coisa assustadora e os policiais não deixam gravar."

Caso não é isolado, diz entidade

Ananda Endo, advogada do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, confirmou as ameaças e acompanha o caso.

"Esse ambulante já havia sofrido outros tipos de agressão por parte da polícia. No início deste ano ele teve as mercadorias apreendidas pela PM, na Operação Delegada, no Brás. Os policiais chegaram apreendendo as mercadorias de forma indiscriminada, sem pedir apresentação de documentos, sem saber se a pessoa tinha

08/02/26, 23:23

VÍDEO: PMs xingam vendedor ambulante africano em ação de fiscalização no Centro de SP: "Você tá na terra dos outros e ain...

autorização para trabalhar ou não, e apreenderam documentos e itens pessoais: celular dele, a carteira apreendida junto com o protocolo de refúgio dele. Essas mercadorias até hoje não foram devolvidas".

Ela conta que este não é um caso isolado e cita outro episódio que aconteceu em **agosto deste ano em repressão ao comércio ambulante e que culminou na prisão de um comerciante**.

"Era uma situação onde ele estava agindo para defender a amiga que foi golpeada, foi preso de forma arbitrária, a gente não tem quase informações sobre o que aconteceu e foi uma pessoa que foi presa simplesmente pelo fato de estar realizando seu trabalho, ele tem carteira de trabalho, trabalhava aos finais de semana para complementar renda e foi preso por ser ambulante e imigrante. A gente não consegue enxergar razoabilidade deste caso."

O que diz a Polícia Militar

"A Polícia Militar informa que os agentes serão reorientados. As imagens compartilhadas são analisadas para esclarecer as circunstâncias da ocorrência e avaliar as medidas cabíveis aos envolvidos. A Instituição não compactua com atos discriminatórios e reforça em seus cursos de formação e atualização disciplinas com ênfase em direitos humanos, igualdade social, diversidade de gênero, ações antirracistas, entre outras".

O que é a Operação Delegada

A Operação Delegada teve início em 2009 e consiste em um convênio voluntário firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado de São Paulo. De acordo com a prefeitura a parceria consiste em jornada extra para policiais militares, que participam voluntariamente, em seus dias de folga, e atuam fardados em diversas áreas da cidade, sobretudo no apoio às subprefeituras no combate ao comércio ambulante irregular.

As bonificações por hora trabalhada variam de R\$ 42,43 a R\$ 76,38, e segundo a prefeitura a atual gestão aumentou o número de vagas diárias para 2400 agentes e pelo menos 1400 atuam na região central da cidade.



Equador: o que acontece quando o narcotráfico toma o país

O Assunto

Equador: o que acontece qu



00:00

27:17

Resumo do dia

De segunda a sábado, as notícias que você não pode perder diretamente no seu e-mail.

Inscriva-se e receba a newsletter

Para se inscrever, entre ou crie uma conta Globo gratuita.